

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Domitila Duarte de Carvalho

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA CONSERVADORA ENTRE
AGENTES POLÍTICOS NEGROS**

Porto Alegre

2022

DOMITILA DUARTE DE CARVALHO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA CONSERVADORA ENTRE
AGENTES POLÍTICOS NEGROS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alex Niche Teixeira

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Duarte de Carvalho, Domitila
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA CONSERVADORA ENTRE AGENTES
POLÍTICOS NEGROS / Domitila Duarte de Carvalho. --
2022.
166 f.
Orientador: Alex Niche Teixeira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Raça e política. 2. Análise do Discurso. 3.
Conservadorismo. 4. Discursos Subalternos. 5. ;
População Negra. I. Niche Teixeira, Alex, orient. II.
Titulo.

DOMITILA DUARTE DE CARVALHO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA CONSERVADORA ENTRE AGENTES
POLÍTICOS NEGROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alex Niche Teixeira

Aprovada em 15 de dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira (PPGS - UFRGS) (Orientador)

Prof. Dra. Luciana Garcia de Mello (PPGS - UFRGS)

Prof. Dr. Alexandre Almeida De Magalhães (PPGS - UFRGS)

Prof. Dr. Luiz Augusto Campos (IESP - UERJ)

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi pensada, produzida e finalizada em meio à pandemia do coronavírus, e por isso, poucas foram as pessoas com quem tive contato durante todo esse processo. Entretanto, aquelas com quem pude compartilhar esse caminho, foram de fundamental importância.

Primeiramente quero agradecer à CAPES, que financiou esta pesquisa, e principalmente a meu orientador, Prof. Dr. Alex Niche Teixeira, que mesmo com todos meus atrasos e desencontros, se manteve compreensivo e sempre disponível a me ajudar.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Dulce e Paulo, professores, de quem herdei o meu interesse pela política.

Aos dois Joãos que congregam minha família, meu avô João Oli, que com seus 92 anos é o membro mais antigo da família e exemplo de ser humano para todos que o conhecem, e João Lucca, meu sobrinho e membro mais novo, nascido em 2021, que acredito que me inspirará a pesquisar e escrever, assim como fez seu bisavô.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Bruno Paniz, meu namorado, por ter me apoiado e dado o suporte que precisei quando, por vários momentos, pensei que não iria conseguir chegar ao fim desta pesquisa.

*“Negros
Negros que escravizam
E vendem negros na África
Não são meus irmãos
Negros senhores na América
A serviço do capital
Não são meus irmãos
Negros opressores
Em qualquer parte do mundo
Não são meus irmãos
Só os negros oprimidos
Escravidados
Em luta por liberdade
São meus irmãos
Para estes tenho um poema
Grande como o Nilo”*

(Trindade, 2008, p. 41)

RESUMO

A presente pesquisa tem por intenção compreender como se constitui, por meio do discurso político, a identificação dos agentes políticos negros com as pautas conservadoras no Brasil e suas respectivas formações discursivas. Contrapondo a literatura que trata do comportamento político e eleitoral da população negra (que tente a ligá-la ao trabalhismo e ao progressismo político), é posto que essa população foi parte atuante, seja como eleitor ou candidato, no processo de consolidação do conservadorismo político, tanto no período recente quanto em episódios passados. As interpretações sobre o fenômeno pesquisado são feitas com base em cinco repertórios discursivos, elencados a partir da repetição enunciativa observada entre o *corpus* de pesquisa. Para explorar a intersecção entre indivíduos/grupos negros e o conservadorismo, foram usadas, como amostragem, falas de cinco políticos negros conservadores que tiveram, ou têm, destaque no cenário político nacional. São utilizadas para o método qualitativo, categorias do escopo conceitual da análise do discurso de vertente francesa e da teoria laclauiana do discurso, e complementarmente, a literatura sociológica a respeito do discurso dos subalternos. A hipótese inicial era a de que as formações discursivas adotadas por agentes negros ligados ao campo do conservadorismo, seus temas e performances, seria decorrente da assimilação e internalização de um discurso público padronizado pela branquitude. A análise dos resultados de pesquisas não só confirmam essa hipótese como evidenciam a incorporação e reprodução dos valores da elite política tradicional brasileira e suas instituições (políticas, econômicas e religiosas), o que tem como consequência o afastamento desses agentes de seu grupo de origem racial.

Palavras-Chave: Análise do Discurso; Conservadorismo; Comportamento político; População Negra; Discursos Subalternos.

ABSTRACT

This research intends to understand how, through political discourse, the identification of black political agents with conservative agendas in Brazil and their respective discursive formations are constituted. In opposition to the literature that deals with the political and electoral behavior of the black population (which tries to link it to laborism and political progressivism), it is known that this population was an active part, either as a voter or candidate, in the process of consolidating political conservatism, both in the current political period and in past episodes. Our interpretations about the researched phenomenon derive from five discursive sets, listed from the enunciative repetition observed in the research corpus. To explore the intersection between black individuals/groups and conservatism, speeches from five conservative black politicians who had, or still have, prominence in the national political scene were used as samples for main research. Sets of categories from the conceptual scope of French discourse analysis and Laclauian discourse theory are used as part of a qualitative method along with the sociological literature on the discourse of subalterns. The initial hypothesis was that the discursive formations adopted by black agents who join the realm of conservatism, in their themes and performances, would be the result from the assimilation and internalization of a public discourse standardized by whiteness. The analysis of research findings not only confirms this hypothesis, but also evidences the incorporation and reproduction of the values of the traditional Brazilian political elite and its institutions (political, economic and religious), which results in the removal of these agents from their group of racial origin.

Keywords: Discourse Analysis; Conservatism; Political behavior; Black Population; Subaltern Speeches.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Ideologia dos(as) vereadores(as) negros(as) eleitos(as) nas eleições municipais de 2020	29
Figura 2: Fernando Holiday e João Dória, quando foram, respectivamente candidatos a vereador e prefeito de São Paulo, em 2016.	123
Figura 3: Arlindo Veiga junto ao Príncipe Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, chefe da casa imperial brasileira na década de 1950.....	124
Figura 4: Hélio Lopes e Jair Bolsonaro, durante campanha em 2018.....	125
Figura 5: Celso Pitta e Paulo Maluf, durante comício de sua campanha à prefeitura de São Paulo, em 1996.	128
Figura 6: Sonaira Fernandes junto a Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro, em seu material de campanha, no ano de 2020.	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Autodefinição dos partidos políticos brasileiros	19
Quadro 2: Fontes de consulta	29
Quadro 3: Categorias de análise	32
Quadro 4: Dimensões analíticas para tipologia dos políticos da direita brasileira.....	76
Quadro 6: O corpus de pesquisa dentro da tipologia dos políticos de direita no Brasil.....	77
Quadro 7: O corpus e os tipos de discursos políticos entre os subordinados	147
Quadro 8: O corpus e as funções do discurso público.....	148
Quadro 9: O corpus e a visão harmônica das relações raciais.....	149
Quadro 10: O corpus e a visão conflituosa das relações raciais.....	149

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA- Aliança Renovadora Social
DC- Democracia Cristã
DEM- Democratas
FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FNB- Frente Negra Brasileira
FHC- Federação dos Homens de Cor
MDB- Movimento Democrático Brasileiro
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PCO- Partido Da Causa Operária
PCdoB- Partido comunista do Brasil
PDT- Partido Democrático Trabalhista
PFL- Partido da Frente Liberal
PL- Partido Liberal
PMB- Partido da Mulher Brasileira
PMN- Partido da Mobilização Nacional
PROS- Partido Republicano da Ordem Social
PRTB- Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC- Partido Social Cristão
PSD- Partido Social Democrático
PSDB- Partido Social Democrata Brasileiro
PSL- Partido Social Liberal
PSOL- Partido Socialismo e liberdade
PSTU- Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado
PT- Partido Dos Trabalhadores
PTB- Partido Trabalhista Brasileiro
PTC- Partido Trabalhista Cristão
PV- Partido Verde
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
OLB- Observatório do legislativo brasileiro

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	15
2- O CONSERVADORISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	18
2.1. O Prisma político da direita: Entre conservadores, liberais e reacionários.....	18
2.2. O perfil político da população negra	22
2.2.1. Eleitores: Conservadores nos costumes, progressistas na economia.....	22
2.2.3. Candidatos: pardos e embalados pela nova direita popular.....	28
3 – METODOLOGIA E APORTE TEÓRICO CONCEITUAL DA PESQUISA.....	31
3.1. Tipo e desenho de pesquisa.....	31
3.2 A análise do discurso: sujeitos, ideologia e a formação discursiva.....	34
3.3 A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: hegemonia, antagonismos e equivalências	38
3.4 Os discursos dos subalternos sob a influência da colonialidade do poder	42
4 - CONSTRUINDO IDENTIDADES POR MEIO DO DISCURSO POLÍTICO.....	54
4.1. Formação discursiva conservadora; Da cordialidade à radicalização	54
4.2. Identidade política versus Identidade racial	57
4.3. A performance como condição permanente	64
5 - APRESENTANDO O CORPUS DE PESQUISA.....	69
5.1 Arlindo Veiga	70
5.2 Celso Pitta.....	71
5.3 Hélio ‘Negão’ Lopes	73
5.4 Fernando Holiday	74
5.5 Sonaira Fernandes	75
5.6 Como está alocado o corpus de pesquisa dentro da tipologia dos políticos de direita no Brasil.....	76
6 - ANÁLISE DOS DADOS.....	81
6.1. Lugar de fala e lugar de falar.....	81

6.2	Formações discursivas do conservadorismo negro a partir de suas associações: Do coletivismo nacionalista ao individualismo neoliberal.....	92
6.2.1.	Minha Cor é o Brasil	106
6.2.2	Integração e Meritocracia	115
6.2.3	Relação com a branquitude: do paternalismo à ruptura	122
6.2.4	Posicionamento em relação as políticas públicas raciais.....	134
6.2.5	Referências ao grupo de origem racial	141
6.3.	Relação dos resultados com a teoria: sustentação ou resistência ao discurso público?..	146
7-	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	155
	APÊNDICES	164
	ANEXOS	165

1 - INTRODUÇÃO

Muito tem se falado sobre o fenômeno da reemergência da extrema direita em todo o mundo nos últimos anos. Diversos apontamentos sobre a ascensão deste ideário político ao poder, suas causas e consequências, estão sendo colocados pela área das ciências sociais. Entretanto, há um *déficit* de pesquisas com recortes relativos à aderência de grupos sociais considerados minoritários as pautas desta extrema direita. Ainda que recentes, na área das ciências políticas, encontramos pesquisas associando raça e política, que buscam entender o comportamento político eleitoral de eleitores negros, e sobre a representação negra, ou falta dela, em cargos políticos, a exemplo de autores como: Berquó, Alencastro (1992); Johnson III (2000); SOUZA (1971); Braga, Nascimento (2010); Meneguello (2009); Guimarães (2001); Mitchell (2009) e Campos, Machado (2014, 2015). Contudo, poucos são no Brasil os estudos sobre o entendimento político da população negra e os efeitos das ideologias sobre ela. Dentro da literatura sobre o tema raça e política no Brasil, nota-se um consenso bibliográfico sobre a existência do alinhamento do movimento negro junto aos partidos da esquerda, que se deu desde a maior organização desde movimento, na década de 1970, até a eleição do PT em 2002, quando o movimento passou por um processo de institucionalização com a criação da “Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial” (RIOS, 2008).

Entretanto, o resultado das eleições de 2018 revela algo novo e deixa evidente um deslocamento do voto negro - que deixou de ir majoritariamente à partidos ligados à esquerda - além de mostrar que os candidatos negros ligados à direita tiveram proporcionalmente maior sucesso eleitoral do que os candidatos à esquerda. Segundo dados do TSE, no pleito de 2018, o PT foi o partido que mais elegeu candidatos pretos para o legislativo em todo o Brasil. Do total de candidatos do partido, 50% eram autodeclarados negros (que é a soma entre pretos e pardos). Todavia, mesmo tendo só 4,7% desses candidatos no total de candidaturas do partido, o PSL foi o que mais elegeu candidatos negros. Isso demonstra que, mesmo não havendo grande investimento do partido de direita em candidaturas negras, vemos um grande sucesso eleitoral entre os negros filiados a ele. Esse resultado também pode ser atribuído ao papel de grande cabo eleitoral que foi Bolsonaro nas eleições de 2018.

Sendo a maioria entre a população e conseqüentemente entre os eleitores, o voto negro foi determinante na eleição de Jair Bolsonaro e de vários outros candidatos, tanto do executivo quanto do legislativo, que vincularam suas campanhas à do atual presidente. Para além do papel de eleitor, o engajamento de personalidades negras com entidades políticas de cunho conservadoras e reacionárias é um fenômeno muito anterior aos recentes acontecimentos

políticos, pois trata-se de um fato constante na história política nacional, mesmo que pouco explorado. Muito antes de Hélio Fernando Barbosa Lopes, mais conhecido como Hélio Negão, ter sido o candidato mais votado para deputado federal do Rio de Janeiro, no pleito de 2018, exemplos de associação da população negra com grupos de ideologias ligadas à direita não são raros.

Utilizando da bibliografia sobre o tema raça e política, com base em pesquisas de opinião sobre o tema autoritarismo/conservadorismo que tenham o recorte de cor/raça, o objetivo geral é compreender, a partir da análise discursiva, quais são/foram as relações entre indivíduos e grupos negros com o conservadorismo político e suas ramificações distribuídas no espectro da direita. Além disso, objetiva-se trazer uma observação antagônica à maioria das pesquisas do campo da ciência política, quebrando um consenso para que se insira a pauta racial nas discussões sobre o campo político da direita.

O problema de pesquisa parte da seguinte indagação: como funciona a dinâmica de enunciação e reprodução do discurso conservador entre agentes políticos negros que aderem ao ideário de um discurso político que historicamente lhes foi opressor? Em outras palavras, em que premissas se fundamenta o conteúdo discursivo conservador sobre as questões raciais, e qual a sua influência na formação discursiva de pessoas negras que optam por seguir ideologias ligadas à direita do espectro político, alinhando-se a grupos tradicionalmente opostos em termos das experiências e necessidades da maioria da população negra brasileira? Estas são as questões que permeiam a presente pesquisa, que visa apresentar possíveis formas de interpretação sobre a construção discursiva conservadora que ocorre antes e depois de indivíduos negros se tornarem locutores/enunciadores desta. Para tanto, a pesquisa se organiza em cinco capítulos.

No primeiro, é feita a contextualização da configuração política brasileira, em específico ao campo conservador, resgatando a discussão atual sobre o tema, assim como a relação entre esse espectro político e a questão racial no Brasil.

No segundo capítulo é exposta a metodologia e o marco teórico com o qual será embasada a análise dos dados, subdividido em três linhas de modelos interpretativos: a primeira linha de interpretação é a análise do discurso francesa, vertente pioneira e a mais utilizada para interpretação dos discursos políticos, dela são utilizados os conceitos de sujeito, ideologia e formação discursiva; O segundo modelo interpretativo advém da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Desta corrente são utilizados os conceitos de hegemonia, antagonismos e equivalências. O terceiro e último marco teórico e interpretativo está no subtítulo ‘Os discursos dos subalternos sob a influência da ‘colonialidade do poder’, onde se pretende apontar - por meio da revisão bibliográfica sobre o tema- como são afetados pelas

estruturas sociais os discursos daqueles que tradicionalmente não tem o poder político, os indivíduos que estão às margens dos processos decisórios.

No terceiro capítulo se discute a identidade negra e a identidade conservadora, sustentando a hipótese de que é preciso um distanciamento da identidade racial para que o indivíduo caiba dentro de uma ideologia política que trata as questões raciais de maneira pouco engajada.

No quarto capítulo, é apresentado o *corpus* de pesquisa e, de modo resumido, suas respectivas biografias. É feita a justificativa pela escolha dos sujeitos que compõem o *corpus* e, utilizando o modelo de tipificação dos políticos da direita brasileira, como elaborado por Codatto; Berlatto & Bolognesi (2018), são postos em comparação com o perfil desses sujeitos, em suas semelhanças, diferenças e particularidades.

Por fim, no quinto capítulo, são esquematizados dentro de cinco subtemas, - escolhidos porque aparecem na maior parte do repertório discursivo do *corpus*- as falas que compõe o objeto de análise. Neste capítulo, dedicado a análise dos dados, são evocadas as categorias analíticas como expostas na descrição metodológica, primeiro para descrever os contextos de enunciação imediata do discurso de agentes negros e, posteriormente, como se dá a enunciação no contexto social e político em que estão alocados.

Espera-se, a partir da observação dos dados, evidenciar os padrões discursivos existentes nos discursos do *corpus* de pesquisa e, com isso, inscrevê-los ou como reprodutores de sua condição de subalternidade ou adeptos dos meios de resistência ao discurso público, como propostos por Scott (1990).

A formulação da pesquisa foi feita com a intenção de contemplar uma percepção sociológica do tema em questão, fugindo dos determinismos estáticos recorrentemente retratados na ciência política, e levando em consideração as subjetividades ainda inexploradas da aderência ideológica entre as minorias políticas.

2- O CONSERVADORISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

2.1. O Prisma político da direita: Entre conservadores, liberais e reacionários

A primeira ponderação conceitual a ser feita para fundamentar a pesquisa é sobre a definição sobre conservadorismo e o seu uso retórico e ideológico, sem fazer um longo percurso sobre a história do conceito de conservadorismo, mas focando na particularidade de seu uso no contexto político brasileiro e no universo empírico de pesquisa.

Desde sua origem no século XVIII, conservadorismo enquanto conceito, se fez entre uma diversidade de autores e ideólogos que mudam sua concepção e definição conforme o contexto histórico e geográfico em que se encontram. As mudanças políticas e econômicas dos séculos seguintes ao surgimento da conceitualização de conservadorismo vieram acompanhadas da transformação deste conceito em ideologia política, em resposta às revoluções liberais que se deram, mais especificamente a revolução francesa e a revolução americana que, segundo os conservadores vanguardistas, ameaçavam as instituições e valores tradicionais (ALMEIDA, 2018). Em outras palavras, “o conservador seria, portanto, comprometido com a realidade, em oposição aos que querem moldar a realidade a partir de ideias” (CUNHA, 2015, p.8). O conservadorismo é entendido como uma derivação direta da direita, conservador é ser de direita, mas ser de direita nem sempre é ser conservador.

Por mais que a literatura recente tenha tratado a ascensão da direita como uma expressão ideológica pública, quando analisados os partidos políticos, notamos que o fenômeno da “direita envergonhada”, cunhado por Souza (1992), referindo-se ao receio de se declarar adepto de uma ideologia que remete à ditadura militar, permanece a despeito do burburinho feito ao redor dessa vertente ideológica. No estudo de Rodrigues (1987) sobre a autodefinição ideológica dos parlamentares constituintes, de um total de 428 deputados consultados, 6% se definiram como centro-direita e nenhum de extrema direita, 37% centro, 52%, de centro-esquerda e 5% extrema-esquerda (RODRIGUES, 1987 *apud* QUADROS; MADEIRA, 2018). No quadro a seguir, a atualização da pesquisa sobre a orientação ideológica, nesse caso com foco nos partidos políticos, entrega que, a contar pela autodefinição dos partidos e dos parlamentares, a direita é a menor das ideologias no Brasil.

Quadro 1: Autodefinição dos partidos políticos brasileiros

Esquerda	PCdoB, PCB, PSOL, PCO, PSTU, PT, UNIDADE POPULAR (UP)
Centro-Esquerda	PDT, PSB, CIDADANIA, PV e PMN.
Centro	PMB, MDB, PL, PSD, PTC, DC, PROS, AVANTE, PATRIOTA e PODEMOS.
Centro-Direita	PTB, PROGRESSISTAS, PSC, PRTB e REPUBLICANOS.
Liberal de Direita	PSL
Liberal-Conservador	PRTB
Liberal De Centro	PL
Democrata Liberal	DEM
Liberalismo Social	PSDB
Liberal	NOVO
Sustentabilismo Progressista	REDE
Humanismo Sistêmico	SOLIDARIEDADE

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Jornal Estado de São Paulo, publicado em 25 de dezembro de 2019.

Como visto no quadro acima, do total de 35 partidos, seis usam a definição “direita” sendo que cinco desses com a ponderação de se dizer centro-direita. Destaca-se o fato de, em 12 definições diferentes, seis tem a palavra “liberal” ou “liberalismo”. Podemos, ao observar esses dados, pressupor a existência de uma direita menos ideológica institucionalmente e mais centrada nas ideias ligadas ao liberalismo econômico.

A partir dessa autodeclaração dos partidos políticos, que demonstra haver receio sobre a incorporação da denominação “de direita” em contraste ao forte apelo aos termos “liberal” e “liberalismo”, se faz necessária a relação entre esses dois termos que no cenário político brasileiro são usados de forma distorcida em relação a sua origem conceitual, servindo à convencionalidade daqueles que os usam (ALMEIDA, 2018). Além dos partidos não se assumirem ideologicamente, tem por característica a baixa adesão a fidelidade partidária, os parlamentares de partidos conservadores tendem a não achar ser o partido o responsável pelo sucesso eleitoral, atribuindo suas vitórias a seus esforços pessoais (MAINWARING; MENEGUELLO & POWER, 2000).

Tudo que envolve as relações raciais no Brasil está diretamente vinculado a um sistema de relações de poder em que independentemente do tipo de governo e plano econômico em que

está inserida, seja conservador, seja progressista, a população negra se mante em uma condição de subalternidade. A abolição da escravidão é um exemplo. Há autores que dizem que ela só aconteceu para sanar os anseios da nova classe liberal que se formava no Brasil nas décadas finais do século XIX. “[...] o movimento abolicionista não se colocava em termos raciais. Era primordialmente uma questão socioeconômica” (COSTA, 1989, p. 446).

Se em seu surgimento, no século XVIII, o liberalismo mostrou-se como enfrentamento ao regime feudal e monárquico, enaltecendo as liberdades individuais como princípio, com o passar dos séculos tomou outros sentidos e usos dentro das novas formulações políticas, econômicas e sociais, que em alguns casos -principalmente na América Latina- modificaram muito seu escopo inicial. Essa mudança aconteceu, sobretudo, pela questão econômica dentro da discussão de intervenção ou não do Estado no mercado capitalista. Os ideais iniciais da filosofia liberal de individualidade acima da coletividade, o Estado enquanto mal necessário, ideia de moralidade e direitos universais, são ideais atualmente pouco preservados na grande maioria dos países, e em especial aqui, o “[...] crescimento do pensamento liberal no Brasil encontra barreiras múltiplas, a começar por sua filiação ao conservadorismo em que se defende um capitalismo cujo Estado nacional custeia o investimento de grandes empreendimentos” (TROTTA, 2014, p.166).

Diferente do que aconteceu em outros países da América (como, por exemplo, México, Colômbia e Venezuela), onde as reformas liberais foram feitas sob conflitos civis armados, pela resistência apresentada pelos conservadores (militares e aristocratas da agricultura), no Brasil, o liberalismo veio em contraproposta ao sistema econômico centrado na agricultura, do período colonial/monárquico (ANDREWS, 2007). “Em vários aspectos, o Brasil foi um caso excepcional. Foi o único país da América Latina que continuou a ter um regime monárquico e, em que pese a sua enorme extensão, conseguiu manter a sua unidade territorial” (POZO, 2008, p.96).

A instrumentalização política do liberalismo é a principal marca do contexto brasileiro. O Estado sempre foi usado pela elite econômica como facilitador de suas demandas. As séries de privatizações pelas quais passou o país evidenciam que a tendência dos governos conservadores é utilizar a máquina pública em benefício do setor privado (ALMEIDA, 2015). O Brasil passou por três etapas em seus processos de privatização. Primeira etapa no Regime militar (de 1964 a 1985), segunda etapa no Governo Sarney (1985-1990) e a terceira etapa no governo Collor (1990-1992). Desde a redemocratização, em 1988, três governos se elegeram com uma agenda neoliberal privatista, Fernando Henrique Cardoso, Collor e Bolsonaro. Todos

alocados a direita do espectro político, mesmo que com diferenças entre si em grau de ideologização, na área econômica seguiram a mesma linha (ALMEIDA, 2015).

A era mais autoritária da história política brasileira foi o período no qual os ideais econômicos liberais tiveram o solo mais fértil para seu desenvolvimento enquanto agenda econômica. No regime militar, do Governo de Castelo Branco (1964-1967) ao Governo Figueiredo (1979-1985), surgiram 274 novas estatais, tendo sido o período em que mais se criaram empresas estatais, contudo, foi também, o período de maior privatização. No governo de Figueiredo, quando se deu a primeira etapa da política de privatizações - com o “Programa de Desestatização” e a “Comissão Especial de Desestatização” - 20 estatais foram vendidas e 22 transferidas para os governos estaduais ou fundidas a outras empresas (ALMEIDA, 2015). As políticas econômicas neoliberais, em geral, não encontram respaldo na população brasileira. Entretanto, o ideal liberal econômico é ainda -a despeito dos acontecimentos históricos e dos índices sociais- de forte penetração discursiva, caracterizando um interdiscurso (conceito que veremos adiante). A argumentação em torno da ideia de que o sucesso econômico é a condicionante da superação do racismo (FLORESTAN, 2008) foi construída durante todo século XX, sendo corroborada entre os mais diversos posicionamentos ideológicos. Tanto liberais quanto marxistas, viam o “problema do negro” como um problema puramente econômico (RAMOS, 1957).

Desde crianças, somos socializados para percebermos a desigualdade de classe – quando visitamos um bairro cujos habitantes são majoritariamente, quando não exclusivamente, brancos, denominamos o local de bairro de classe média, e não como bairro de brancos; o mesmo ocorre com as escolas, sempre referidas a partir da classe, e não da cor. Frequentemente, quando somos excluídos, tendemos a interpretar a exclusão a partir da classe, e não da cor (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2009, p.229).

Postos em perspectiva, dada a contextualização, podemos questionar se é o liberalismo que se utiliza do conservadorismo ou o conservadorismo que se utiliza do liberalismo? Ambas as configurações são consideradas válidas. Para Souza (2016), o conservadorismo é que usa do liberalismo como forma de levar a arena política seus interesses econômicos. “No Brasil, o conservadorismo adere a concepções liberais e no tocante a economia e nas ciências sociais apresenta uma decadência ideológica crítica, isto é, um pensamento pragmático, acrítico” (*apud* FRANÇA; MACIE & SILVA, 2020). O conservadorismo é entendido como um instrumento capitalista de manutenção da ordem social, e então posterior a formulação ideológica econômica liberal (FRANÇA; MACIEL & SILVA, 2019). Ao que Emília Viotti da Costa (1998) muito bem explica:

A elite brasileira, composta predominantemente por grandes proprietários e por comerciantes envolvidos na economia de exportação- importação, estava interessada em manter as estruturas tradicionais. Escolheram cuidadosamente os aspectos da ideologia liberal que se adequassem à sua realidade e atendessem a seus interesses. Purgando o liberalismo de seus aspectos radicais adotaram um liberalismo conservador que admitia a escravidão e conciliaram liberalismo e escravidão da mesma forma que seus avós haviam conciliado a escravidão com o cristianismo (COSTA, 1998, p.358).

Para Almeida (2018) essa relação entre liberais e conservadores é mutável, um processo de constante substituição de interposições, sendo uma relação de conveniência, depende do momento político para que um se interponha ao outro, “Em momentos de crise, em que é preciso “conservar o que concretamente deve ser conservado”, os liberais podem se tornar *reacionários*” (ALMEIDA, 2018, p.30).

2.2. O perfil político da população negra

2.2.1. Eleitores: Conservadores nos costumes, progressistas na economia

“Votar no político reacionário é ajudar a preservação do “status quo”. Como posso votar, se sou progressista e coerente com minha opção, num candidato em cujo discurso, fairsante de desamor, anuncia seus projetos racistas?”
(FREIRE, 1996)

Entendendo o conservadorismo como antagônico ao progressismo, sendo a população negra tão desprivilegiada em questões de bem-estar social, parece paradoxal a associação entre esta população e as ideias refratárias às mudanças de cunho social¹. Isso não significa que não há motivações bem definidas por aqueles que optam por essa associação.

É certo que a escolha eleitoral nem sempre é consciente, de acordo com o que Lau e Redlawsk (2006 *apud* BELLO, 2016) definiram como “voto correto”². Nesse sentido, a eleição do presidente atual, por exemplo, veio embalada por um processo anterior de reconstrução discursiva sobre as definições de conservadorismo e liberalismo. Porém, além da existência ou não do voto correto, essa reconstrução de sentidos é de igual relevância na análise do voto

¹ Análise feita pelo “Observatório do Legislativo Brasileiro”, da legislatura que vai de 2015 a 2018, sobre a atuação das bancadas partidárias em projetos de lei sobre a questão racial revela que um grupo numeroso de siglas, Republicanos, PSDB, PL e Patriota, (todos do campo da direita) teve nota igual ou menor que zero, com atuação que pode ser lida como de reticente a contrária à pauta racial.

² Segundo os autores, voto correto seria o voto dado depois de o eleitor ter informações suficientes sobre os candidatos e que a partir disso se decida por aqueles que mais se assemelham com seus valores, interesses e expectativas políticas.

negro. “Conforme enfatiza Figueiredo et al (1997), as eleições são um microcosmo que reflete a vida social, econômica, cultural e política de uma sociedade, tanto em termos pragmáticos quanto simbólicos[...]” (OLIVEIRA, 2002, p.51). A partir de Figueiredo, podemos questionar: quais as causas culturais, econômicas e políticas que levam indivíduos negros a se associarem à grupos políticos do campo conservador e, conseqüentemente, compactuarem com discursos historicamente racistas, alinhando-se à defesa de uma lógica política que desresponsabiliza o Estado sobre questões ligadas à superação do racismo, vendo nessa agenda política a que mais lhes representa dentre todas as outras existentes?

O consenso entre os autores que se dedicaram a interpretar a diferenciação do voto negro e do voto branco é que o marco inicial de análise dessa diferenciação está ligado à emergência do populismo no Brasil, de 1945 à 1965. Freyre (1956), Prandi (1996) e Lamounier (1968), são autores que defendem a hipótese de que a identificação com personalidades carismáticas, próprias do populismo político, com proposições de amparo que suprimissem a sensação de desamparo, atraem o eleitorado negro. Gilberto Freyre remonta a preferência dos afro-brasileiros por líderes populistas com base na relação paternalista oriunda do regime escravista. Já autores como Souza (1971), Andrews (1991) e Silva e Soares (1985), partem da hipótese de que a preferência do eleitorado por políticos ligados ao trabalhismo se estabeleceria por pelas propostas de redistribuição de renda, feitas por esse setor político.

A reconfiguração social, principalmente no mundo do trabalho o populismo conservador de Getúlio “Pai dos Pobres” e seu partido PTB, agregador de múltiplas identidades em uma unidade ‘O Povo’, contra os “poderosos” (LAGO, 2021).“ Os negros e mulatos eram na realidade a componente principal do “povo” que Vargas transformou, de massa de cidadãos de segunda classe em um dos principais suportes do Estado Novo” (SOUZA, 1971, p. 64). Nesse período, alguns símbolos ligados a cultura afro-brasileira passaram a ser reconhecidos e a população negra é vista como parte integrante do povo brasileiro, dos trabalhadores, aumentando a popularidade de Getúlio nesse recorte social.

Por certo, o contexto de 1930 e os desdobramentos do governo de Getúlio Vargas, estimularam o revigoramento de anseios e projetos, que encontraram eco em algumas medidas e princípios de grande popularidade e aceitação dentro da comunidade negra, a exemplo do discurso nacionalista, da emergência de manifestações culturais negras alçadas a símbolos nacionais, como a capoeira, o carnaval e o samba, e, sobretudo, pelo decreto 19.482, de 12/09/1930, em que prescrevia a obrigatoriedade das empresas destinarem dois terços de seus postos de trabalho a trabalhadores nacionais (LIMA, 2011, p. 48).

Por mais que tenha se comprovado, por meio de pesquisas da ciência política, a preferência da população negra por partidos de cunho trabalhista, (SOUZA, 1971; ANDREWS, 1991; SILVA & SOARES, 1985) e/ou partidos de oposição a ideias autoritárias durante as primeiras eleições da reabertura democrática (GUIMARÃES, 2001), as pesquisas que medem o perfil ideológico dos brasileiros demonstram o forte apego dessa população as pautas de tendências conservadoras, muitas vezes autoritárias. Para ilustrar tomamos como exemplo o “Índice de Propensão ao Apoio a Posições Autoritárias” realizado em 2017 (período pré-eleições presidenciais). Em uma escala de medição de 1 a 10, onde quanto mais próximo do número 10 maior a adesão dos indivíduos a posições autoritárias, são expostos os seguintes resultados: O índice geral foi de 8,10, considerado alto e “indicativo de forte propensão de adesão às questões contidas nas sub-dimensões analisadas e de forma geral ao autoritarismo” (FBSP, 2017, p. 14). Foram também encontrados maiores índices de propensão ao autoritarismo entre as classes D/E (8,5) e na região Nordeste (8,4)³. Os números são maiores na categoria “Submissão à autoridade”, (8,08) e menores na categoria “Agressividade autoritária” (6,50) e “Convencionalismo” (7,36).

Na variável cor/raça, “brancos” tiveram um índice de 7,9, “pretos” 8,1, e “pardos” 8,3. Mesmo que os números não tenham grande diferença entre si, é destacado o índice ter sido maior entre aqueles que se declaram pretos e pardos, o que reflete outro dado estatístico; “As vítimas endêmicas da violência urbana são jovens negros e pobres das periferias, bem como mulheres. Um jovem negro tem 147% mais chances de sofrer homicídio do que um branco” (TELES, 2018, p.67). Percebe-se então que aqueles que mais apoiam posições de autoridade são os que mais sofrem violência, dados que corroboram com a constatação de que as camadas mais pobres são mais autoritárias, conservadoras, religiosas e despolitizadas (CARDOZO, 2020). Sendo a população negra a base da pirâmide econômica brasileira, essa constatação se estende a ela.

Ainda sobre o perfil político da população, o Data Senado (2019) em pesquisa sobre a posição ideológica dos brasileiros, nos apresentou os seguintes dados: 32% dos consultados se dizem de “Centro”, 56% “Centro-Direita”, 28% “Direita”, e 18% “Esquerda”.⁴ Embora o Data Senado mostre a preferência dos consultados pela direita, a pesquisa do Estudo Eleitoral

³ A metodologia de medição utilizada no estudo foi desenvolvida a partir da elaboração de medição, Escala F (Fascismo), formulada por Adorno em seu estudo, “The Authoritarian Personality”, sobre a adesão as ideias autoritárias feito nos anos 1950 nos Estados Unidos.

⁴ Esses números podem variar conforme o ano em que as pesquisas são realizadas. As eleições sempre trazem uma maior discussão sobre o tema ideológico. Pesquisa feita pelo Data Folha em 2019 sobre o mesmo tema apresenta números de até 10 pontos de diferença nos mesmos itens avaliados.

Brasileiro (2018), mostra o desconhecimento geral da população sobre a corrente ideológica dos partidos de direita. O DEM, partido tradicional da direita brasileira -dissidente do PFL, que por sua vez foi dissidente da Arena (partido da ditadura Militar) - foi posto por 10,3% das pessoas como sendo de esquerda, somente 4,7% o reconheceu como de direita. Outro partido tradicional da direita, o PP, é reconhecido por 11% dos consultados como sendo de esquerda, enquanto somente 4% o reconheceram como um partido de direita.⁵ Vemos que a autodeclaração ideológica dos brasileiros está descolada de como se constitui a identidade ideológica dos partidos no Brasil. Ser de direita, na percepção do senso comum, é ser favorável a questões que permeiam suas convicções religiosas e morais. Ainda segundo Mainwaring; Meneguello e Power (2000), os eleitores conservadores tendem menos a se identificarem com partidos políticos, preferindo rejeita-los, o que contribui para que o eleitor da direita não saiba reconhecer os partidos deste espectro político e suas proposições para além das pautas dos costumes.

Como já mencionado, há na ciência política brasileira uma agenda de pesquisa sobre autoritarismo, extrema-direita, e a ascensão de uma nova direita, que tem produzido vasto material sobre o tema. A reunião de ensaios e artigos feita por Gallego (2018), que leva o título de “O ódio como Política; A reinvenção das direitas no Brasil” representa a diversidade de pesquisadores mobilizados acerca desta vertente ideológica. O aumento da mobilização conservadora tem sido visto, pelos pesquisadores do tema, como resultante do aumento das pautas consideradas progressistas, como legalização do aborto, das drogas e questões ligadas aos direitos LGBTQIA+ nos governos petistas. Uma reação à “ameaça” aos valores tradicionais estabelecidos (QUADROS; MADEIRA, 2018, p.49). Evoca-se a necessidade de defesa de um tradicionalismo moral forjado por grupos religiosos e políticos em disputa pelo poder.

O uso da religião como via de análise é de extrema importância, visto que o conservadorismo sempre teve como alicerce valores religiosos, em especial nas eleições brasileiras de 2018, o *slogan* “Deus acima de tudo” foi vencedor ante as demais propostas políticas concorrentes, pois os eleitores que se reconhecem enquanto conservadores são mais religiosos que os demais.⁶ Em um país onde 83% da população acredita que a crença em Deus torna as pessoas melhores, direcionar o voto para candidatos que se dizem comprometidos com os valores religiosos, sobretudo aos valores cristãos é, de certo ponto de vista, previsível.

⁵ Segundo medição de Survey, aplicado entre 2006 e 2007, analistas políticos brasileiros classificaram PP e PFL como sendo os partidos mais próximos ao polo extremo da direita dentro do espectro político nacional. Mais em: TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. **Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey**. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. e24-e39, Mar. 2015

⁶ Afirmação feita de acordo com medição do Data Senado, dezembro de 2019.

Na avaliação do desempenho de oito ministros junto ao eleitorado constatou-se que o mais popular era o até então ministro da justiça Sergio Mouro, seguido por Paulo Guedes (Ministro da Economia) e Damares (Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos). Enquanto o ministro da economia tem um índice de aprovação maior entre empresários, homens, brancos, espíritas kardecistas e entre aqueles com renda de mais de 10 salários mínimos, Damares apresenta maior aprovação entre mulheres, desempregados, evangélicos, amarelos e entre aqueles com renda entre 2 salários mínimos.⁷ Isso demonstra que as classes populares estão mais sujeitas a aderirem ao conservadorismo político em função da defesa das pautas da moralidade do que pelas pautas econômicas do liberalismo intrínseco ao plano das direitas.

Adicional a uma construção no imaginário social de que o problema de classe se sobrepõe ao problema racial, está a orientação dada aqueles que estão inseridos em religiões específicas. A ‘Teologia da Prosperidade’, própria das religiões neopentecostais, é de grande influência no pensar e agir político de seus fiéis. Sobre isso, vale destacar que, nas eleições de 2018, sete em cada dez evangélicos declararam ter votado em Jair Bolsonaro⁸. De acordo com o relatório “Nós e a Desigualdade” (2019), a cada 3 brasileiros, 2 afirmam que para uma vida melhor são necessárias três principais coisas; fé, estudo e acesso à saúde.

Porém, vale ressaltar que, a população mesmo se conservadora valoriza os serviços públicos de saúde educação e segurança⁹, e a má memória econômica dos governos privatistas da década de 1980 e 1990 pode ser apontada como um dos motivos das sucessivas reeleições do PT, partido que priorizou a distribuição de renda. A mesma pesquisa mostra que 77% apoiam o aumento de impostos para pessoas ricas, e 84% acham que é dever do poder público diminuir as desigualdades econômicas.¹⁰

Há um emaranhado de interpretações entre os conservadores das classes populares sobre o papel do Estado na vida dos mais pobres. Ao mesmo tempo que se acredita que o Estado tem o dever de agir para a diminuição da pobreza, a meritocracia é creditada a despeito da ajuda que as políticas sociais possam ter dada na melhoria de vida daqueles que foram beneficiados pelas políticas públicas. Zibechi (2016) defende que apesar de o neoliberalismo ter uma base de apoio de em torno de apenas 35% a 40% entre o eleitorado latino-americano, a eleição de candidatos

⁷ Folha de S. Paulo. Ed. 10 de dezembro de 2019. Joel pinheiro da Fonseca. Pesquisa realizada entre 05 e 06 de dezembro de 2019.

⁸Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/metade-dos-evangelicos-vota-em-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>

⁹ Sobre em: Pablo Ortellado e Esther Solano, “Nova direita nas ruas?”, *Perseu*, n. 11, 2016, p. 177.

¹⁰ O relatório “Nós e as desigualdades” de 2019, desenvolvido pela Oxfam Brasil, ouviu 2086 pessoas em todas as partes do país entre os dias 12 e 18 de fevereiro.

ligados a esse modelo na última década se deu pelo apoio da classe popular. Esse apoio seria oriundo de uma nova classe média estabelecida pelo poder de consumo conquistado durante os governos progressistas. Essa nova classe média, que acreditando não haver risco de perda dos direitos adquiridos em governos anteriores, deu vazão à nova direita autoritária e suas proposições punitivistas, com ênfase na segurança pública e nas pautas de costumes.

A volta de altos índices de desemprego, fome e queda no rendimento das famílias durante a gestão de Bolsonaro tem tido como resultado o abandono de parte de seu eleitorado, a parte mais desprivilegiada em termos econômicos. Ex-eleitores de Bolsonaro são na sua maioria negros, nordestinos, com ensino fundamental e renda de até um salário-mínimo.¹¹ As apurações para as eleições em 2022 mostram que a rejeição ao nome de Jair Bolsonaro é maior entre aqueles que se declaram pretos, e o nome de Lula aparece como favorito na corrida presidencial pelos mais escuros e mais pobres. Isso é um demonstrativo de que, mesmo a nova direita tendo sido eleita por base de um discurso de moralização que ainda lhe garante fiéis seguidores, a má condução econômica tem sido determinante para a perda de grande parte de seu eleitorado. Ou seja, mesmo que de maneira geral o eleitorado brasileiro seja receptivo a agenda de costumes dessa direita, no plano econômico, tende a optar pelas candidaturas do campo progressistas. Confirma-se a hipótese apresentada por Souza (1971) de que o voto negro é essencialmente vinculado ao populismo, mas sobretudo a uma proposição trabalhista de distribuição de renda.

[...] O brasileiro não admite restrição ao direito de propriedade, mas prefere o regime socialista; defende o casamento religioso, mas aceita o divórcio; advoga a participação do trabalhador na administração da empresa, mas abomina os empresários; mostra-se condescendente com a violência, mas é simpático à pena de morte (MERCADANTE, 2001, p. 71).

Há entre o eleitorado brasileiro um conservadorismo difundido no plano cultural, mas não no que defendem para a administração dos recursos econômicos do Estado. O que podemos concluir disso é que, estando o conservadorismo sempre de mãos dadas ao neoliberalismo econômico, seu sucesso eleitoral em um país de maioria de classe média baixa, só pode acontecer se articuladas algumas táticas de campanha, entre a mais eficaz, esta esconder o plano econômico que pretende colocar em prática quando eleito.

¹¹ Dados do IPEC consultados em: <https://almapreta.com/sessao/politica/bolsonaro-pesquisa>

2.2.3. Candidatos: pardos e embalados pela nova direita popular

A política no Brasil tem uma história de protagonismo majoritariamente branco, masculino e de partidos conservadores. Devido a isso, a eleição de políticos negros demorou a acontecer. Antes da reabertura democrática, poucos são os nomes que podem ser mencionados. Na primeira eleição, em 1982, 83% dos candidatos negros concorreram por partidos ligados à esquerda, partidos que eram oposição à situação da época, entre esses partidos estavam PT, PDT e PMDB (NASCIMENTO, 2010). O recrutamento de candidaturas negras, estatisticamente, é maior nos partidos à esquerda, e desde que há eleições democráticas, a sequência histórica estabeleceu que candidatos negros têm uma maior tendência a se vincular à esquerda do espectro político. É posto que a penetração de candidatos negros em partidos da direita seria dificultada pela preferência que esses partidos têm pelo recrutamento de “notáveis” (sobretudo empresários) e pela via hereditária, pais que lançam filhos e cônjuges acreditando passar credibilidade através do sobrenome (MACHADO, 2015).

No legislativo, a partir de 2014, é observada a diminuição da direita secular ou tradicional, representada por DEM, PP e PTB, o que não significou a diminuição da direita na câmara federal (a câmara mais conservadora desde a redemocratização) e sim uma substituição nas orientações da direita. Houve o crescimento dos partidos confessionais de direita,¹² “partidos que baseiam a sua ideologia ou programa explicitamente em concepções religiosas e/ou estão ligados a igrejas e a movimentos com forte apelo conservador” (CODATO; BERLATTO & BOLOGNESI, 2018, p.879), elevados pelos deputados evangélicos, que saíram de 2 deputados eleitos em 1998 para 76 eleitos em 2014. Aumento houve também dos partidos personalistas (fisiológicos)¹³ que saíram de 4 eleitos em 1998 para 39 eleitos em 2014 (CODATO; BERLATTO & BOLOGNESI, 2018).

A elevação no número de negros eleitos por partidos da direita, tanto no âmbito regional¹⁴ quando em âmbito nacional, veio junto do aumento dessa nova direita popular oriunda da classe baixa, representada por personalidades religiosas, e da direita populista de classes média,

¹² Esses partidos seriam, conforme a definição dos autores: PEN, PHS, PR, PRB, PSB, PSC, PSDC

¹³ PAN, PMN, PRN, PRONA, PROS, PRP, PSN, PST, PT do B, PTC, PTN e SD.

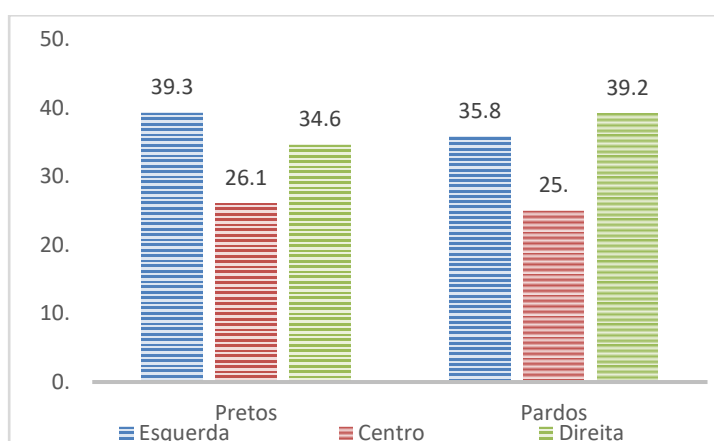
¹⁴ Segundo pesquisa do GEMAA (grupo de estudos multidisciplinares da ação afirmativa), houve um grande número de candidatos a vereadores brancos que se autodeclararam como negros nas eleições de 2020. A depender do partido, a heteroclassificação (feita por terceiros, no caso, os pesquisadores) não coincide com a autoclassificação dos candidatos em um índice de até 12%. O aumento no número de negros eleitos, pode não ser de fato, tanto quanto indicam os dados oficiais. Mais em: <http://gema.iesp.uerj.br/eleicao2020/>

representado por Bolsonaro¹⁵. Embora se observe um aumento no sucesso eleitoral de negros no plano legislativo, no âmbito municipal ainda encontram maior chances de eleição do que a âmbito federal. Isso porque chegar ao cargo de deputado federal exige uma profissionalização prévia dos candidatos, o que dificulta o acesso de negros. De acordo com o “Dossiê enegrecer a política” (2020) os negros são os que mais se candidatam aos cargos do legislativo, mas os que tem a menor chance de se elegerem. Ainda segundo o dossiê, são mais propensos a serem candidaturas laranjas do que os brancos. Os que conseguem ser eleitos são aqueles poucos com um nível de experiência política similar aos dos brancos.

Há uma distinção, mesmo que não muito grande, entre a atuação dos políticos negros e dos brancos alocados na direita. Diferente dos políticos brancos da direita tradicional, os políticos negros da câmara federal eleitos por partidos menores tendem a se vincular nas câmaras à temas ligados a pautas morais, em especial na área da defesa e segurança, mais do que a temas econômicos (OLB, 2020).

Conforme a figura abaixo, sobre as candidaturas negras nas eleições municipais de 2020, é notável que aqueles que se declaram pardos estão mais próximos do espectro da direita do que os que se declaram pretos. São candidaturas sem o viés de cor/raça e, de fato, movidas por interesses individuais, ao contrário do caráter coletivo dos candidatos negros oriundos dos movimentos negros integrados à esquerda.

Figura 1: Ideologia dos(as) vereadores(as) negros(as) eleitos(as) nas eleições municipais de 2020



Fonte: Elaboração própria feita a partir dos dados do TSE.

¹⁵ Essa tipologia das direitas brasileiras é feita por CODATO; BERLATTO e BOLOGNESI (2018). A direita é classificada por eles em cinco tipos: A direita tradicional, oriunda da classe alta, nova direita popular, classe baixa; direita populista, classe média; direita neoliberal, classe alta; direita libertárias, classe alta.

Acrescentando o exposto no gráfico, constata-se que pessoas negras que se identificam como pardas são levadas a votar em partidos de direita mais do que as identificadas como pretas, e também que pardos tendem a racializar suas campanhas menos do que os pretos. Mitchell (2009), acrescenta que: aqueles que se auto identificam como negros são mais propensos a votar em candidatos negros do que aqueles que se identificam como brancos (que seriam os negros de pele clara, os pardos). Os que não consideram a cor importante na hora de decisão do voto, são aqueles que declaram cores mais próximas do polo branco (morenos e pardos), já aqueles que declaram ser mais próximos ao polo preto (mulatos e negros), são os que apresentam mais inclinação a considerar a cor dos candidatos.

Mesmo o indivíduo não branco se declarando pardo, sua situação econômica está muito mais próxima dos pretos do que dos brancos (HASENBALG, SILVA, 2000), mas se ver racialmente diferente, faz com que ele se perceba socialmente diferente, e atribua as causas da discriminação social de um modo distinto dos pretos. Os pardos, quando consultados sobre sua percepção da discriminação existente no Brasil, veem as discriminações por um viés de renda e não de raça, em contraponto aos declarados pretos, que acham que a discriminação racial é maior do que a discriminação de classe. O índice de pretos que discordaram da afirmação de que não há racismo no Brasil é de 73%. Entre o grupo cor parda o índice é de 67%, sendo menor que a média geral, que é de 70% (OXFAM, 2019). Isso estabelece uma aproximação entre eles e os valores da direita.

Define-se então que quanto maior o senso de pertencimento a uma identidade racial, maiores as chances de o voto étnico acontecer, o que significa que, aqueles que se distanciam da cor preta não veem em seus semelhantes como sujeitos políticos. Não havendo um senso de identificação étnica e coletivista, politicamente, a construção de reivindicações raciais dentro do aparelho institucional fica submetida à hegemônica super-representação branca. Sobre a explicação da preferência maior pelos partidos da direita entre os pardos do que entre os pretos, algumas hipóteses podem ser colocadas. Primeiro, entende-se que quanto maior o senso de pertencimento a uma identidade racial, maiores as chances de uma relação política entre negros acontecer. A ideologia da direita não abriga um senso de identificação étnica e coletivista, como veremos no capítulo III.

3 – METODOLOGIA E APORTE TEÓRICO CONCEITUAL DA PESQUISA

3.1. Tipo e desenho de pesquisa

Esta é uma pesquisa de tipo qualitativa, descritiva e compreensiva, com base em dados secundários, utilizando-se da metodologia da análise do discurso e posta em comparação com a literatura existente sobre raça e comportamento político. A pesquisa tem como enfoque indivíduos negros que tenham tido ou estão em destaque na política brasileira (sem especificação de tempo, mas que estejam ligados à ideologia da direita e suas variações), indivíduos esses selecionados de acordo com o material existente que foi recolhido na pesquisa de campo. A unidade do corpus análise é a origem racial daqueles que o compõe, diferenciando as condições que se encontram no momento de enunciação, espera-se encontrar as regularidades discursivas que fazem do objeto de pesquisa um fenômeno específico.

Os textos e falas foram recolhidos de acordo com o período de atuação política, e consequentemente discursiva, dos indivíduos selecionados como universo de pesquisa, por isso, não se delimita um período específico. A intenção é que a partir do referencial teórico e conceitual se possa interpretar o conteúdo dos discursos que serão analisados junto ao referencial teórico. E mais do que isto, tentar traçar paralelos entre os conceitos escolhidos e a constituição discursiva.

Foi feita uma revisão bibliográfica a fim de delimitar os conceitos que servirão de embasamento teórico à pesquisa empírica, de modo a orientar a análise dos dados recolhidos em campo. Em um segundo momento, coletados dados qualitativos - em fontes como *Podcasts*, *Youtube*, *Instagram* e publicações impressas/literárias - construindo o objeto material de análise, ou seja, as falas/discursos de agentes políticos negros conservadores. E por fim analisa-se este material por meio da metodologia de análise de discurso, buscando responder o problema de pesquisa. A coleta de dados foi feita de forma sistêmica, a partir do momento que se definiram os indivíduos que constituíram o universo de pesquisa. Foram observados na análise prévia do corpus discursivo regularidade de temas enunciativos, em função disso, os conteúdos discursivos foram divididos em cinco subcapítulos que representam a unidade do *corpus*.

Dito isto, a análise dos dados está dividida em quatro momentos; o subcapítulo, ‘Lugar de fala e lugar de falar’ é dedicado a descrever as condições da produção discursiva do corpus de pesquisa. Na seção seguinte, analisamos as táticas e associações que influenciam nas formações discursivas entre os sujeitos negros. Em seguida, nos temas predeterminados pela

frequência com que são evocados pelo corpus, são expostas as formações discursivas predominantes, a que estão inscritas as falas e textos que compõe o objeto de análise, relacionando-os com as estruturas político-sociais de seu acontecimento discursivo, e assim indicando a formação ideológica a que estão inscritas. Por último, é feito o cruzamento dos dados com o marco teórico. Os dados empíricos que constituem o objeto de análise foram recolhidos nos seguintes meios:

Quadro 3: Fontes de consulta

CORPUS DE PESQUISA	PLATAFORMAS DIGITAIS E REDES SOCIAIS	LIVROS E ARTIGOS	MÍDIA IMPRESSA
Arlindo Veiga		<p>MALATIAN, Teresa. Memória e contra-memória da frente negra brasileira. In. XXIX Simpósio Nacional de História. Anais. Brasília: UNB, 2017</p> <p>SILVA, Maria Aparecida Pinto. A voz da raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco. 2003. 245 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.</p> <p>LIMA, Alex Benjamim de. Em tintas negras: cultura impressa e intelectualidade em “A Voz da Raça” (1933-1937). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis.</p> <p>Domingues, Petrônio. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!". Varia Historia, 2006.</p>	
Celso Pitta	<p>Youtube: Entrevista no programa Roda-viva https://youtu.be/HYiFAogujng</p> <p>Site Folha Online: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u35571.shtml</p> <p>https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0709200516.htm</p>	<p>PITTA, Celso. Política e preconceito: a história e a luta do prefeito que enfrentou os poderosos. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.</p>	<p>Re vista Raça Brasil, edição de março de 1997</p>

<p>Fernando Holiday</p>	<p>Spotify: Entrevista concedida ao Podcast Mano a Mano, em 30 de setembro de 2021. https://open.spotify.com/episode/2MdfHSziNAbsdCdj8ZmXVD</p> <p>Youtube: Programa “Morning Show”, 2019. https://www.youtube.com/watch?v=7m329pYfzBQ Canal Fernando Holiday https://www.youtube.com/watch?v=F75cwEfUfnU https://www.youtube.com/watch?v=F75cwEfUfnU&ab_channel=FernandoHoliday</p> <p>Site da Câmara de São Paulo: audiência da câmara de São Paulo sobre revogação das cotas raciais dia 22/10/2020: https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/audiencias/API18129-2020ADM.pdf</p> <p>Site do El País Brasil: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/politica/1561649621_458153.html</p>	
<p>Hélio Lopes</p>	<p>Site do Instituto Palmares: https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Discurso-do-deputado-federal-Helio-Lopes-em-alus%c3%a3o-ao-13-de-maio-3.pdf</p> <p>Site da Câmara Federal: https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/61508/?trechosOrador=Helio%20Lopes</p> <p>Youtube: Canal vejpontocom: https://www.youtube.com/watch?v=xorCHmbx-NE</p> <p>Programa Pânico no rádio: https://www.youtube.com/watch?v=MadzUiQXnao&ab_channel=P%C3%A2nicoJovemPan</p> <p>Instagram: @minhacoreobrasil (postagens dos dias: 11 nov 2021; 16 nov 2021; 6 jan 2022; 18 NOV 2021)</p>	
<p>Sonaira Fernandes</p>	<p>Instagram: @sonorairasp (Postagens dos dias: 9 jun 2021; 16 de jun 2021; 30 jun 2021; 13 de jul 2021; 29 jul 2021; 15 de set de 2021; 20 de nov de 2021)</p>	

Fonte: Elaboração própria.

Entendendo que o discurso é um dos principais meios pelo qual a política é feita, e que os sentidos não existem em si mesmos (e nem por si mesmos), mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, fazendo com que o sujeito discursivo funcione por inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2001), é imperativo que a análise do discurso político se faça por um viés pluridimensional. Que agregue os aspectos enunciativos, ideológicos e sócio-históricos, possibilitando a interpretação do objeto de pesquisa em sentido restrito e amplo.

Se todo discurso se estabelece em relação com outros discursos, o objetivo principal do método da análise do discurso deverá se orientar a entender o funcionamento e as formas como

os sentidos são produzidos socialmente, já que o ponto central da análise do discurso não é ater-se aos significados aparentemente óbvios de enunciados e sim descobrir os mecanismos de dominação ideológica escondidos na linguagem. Em suma, o fundamental na análise do discurso é compreender o que significa o texto na filiação discursiva em que está inserido, seus processos de produção e seu funcionamento em determinado contexto histórico-social. Em vista disso, a pesquisa que se utiliza da análise do discurso como método não deve ser orientada pela procura do ponto de criação e da originalidade individual do discurso, mas sim pela procura do acontecimento discursivo e sua regularidade.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	OBJETIVO DO EMPREGO DAS CATEGORIAS
1° Condição de produção: Contexto imediato e circunstâncias de enunciação	Apontar sob quais condições enunciam os sujeitos discursivos, em específico, em quais lugares físicos e materiais atuam como agentes políticos.
2° Condição de produção: Contexto amplo, sócio-histórico e ideológico	Descrever o contexto político e social que os influencia em suas formações discursivas, que permite e os limita enquanto sujeitos discursivos.
Formas de repetição: repetição empírica; repetição formal; repetição histórica	Identificar como são atravessados por outras formações discursivas e ideológicas, e se há deslocamento das evidências produzidas pela ideologia ou fixação às imagens por ela produzidas.
Equivalências	Como o corpus estabelece equivalência com o interdiscurso do discurso hegemônico conservador. Como se dá a relação de inclusão, sustentação, apropriação e sobreposição, entre o discurso de sujeitos racializados e os discursos conservadores.
Antagonismos	Entender como o corpus estabelece diferenciação política de seu grupo social ou ideológico. Como se dá a relação de exclusão, negação, oposição, sobreposição entre o discurso de sujeitos racializados e os discursos conservadores.
Discurso Público e discursos políticos entre subordinados	Por fim, busca-se evidenciar se o corpus está mais próximo de aderir aos modos de resistência, pela sua condição social de subordinação, ou ao discurso público, por seu alinhamento político.

Quadro 4: Categorias De Análise

3.2 A análise do discurso: sujeitos, ideologia e a formação discursiva

Relacionando a linguística, o marxismo e a psicanálise, a análise do discurso reúne três regiões do conhecimento; a teoria da sintaxe e da enunciação; a teoria da ideologia, e a teoria

do discurso (das determinações históricas sobre os processos de significação) (ORLANDI, 2001, p. 25). Fundada, na década de 1960, na França, a partir do aporte conceitual desenvolvido por Bakhtin, Pêcheux e Foucault, a análise do discurso surge como campo de estudo e método inovador, independente das áreas do conhecimento que colocam a linguagem como expressão do pensamento ou um meio de comunicação. Tem o discurso como objeto linguístico e histórico (GREGOLIN, 1995). Nasce da crítica às análises estruturalistas marxistas sobre sujeito e história em relação a linguagem.

A análise do discurso, inaugurada pelo lançamento do livro ‘Análise Automática do Discurso’, (1969) de Michel Pêcheux, parte da relação entre língua, discurso e ideologia, porque entende-se que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é língua. São divididos em três tipos: discurso autoritário, discurso polêmico e discurso lúdico.

De Foucault (1971) vêm a definição sobre formação discursiva adotada pela análise do discurso, reformulada por Pêcheux, que adiciona a questão ideológica e o materialismo dialético. “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2001, p.43). As formações discursivas são heterogêneas, contraditórias e fluídas. Seu desenvolvimento conceitual e metodológico, parte do pressuposto de que os discursos se relacionam, formando sentidos que sempre são determinados ideologicamente, sentidos esses produzidos e repetidos nos processos sociais e históricos a partir das posições ideológicas nas quais se filiam os sujeitos discursivos (INDURSKY, 2011). Diante dessas considerações, a análise do discurso, sem a pretensão de apontar o porquê da existência ou a veracidade do discurso, propõe a análise sobre os processos e as condições da produção discursiva, situando-a em um contexto histórico-ideológico.

As condições para a produção do discurso relacionam sujeitos, situação e a memória discursiva. A condição de produção se divide em dois sentidos: em sentido estrito, o contexto imediato da ação discursiva e, no sentido amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico em que está inserido o sujeito. No contexto imediato, as circunstâncias de enunciação que determinam a condição de produção do discurso, como o lugar e a situação em ocorrência. Do contexto amplo vem a aprendizagem dos significados, do interdiscurso, necessário para a interpretação do contexto imediato, uma vez que é a partir do que já se sabe sobre qualquer assunto, pelo acionamento da memória discursiva, que o ato de dizer torna-se possível. O interdiscurso é o que já se sabe e torna possível que se acionem discursos sobre situações dadas, que orienta o dizível. Interdiscurso “é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independente” (ORLANDI, 2001, p.31). Ou seja, é aquilo que já foi dito, que está a priori da

experiência do indivíduo, e reproduzido por ele, que aciona inconscientemente uma memória constituída por saberes discursivos já prescritos na exterioridade (COURTINE, 1981). O interdiscurso se constitui também a partir dos apagamentos, que são necessários para o movimento dos sentidos e subjetividades, e assim como os sentidos já estabelecidos nas repetições, - empírica, formal ou histórica - tem o potencial de moldar as identificações do sujeito. Na grande maioria das vezes a repetição feita pelos sujeitos não significa a repetição exata das palavras de um determinado discurso, mas a retomada do efeito de sentido dado por formações discursivas estabelecidas.

A repetição empírica (mnemônica) que a do efeito papagaio, só repete. A repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo. A repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido (ORLANDI, 2009, p. 54).

O que pode vir a acontecer, em decorrência dos apagamentos, é o estabelecimento de evidências, construídas pelas ideologias, que ao saturarem os sentidos e os sujeitos, apagam a sua materialidade, sua historicidade, e com isso, a relação destes com o real, deixando-os somente com o imaginário na constituição de suas identificações.

Assim como os sujeitos, as significações estão sempre incompletas, em aberto, mas também sujeitas às determinações, institucionalização, estabilização e cristalização. Os sentidos nascem da relação entre sujeitos e sentidos. O sujeito não é o centro e origem de sentido, seu discurso é sempre situado em relação a outro. Não há sentido sem interpretação e a ideologia é a condição da existência dos sentidos e do sujeito (ORLANDI, 2001). Entretanto, mesmo aberto, o controle das interpretações pode ser feito pelo uso da memória institucionalizada, tipo de memória que se baseia em documentos e arquivos elaborados por pesquisadores, selecionados por e para quem está autorizado a interpretar os sentidos. A partir da memória constitutiva, ou interdiscurso, esse modo de interpretação é feito por um trabalho histórico de constituição de sentidos subjetivos.

O sujeito e o sentidos que elabora são materializados pelo discurso, e este é constituído por um aparato ideológico cuja fonte está na memória, no inconsciente, no esquecimento, na falha, no equívoco, submetidos as continuidades e dispersões da história. A historicidade da construção dos sentidos não está explícita, a interpretação (propensa a determinações subjetivas dos sujeitos) é então sempre feita de forma ideológica. As posições - sujeito e as formações ideológica a que estão alocados determina os sentidos produzidos por eles. Não há discurso sem

sujeito e não há sujeito sem ideologia, pois “ideologia e inconsciente estão materialmente interligados” (ORLANDI, 2001, p.47).

O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e pela memória, que o inscrevem em uma formação discursiva, para que se produza o dizer. Apesar disso, tende a acreditar, por evidências subjetivas criadas pelo mecanismo ideológico, que a forma sujeito-jurídico do sistema capitalista é intrínseca a todo indivíduo, aderindo à falsa concepção de que tem autonomia e liberdade no dizer (MARIANI, 1998).

Os dois tipos de esquecimentos pelos quais o sujeito é afetado em sua memória discursiva também criam essa ilusão autorreferencial, de serem a origem do próprio discurso. O primeiro, chamado esquecimento ideológico, é o esquecimento inconsciente do sujeito, que afetado ideologicamente, sofre alguns apagamentos para que se privilegie uma formação discursiva em específico. Apaga do sujeito a referência direta dos significados e discursos já em circulação, dando-lhe a ilusão de ser a fonte de tudo o que diz, e de ter propriedade sobre a significação de seu discurso. O segundo esquecimento, chamado esquecimento enunciativo, é semiconsciente e parcial. Cria uma ilusão referencial, decorrente da sensação de realidade do que pensamos, pela naturalização entre palavra e coisa, ao relacionarmos uma corrente de correlação entre pensamento, linguagem e mundo, conseqüentes das famílias parafrásticas estabelecidas nas formações discursivas, que anulam outras possibilidades de enunciação (PÊCHEUX, FUCHS, 1975). Quando o sujeito diz de um modo e não de outro, o faz não por não saber dizer de modo diferente, mas por uma escolha que parte da significação do termo empregado.

Os sujeitos creem em uma autonomia discursiva, quando na verdade estão numa posição de assujeitamento em um sistema de dominação não explícita. Segundo Orlandi, “o sujeito só tem acesso a uma parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história (ORLANDI, 2001, p. 49). A formação discursiva pode ser afeta por censuras ideológicas explícitas, como o silenciamentos, e não explícitas como a sujeição. A sujeição, como definida por Althusser (1992), “é o mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar” e por meio disso, reproduzir as relações de poder (ALTHUSSER, 1992, p.8).

O conceito althusseriano de sujeição surge como um mecanismo de duplo efeito: é agente que se reconhece como sujeito e se assujeita a um sujeito absoluto. De acordo com ele, a sujeição não está presente apenas nas ideias, porém existe num conjunto de práticas, de rituais que se encontram em um conjunto de instituições concretas (GUERRA, 2009, p.10).

Esse conjunto de instituições concretas, da materialidade da ideologia enquanto organizadora do sistema de dominação, dialoga diretamente com a concepção foucaultiana sobre a capacidade de intervenção que o poder materializado em instituições, rituais, práticas, em processos internos e externos de controle do discurso. Os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais são os grandes procedimentos de sujeição do discurso (FOUCAULT, 1996).

Foucault (1996) alega que, por sistemas internos e externos de exclusão, há o controle da produção de discursos, ao que categoriza: separação (entre razão e loucura), interdição (tabu do objeto, ritual da circunstância, privilégio do sujeito que fala) e vontade de verdade (discurso verdadeiro com suporte institucional). Na interdição não se considera o discurso daquele que não tem o privilégio de proferir o discurso. A vontade de verdade justifica a interdição e define os loucos e sãos.

Nos procedimentos internos, os próprios discursos exercem seu controle; ordenação, distribuição que objetivam diluir as dimensões de ocasionalidade e acontecimento do discurso. Esse controle é operado por meio do comentário, disciplina, e autor, com suas funções coercitivas e restritivas. O lugar que ocupa o indivíduo que o torna sujeito do que diz, o sujeito discursivo é uma posição, o que gera uma disputa pelo lugar discursivo, já que “[..] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10). Em síntese, a luta pelo controle da enunciação é uma luta pelo poder.

A regularidade e as condições de emergência do discurso são a base da análise que se propõe a descrever as “repetições na dispersão”. Para que possamos localizar essas repetições e regularidades, serão empregados os métodos foucaultianos de análise do conjunto crítico - para tratar das condições de produção do discurso - e o método genealógico - para tratar das formações discursivas do conservadorismo negro - traçando as equivalências e antagonismos entre ideologia conservadora e indivíduos racializados.

3.3 A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: hegemonia, antagonismos e equivalências

A escolha pela teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985; 1996; 2015), enquanto aporte teórico e o uso de suas categorias analíticas e epistemológicas se dá, principalmente, pelo enfoque feito pelos autores em relação à construção antagônica das identidades e a relação destas com o político. Aproveito-me também de outros conceitos

desenvolvidos pelo autor, por julgar eminente sua contribuição na análise do corpus de pesquisa. Tais conceitos, (hegemonia, antagonismos, equivalências, ponto nodal e significante vazio) são pertinentes não só na análise da formação discursiva conservadora, mas também no fator racial em associação a este discurso.

Para esclarecer a pertinência desses conceitos, uma breve explanação sobre eles e seus possíveis usos nesta pesquisa. Primeiramente, a teoria do discurso laclauniana tem por característica o enfoque não estrutural das relações sociais, e é por isso muito aplicável em objetos de análise e fenômenos sociais específicos (a busca pela explicação de casos excepcionais¹⁶) e sem muito (ou nenhum) registro bibliográfico prévio sobre o tema, como é o caso da relação entre conservadorismo e raça/cor. O social e o político são entendidos pela perspectiva discursiva porque “a teoria do discurso tem o potencial de ser uma ferramenta de compreensão do social, uma vez que seu próprio entendimento se dá, na perspectiva, a partir da construção de ordens discursivas, sendo a questão do poder central e constituidora de relações sociais” (MENDONÇA, 2009, p. 154).

Herdeira da corrente da análise do discurso francesa, a teoria do discurso laclauniana mantém alguns preceitos desenvolvidos pelos percursos desta vertente teórica, como o caráter de incompletude dos sujeitos múltiplos (referido como posições-sujeito discursivos) e dos significados, a fluidez e inconstância do discurso.

Influenciada por Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan, a teoria do discurso laclauniana, tem como marco inicial o lançamento de “Hegemonia e estratégia socialista: por uma democracia radical e plural” (1985). Nesta obra, “Ernesto Laclau vai assumir a concepção gramsciana de hegemonia, mas ao mesmo tempo criticar Gramsci pela manutenção de um essencialismo, alguma coisa que não era construída socialmente, que era o proletário, ou seja, por natureza seria o líder do discurso hegemônico” (PINTO, 2008, p 102). Parte da crítica ao essencialismo e fundamentação das sociedades, aderindo à ideia de uma sociedade aberta, visão própria dos autores do pós-estruturalismo, e com base no conceito de “ontologia do social”, advoga que os fundamentos da sociedade existem, mas são precários e contingentes, remetendo a “falta originária” lacaniana.

O político, campo de relação de forças, onde os antagonismos de todos os tipos se transformam em antagonismos políticos, são capazes de reagrupar, configurar o espaço social. As relações de subordinação, na concepção de Laclau e Mouffe (2015), assim como na concepção foucaultiana, não são necessariamente opressivas, mas são relações de sujeição que

¹⁶ Excepcionais porque vão contra a série histórica que mostra a grande maioria dos agentes políticos negros tento destaque no campo político ligado à esquerda e com pouco espaço em partidos e grupos conservadores/de direita.

demarcam lugares. A dominação e a opressão são tipos de subordinação ilegítimas, mas somente a última é que demarca lugares de antagonismos. O antagonismo está onde a opressão transforma a posição do sujeito subordinado, que deixa de ser marcada por uma diferença positiva por uma diferença negativa. As posições de subordinação são tomadas como uma relação de opressão, e então de relação antagônicas, por meio das formações discursivas, capazes de realocar as diferenças positivas e negativas. “Isso significa que não existe relação de opressão sem a presença de um “exterior” discursivo a partir do qual o discurso da subordinação possa ser interrompido” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 237). Há a necessidade de que a relação de subordinação seja apontada como opressiva por um discurso externo para que assim seja entendida. A mediação dos discursos é a via pela qual se transformam as relações sociais.

A hegemonização só é possível quando construídos “pontos nodais”. O conceito de “ponto nodal” pode ser definido como sendo a articulação discursiva de elementos, diferentes entre si, mas que cancelam suas diferenças no momento que são mobilizadas por essa articulação, contra um antagonismo estabelecido. “Neste sentido, é possível, inclusive, que grupos originalmente antagônicos entre si façam parte de uma mesma cadeia articulatória, tendo em vista o fato contingente de se ter um inimigo comum entre próprios inimigos” (MENDONÇA, 2009, p.158).

Qual seria o “ponto nodal” do discurso conservador que articula negros e brancos em uma mesma ideologia? Essa é uma pergunta que pode ser respondida pela análise de suas formações discursivas, para que possamos perceber pelo viés das equivalências, entendendo que as diferenças só se tornam equivalências dentro da prática articulatória. A articulação do discurso conservador com pautas populares é eficiente em formular equivalências.

A “hegemonia”, segundo Laclau, se estabelece a partir da formação discursiva que busca a unificação das diferenças com o objetivo de que se estabeleça uma totalidade social. O que consegue é fixar um consenso instável e temporário, nunca pleno pela ameaça da emergência dos antagonismos não dissolvidos na prática discursiva hegemônica (LACLAU, 1985). A articulação hegemônica cumpriria a função de conformar, por meio de uma formação discursiva, identidades incompletas, mesmo que, como defendido por Laclau, todas as identidades sejam incompletas e precárias, devido a existência constante do antagonismo. A condição de existência da identidade é a afirmação de uma diferença, o outro é seu elemento constitutivo.

Para Laclau e Mouffe não há a estabilidade de grupos previamente estabelecidos, como pensa a corrente marxista ao crer na unidade de classes. Para os autores, a unidade “é constituída

em torno de interesses determinados por sua posição nas relações de produção”. Entretanto, a cristalização de uma cadeia de equivalências pode criar um senso de pertencimento grupal entre os sujeitos. Os sujeitos são constituídos nas suas relações (contingentes, marcadas pelas diferenças positivas e negativas, polissêmicas), e as posições que ocupam determinam o que é o sujeito e seu respectivo lugar discursivo.

Qualquer posição de sujeito é constituída dentro de uma estrutura discursiva essencialmente instável, uma vez que está submetida a uma variedade de práticas articuladoras que a subvertem e transformam constantemente. É por isso que não existe qualquer posição de sujeito cujas ligações com as outras estejam definitivamente asseguradas e, assim, não existe qualquer identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida (MOUFFE, 1996, p. 106).

Os sujeitos coletivos e sua “essência comum” (de classe, raça, gênero) é substituída por “semelhança de família”, que por meio de pontos nodais, fixa parcialmente as identidades (MOUFFE, 1996, p. 106). As equivalências são estabelecidas na medida que são postos inimigos em comum, para que funcionem, as redes de equivalência predeterminam que as diferenças sejam enfraquecidas.

Um exemplo do uso desse conceito é o resultado dos estudos citados anteriormente sobre a aderência da população brasileira a posições autoritárias; são diferentes setores da sociedade mobilizados em razão do medo. O discurso sobre a ineficiência da segurança pública é hegemônico e ao mesmo tempo é um significante vazio, muito instrumentalizado por políticos, sendo capaz de formar e fortalecer grupos políticos específicos, como no caso da “bancada da bala”.¹⁷ Resgatando a vontade de verdade, como definida por Foucault, a teoria do discurso lacaniano entende a verdade como sinônimo de poder. No plano político, a posse da verdade é necessária para que se estabeleça hegemonicamente uma posição que ambiciona se firmar enquanto governo.

Diferente do discurso religioso ou do discurso científico, que se legitimam por reivindicar a verdade pela fé ou pelos paradigmas, o discurso político disputa espaço de verdade em uma contínua contenda com seus opositores, no interior da arena política. E nele, a prática articulatória é muito mais facilmente identificável, pois, ao buscar fixar sentido, torna explícito o embate entre diferentes posicionalidades (PINTO, 2017, p.124).

A hegemonia é sempre instável e, por isso, uma disputa constante entre grupos pelo espaço social e político, uma disputa entre antagonismos. O antagonismo, o discurso exterior,

¹⁷ Diz ao respeito ao grupo de parlamentares formada em maioria por policiais/militares, que entre outras pautas defendem a facilitação do acesso a arma de fogo.

impede o consenso ou a finalização discursiva porque ameaça a existência do interior, a constituição de sentidos, ao mesmo tempo em que a constituição discursiva só existe pela presença constante do antagonismo. As identidades são sempre incompletas, por sofrer a ameaça do exterior (LACLAU & MOUFFE, 1985). Antagonismo é posto enquanto oposição a um inimigo, a relação é feita pela negação da identidade do outro (LACLAU, 2014, p.43). O discurso e sua formação a partir dos antagonismos têm influência direta na formação de identidades, e a prática discursiva, é o meio por qual se organiza as relações sociais, por ela se fragmentam e unificam identidades dispersas.

Ao contrário de Foucault (1969), Laclau e Mouffe (2015) não fazem distinção entre práticas discursivas e práticas não discursivas, todo objeto emergiria em condições discursivas, nada se faz fora da cadeia de significados. O discurso não é “algo que seja essencialmente restrito às áreas da fala e da escrita, mas qualquer complexo de elementos no qual as relações cumpram um papel constitutivo. Isto quer dizer que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele. Assim, “relação” e “objetividade” são sinônimos” (LACLAU, 2005, p. 68).

Os significantes não necessariamente têm algum sentido explícito, por isso a existência de significantes vazios. Articulação, ou prática articulatória, é o que constitui o sentido. O racismo, por exemplo, pode ter diferentes significados ou nenhum, tudo depende da articulação feita. “Laclau entende que não faz sentido a distinção entre discursivo e não discursivo, tudo é significado através de um processo de articulação, e que nada pode ser dito, entendido ou reconhecido fora dele” (PINTO, 2017, p.123).

A formação discursiva é um agregado de diversos discursos, quando hegemônico, o discurso se modifica em seu conteúdo original pelo contato com novas identidades. Se manter hegemônico e representar muitas identidades, requer da posição hegemônica que se esvazie de suas particularidades. “Assim, uma particularidade que queira ter seus conteúdos universalizados, condição necessária da hegemonia, necessita representar mais do que sua mera particularidade” (FREITAS, 2009, p. 199). Os sujeitos tem discursos múltiplos, e por isso se inscrevem em variadas formações discursivas.

3.4 Os discursos dos subalternos sob a influência da colonialidade do poder

Em meio as diversas formações discursivas existentes no plano político e social, os sujeitos do discurso e sua origem são determinantes na valoração ou não daquilo que expressam publicamente a seus interlocutores. Como o sujeito adere as formações discursivas dependerá

da sua identidade social política, do contexto histórico político em que está inserido, os atravessamentos desse contexto, das suas associações e do papel que desempenha dentro delas. Considera-se que os discursos dos subalternos não podem ser tratados como objeto do mesmo modo que o discursos daqueles que ocupam um lugar de dominação, ou de usufruto de privilégios em sociedades racialmente estruturadas. Para elucidar as particularidades existentes para o subalterno poder se inscrever como sujeito discursivo e as condições próprias que delas emergem, são evocadas algumas reflexões pertinentes. Neste sentido, Boétie (2006), Spivak (2010) e Scott (1988; 1990), foram os autores escolhidos como marcos teóricos para análise que tem como proposta central o recorte racial, e/ou um recorte que destaque os sujeitos subalternizados.

Gayatri Spivak, (2010) é uma importante referência quando se trata do poder discursivo ou o lugar de fala dos subalternos, com a obra “*Pode o Subalterno Falar?*”, lançada em 1985. A autora, em sua reflexão sobre a produção intelectual e epistêmica do Ocidente, tem como prerrogativa que, nos lugares de poder de enunciação e construção dos conceitos sobre o sujeito, como é a academia, “o subalterno não pode falar, pois não há valor atribuído a qualquer subalterno como um item de prioridade global ou local. Muito pelo contrário, os discursos sobre o sujeito têm em sua agenda os interesses que produzem e reproduzem as estruturas de dominação” (CAETANO, 2020, p.286). O sujeito subalterno, ao contrário da categoria universalista de sujeito, não é o sujeito de direito, sim, um sujeito outro, um sujeito inferior que não constitui direitos para si pela impossibilidade de acessar o espaço social para tal.

A autora defende que dentro da estrutura colonial, os subalternos, apesar de poderem falar fisicamente, estão impedidos de se expressarem livremente e terem suas vozes ouvidas. Entende como subalterno não qualquer pessoa que está à margem da sociedade, mas os indivíduos que estão nas “camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2014, p. 13).

A validação institucional, mais propriamente a falta dela, não reconhece o discurso do subalterno. O subalterno não tem autorização para falar, pois não tem autoridade social para tal. As vozes subalternas são intermediadas, o subalterno, para ser ouvido, precisa que outro o faça por ele. Esta intermediação se faz porque são sancionados, silenciados, e quando feitas, também são igualmente sancionados e silenciados. Aquele que fala pelo subalterno reproduz uma ordem de dominação dentro da estrutura de poder, a falta de autorrepresentação do subordinado é transposta por uma falsa representação, feito por sujeitos autorizados. Spivak entende que

“nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato esteja imbricado no discurso hegemônico” (SPIVAK, 2010, p. 14).

Ao atentar para o fato de que os subalternos não constituírem um grupo homogêneo de indivíduos e estão sujeitos às relações e processos sociais múltiplos, Spivak nos alerta que seus interesses e desejos, por consequência, são múltiplos e heterogêneos. A partir dessa reflexão, o lugar de inscrição dos sujeitos subalterno como sujeitos discursivos, não é fixo e preestabelecido. Apesar do que explana Spivak, vemos que em certos momentos políticos e históricos os subalternos ganham vozes, não só para falarem por si em um ato de resistência enquanto subalterno, mas também para falar pelos não subalternos, para enfraquecer a resistência de outros subalternos. Neste último caso, os subalternos viram agentes de um enunciador oculto. São agenciados para silenciar outros subalternos. Reproduzem um discurso formulado por sujeitos, homens brancos, externos a condição de subalternidade, uma interpretação dessa realidade feita a partir de um lugar de privilégio que distorce a realidade vivida, retroalimentando a perpetuação da dominação branca.

James Scott (1985;1990) é o autor referência quando o assunto é tentar entender o modo como os grupos subordinados agem politicamente. Sua obra “*Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*” (1990), onde desenvolveu melhor o argumento de sua pesquisa anterior sobre as formas de resistências dos grupos subordinados¹⁸, tem por objetivo “ler, interpretar e compreender a conduta política, muitas vezes fugidia, dos grupos subordinados” (SCOTT, 2013, p.47). Analisando na historiografia formas de dominação semelhantes entre si, Scott tipifica formas de discursos políticos, e dedica-se a analisar o discurso público (seu valor, manutenção, consequências), a distinção entre discurso público e discurso oculto, e por último, os ecos normativos e emocionais do discurso oculto.

Apresentado a ideia de discurso público - de aspiração hegemônica, definido pelo autor como sendo uma forma de impressionar, naturalizar e afirmar a elite no poder, e ao mesmo tempo minimizar os aspectos negativos da dominação - Scott traça quatro tipos de discursos políticos entre os subordinados. O uso destes discursos varia conforme a aceitação do discurso oficial e da composição dos grupos a que os se destinam os discursos. O primeiro tipo, que o autor qualifica como “o mais seguro”, é o discurso que se utiliza dos valores da elite em benefício próprio onde demandas são incluídas sem necessidade de subversão. Então, se há uma elite que julga importante e boa vestimenta, boas vestimentas são reivindicadas pelos subordinados, que esperam ser atendidos pela “benevolência” dessa elite. No segundo tipo, o

¹⁸ A referida pesquisa é “*Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*” (1985), na qual Scott se debruça a compreender os modos de resistência cotidiana adotados pelos grupos dominados.

discurso oculto, uma cultura política é desenvolvida pelos subordinados no ambiente privado, sem a supervisão das elites do poder, é nele que os sentimentos negativos sobre a situação de subordinação podem ser expressados pelos subordinados, nele aparece tudo aquilo que é oculto do discurso público, ponderando que o discurso oculto pode também ser coercitivo quando tenta controlar os desvios dos membros dos grupos subordinados.

O terceiro tipo de discurso político está alocado entre o primeiro e segundo tipo. É desenvolvido para proteger identidades ou/e passar um duplo significado para seus atores, isso porque se encontra sob o olhar público das elites. São exemplos; os rituais, histórias tradicionais, canções, e outros elementos das culturas populares dos grupos subordinados. O quarto tipo seria a ruptura da separação entre o discurso oculto e o discurso público, onde torna-se público o discurso que até então foi oculto, em geral causa repressão dos dominantes, e quando acontece isso abre precedentes para o aparecimento público de outros discursos ocultos.

Atentando para a capacidade que o discurso hegemônico tem de silenciar os subalternos, Scott argumenta que a hegemonia do discurso público se estabelece por meio de dissimulações de ambos os lados, tanto pelos subordinados quanto das elites. Em busca de identificar o trabalho político feito pelo discurso público, Scott define as quatro funções desse discurso: (1) afirmação, (2) ocultação, (3) eufemização e estigmatização e (4) aparência de unanimidade. A função da afirmação é deixar explícita aos subalternos o sistema de hierarquia em que estão submetidos, o simbolismo do poder é recorrentemente evocado com este propósito. O convencimento e naturalização do poder das elites é feito coletivamente, ou seja, com a audiência dos subalternizados, e o exercício do papel social a que estão destinados os indivíduos desta elite é aprendido tradicionalmente. Entre aqueles que não herdaram seus papéis, o aprendizado deve ser feito de maneira a convencer os demais de sua autoridade. A função da ocultação é - a partir do controle da cena pública - criar um cenário social que seja próximo do que as elites julgam ser o ideal a ser transmitido para os dominados. Tudo que não condiz com o discurso público deve ser suprimido, mesmo que seja de conhecimento de todos, de modo que se preserve o discurso oficial e seus simbolismos. Própria dos regimes políticos autoritários, a ocultação tem como consequência o aparecimento de uma cultura extraoficial que se faz de tudo aquilo que é apagado do cenário público.

Scott coloca que os eufemismos são usados no discurso público para ocultar as realidades cruéis da dominação, fazendo com que estas pareçam inofensivas, politicamente, os eufemismos cumprem a função de, por meio de termos brandos, mascarar situações coercitivas. No discurso oficial de grupos dominantes, a troca de palavras por outras teriam o potencial de ressignificar cenários de autoritarismo. Os subordinados fariam uma concessão, mesmo que

não por livre escolha, aos dominadores ao darem o monopólio do discurso público, o que só poderia mudar quando contestado. Os eufemismos não se limitam à linguagem sendo estendidos a outras cerimônias sociais que sirvam aos interesses de perpetuação do poder entre os dominadores, porém há sempre momentos em que é necessário quebrar com o “auto-retrato lisonjeiro” dos dominadores construído em cima desses eufemismos, em específico em casos onde a benevolência criada pelos eufemismos gera cobrança por parte dos subordinados. As realidades oficiais também as são porque utilizam da estigmatização daqueles que as questionam, os transgressores do discurso oficial são rotulados pejorativamente de forma a deslegitimar suas reivindicações.

A quarta função do discurso público posta por Scott seria criar um cenário onde se estabelece a aparência de unanimidade dos grupos dominantes e consentimento entre os subordinados. Um esforço é feito no sentido de propagar publicamente uma coesão de crenças, mesmo que insistente, entre as elites. Essa coesão tem o intuito de reforçar perante os subordinados o controle do poder, e qualquer discordância entre os dominantes deve se restringir ao ambiente privado para que se evite que os subordinados se aproveitem de uma situação de “racha” entre os dominadores, quando maior a penetração da unanimidade entre os subordinados maior o controle exercido pelos dominadores.

Manifestações públicas de resistência ao *status quo* requerem réplicas públicas para a segurança do mesmo, o que configura uma restauração simbólica do poder. Como forma de exprimir obediência os castigos não são sempre a alternativa usada, já que pelo mesmo princípio do uso dos eufemismos, não é de interesse dos dominadores pintar tiranias aos olhos dos subordinados. O pedido de desculpas é uma alternativa de reafirmação da dualidade dominadores/dominados, dado como exemplo de submissão do transgressor à ordem estabelecida, ou como coloca Scott, “um espetáculo de afirmação discursiva de baixo pra cima”.

As manifestações simbólicas do poder, os desfiles, procissões, inaugurações e outras cerimônias públicas oficiais, são descritos por Scott como formas de celebrar e encenar a autoridade das elites dominantes. Todas reuniões dos subordinados não autorizadas pelos superiores é vista como uma ameaça em potencial à dominação, isso porque em estruturas sociais onde há clara delimitação das posições dos grupos, a relação entre superiores e subordinados a relações entre eles só é concebida a partir da iniciativa dos superiores. Ou seja, em sociedades hierárquicas, a ação social dos subordinados, assim como seu agrupamento público, dependeria da concessão e iniciativa de seus superiores que agem de acordo com as normas do discurso oficial. Em regimes autoritários organizações autônomas são vistas como

insubordinação e, por isso, reprimidas ou proibidas e em regimes abertos vigiadas por policiais infiltrados.

O medo que os dominantes tem das multidões de subordinados reunidos não é visto por Scott como só fruto de paranoia, mas como algo justificado pelo potencial que as manifestações dos subordinados têm de transmitir simbolicamente poder aqueles que dela participam, incentivando-os à insubordinação. Os rituais de subordinação para os dominadores servem como reafirmação do poder, já para os subordinados - que têm como referência somente o discurso público dos dominantes - a participação é pragmática, por questão de necessidade. Mais uma das funções do discurso público seria a “auto-hipnose” dos agentes da dominação de forma a doutriná-los, incentivando-os a perpetuar os valores e normas do grupo ao qual fazem parte. Isso porque a naturalização do poder das elites é ameaçada não só pela contestação dos subordinados, mas também pela dissidência daqueles que pertencem a elite. Então, é posto que o discurso público das elites não é sempre direcionado aos dominados como forma de afirmação de seu poder, é também a reafirmação entre aqueles que detém o poder.

Na relação entre submissão e crenças, o autor, utilizando de estudos da área da psicologia nos indica que quando os subalternos não estão em um ambiente de exercício de sua submissão esta não é sustentada por eles, e mais do que isso, a humilhação pelas quais passam tem mais chances de gerar reação do que não gerar. Ainda sobre uma possível permissão dada pelos submissos aos seus antagonistas, diz que a submissão só seria reforçada pelos subalternos se for aprendida como resultado de suas escolhas. A persuasão gera consentimentos, a vigilância gera reação.

Uma das reações às mazelas da submissão observada por Scott encontra-se na elaboração do discurso oculto, que é um trabalho de neutralização e negação do discurso público. Nele há a afirmação de uma hostilidade reprimida em espaço público, da revolta gerada pela humilhação e exploração. Para além da negação “comum” a negação ideológica surge da necessidade de resistir frente à dominação ideologia em que estão submetidos os subalternos, o conteúdo doutrinário da classe dominante que justifica o sistema hierárquico é negado e substituído por crenças que os subalternos creem ser mais contemplativas na explicação de sua condição.

Os lugares de transmissores do discurso oculto devem ser lugares reservados, isolados, sem controle ou vigilância dos dominadores, composto por aqueles que compartilham da condição de dominados. Em geral, reuniões secretas não autorizadas pelos dominadores. Pra que se tenha um lugar seguro onde o discurso oculto possa surgir se faz necessária uma cumplicidade, compartilhamento das insatisfações, daí surge a importância da solidariedade.

Uma vez estabelecido a locação, a elaboração do discurso oculto depende de disseminadores, para que seu conteúdo chegue ao maior número possível de semelhantes.

Enquanto os dominados se esforçam em propagar entre os seus o discurso oculto, os dominadores se esforçam para controlar tais discursos. Assim como na já citada restrição a encontros públicos entre os subalternos sem a autorização dos superiores, patrulhas, vigias e separação dos indivíduos que compõem um grupo específico, são táticas utilizadas por aqueles que tentam frear a criação e disseminação do discurso oculto. Por fim, Scott não consegue objetivamente determinar as determinantes da coesão do discurso oculto. Entretanto, nos dá algumas possíveis determinantes de medição, como o grau de severidade da dominação -quanto pior a situação mais forte a presença de um contradiscurso- e o grau de fragmentação ou união do grupo subalternizado, seu grau de identificação. Essa última reflexão explica em partes o movimento negro brasileiro ter tido grande expansão no regime ditatorial.

Dada as referências teóricas iniciais a partir da qual se interpretará o objeto de análise, busca-se observar qual é a influência da colonialidade do poder sobre o discurso político dos subalternos, considerando a hipótese de que essa influência é determinante na construção da discursividade do *corpus*. Partimos do princípio de que, quando subjugados a um sistema de claras delimitações raciais, onde os espaços da vida social são distribuídos conforme a cor da pele, porém mascarado por um discurso oficial que nega a existência dessas limitações, os indivíduos em desvantagens tendem a naturalizar sua situação de vulnerabilidade, uma vez que a discordância do discurso hegemônico pode acarretar uma série de represálias aos seus dissidentes.

O contato com a imposição de uma norma universalista branca pode gerar nos grupos não brancos tanto uma reação de contrariedade como uma adaptação conformista, e em meio disso, um meio termo, entre assimilação e negação. Como bem explica Walsh, “[...] a colonialidade do poder não é uma entidade homogênea que é vivida do mesmo modo por todos os grupos subalternizados” (WALSH, 2019, p.19). Por isso, a relação entre os indivíduos e as estruturas de poder remanescentes do colonialismo abarca uma imensa gama de subjetividades, dando espaço a associações entre grupos e indivíduos nem sempre óbvias e previsíveis. As maneiras como o poder colonial se impõe podem variar pelo tipo de colonização, origem dos colonizadores e cultura dos colonizados, cultura essa que interfere ativamente na forma como eles interpretam a situação de dominação e conseqüentemente como reagem a ela. Desta forma, não se pode esperar que todo indivíduo negro submetido à uma situação de subjugo responda a opressão que sofre da mesma maneira.

Submissão, assimilação, reação violenta, negociação, são muitas as formas, premeditadas ou inconscientes, com que os subalternizados lidam com o poder colonial, desde a escravidão. Como posto por Chalhoub, (1990) “para cada Zumbi existiu, com certeza, um sem número de escravos que, longe de estarem passivos ou conformados com sua situação, procuraram mudar sua condição de acordo com as estratégias mais ou menos previstas na sociedade na qual viviam” (CHALHOUB, 1990, p.40). Pontua-se que entre a acomodação e resistência ainda existia a negociação entre escravos e senhores, instrumentalizado conforme a conveniência de ambos os lados (GENOVESE, 1972). Os escravizados, mesmo sob forte repressão, fugiam, se rebelavam, grávidas abortavam seus filhos, e em casos mais raros, matavam seus algozes. Outros, na mesma situação de servilismo forçado, mas em circunstâncias onde a violência não era a principal forma de controle, poderiam até afeiçoarem-se aos senhores escravocratas.

Quando os açoitamentos de escravos foram proibidos no Brasil, a consequência foi o aumento da fuga de escravos (CONRAD, 1978). O que revela que o medo da punição física era um impeditivo da revolta de muitos escravizados. Entre os diversos modos de dominação que se impunha sobre os servos, os impedimentos culturais/religiosos e psicológicos foram os mais eficientes e duradouros métodos de coerção praticada pelos colonizadores.

Étienne de La Boétie (1530-1563), precursor dos estudos que buscam interpretar a adesão ao autoritarismo, em sua obra ‘*Discurso da Servidão Voluntária*’ de 1549, investiga a razão pela qual, por vontade própria, os indivíduos seguem tiranos. Étienne de La Boétie acreditava que os homens só se deixam dominar se forem enganados ou forçados. Porém, o costume, a suavização do regime tirano, a devoção inculcada pela religião, são fatores que contribuem para a perpetuação do consentimento dado pelos dominados aos dominadores. O autor advoga que a natureza humana é a liberdade, porém, o costume pode fazer com que esta natureza seja transposta pela servidão. Nascer sob um regime de servidão faz com que o costume de servir aconteça mais facilmente do que quando se tenha experimentado a liberdade.

É verdade que, a princípio, serve com constrangimento e pela força; mas os que vêm depois, como não conheceram a liberdade nem sabem o que ela seja, servem sem esforço e fazem de boa mente o que seus antepassados tinham feito por obrigação. Assim é: os homens nascem sob o jugo, são criados na servidão, sem olharem para lá dela, limitam-se a viver tal como nasceram, nunca pensam ter outro direito nem outro bem senão o que encontraram ao nascer, aceitam como natural o estado que acharam à nascença (La BOÉTIE, 2006, p.23).

Segundo o autor, ser criado ou nascer na servidão não é suficiente para que esse costume seja aderido pelo sujeito colonizado. Os fatores que Étienne La Boétie diz contribuir para a

perpetuação do consentimento dado pelos dominados aos dominadores advém de uma estrutura de dominação ideológica. De acordo com ele, “a primeira razão que leva os homens a servirem de boamente é o terem nascidos e sido criados na servidão” (BOÉTIE, 2006, p. 32). A cadeia de intermediários, a terceirização da tirania, é o segredo e o alicerce da dominação, a cumplicidade entre tiranos e tiranos subalternos, que aceitam ser tiranizados pelo benefício de poderem tiranizar também. Os tiranos subalternos, por ambição e cobiça, se sujeitam à tirania. O pensamento de Boétie foi em parte refletido nos pensadores brasileiros do século XIX. Como é o caso, por exemplo, do abolicionista Joaquim Nabuco, que ao criar a terminologia “mestiços políticos”, tinha por intenção descrever uma situação de coexistência na mentalidade do brasileiro do autoritarismo do senhor e da submissão do escravo.

Em contraponto ao filósofo francês, todos argumentos que alegam uma subalternidade voluntária dos colonizados são desqualificadas pelo martinicano Franz Fanon. “Precisamos ter a coragem de dizer: *é o racista que cria o inferiorizado*” (FANON, 2008, p. 90). Essa submissão imposta, seria parte do plano colonial, isso porque “a colonização alcança êxito quando toda essa natureza insubmissa é enfim domada” (FANON, 1968, p. 212).

Fanon (2008), analisando a psique do negro colonizado, mais especificamente as consequências do colonialismo sobre ele, explana sobre o sentimento de ressentimento causado por todas as dificuldades de ter a pele escura em uma sociedade pós-colonial. Segundo o autor, a aproximação do “homem verdadeiro”, que é o homem branco, se dá a partir do momento que o negro adota sua linguagem, a linguagem do colonizador. “Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será” (FANON, 2008, p. 34). Os colonizados, em específico os racializados, são levados a crer que sua condição não advém de um forte sistema racialmente hierárquico, mas sim da sua cultura moralmente inferior a do branco, da falta de poder aquisitivo, ou por desígnios divinos. “Por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não brancos seus valores fundamentais” (MOURA, 1985, p. 63).

Os símbolos e valores ligados à branquitude tradicional são aqueles ligados à classe, que opera sempre em favor da manutenção de seus privilégios, e se coloca como motor necessário ao funcionamento da política e da economia nacional. Adicional a isso, a barbarização do outro (no caso os não europeus) abriu o caminho para que esse outro tenha sido desracionalizado e desumanizado. O progressismo positivista, a pseudociência do darwinismo social, o uso da racionalidade como sendo intrínseco à conquista de um padrão civilizatório e o estabelecimento da Europa como exemplo padrão e meta de sociedade humana serviu de

embasamento discursivo para a dominação política e exploração econômicas dos povos, subjugados enquanto incapazes e por isso passíveis de serem dominados por povos superiores (IANNI, 2004).

O racismo cumpre uma função econômica (WALLERSTEIN, 1979) e a estrutura do sistema hierárquico, deixado como legado da colonização, não só contribui para a perpetuação do sistema de dominação dentro de uma lógica macroeconômica - a relação entre países colonizadores e países colonizados -, como contribui para a construção de cenários nacionais, como é o caso brasileiro, onde as relações de trabalho ainda seguem um sistema hierárquico, brancos mais alocados em posições de chefia e dentro do mercado formal e negros com os mais baixos salários, em grande parte na informalidade.¹⁹

[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2000, p. 117).

Os indivíduos que se mostraram mais suscetíveis aos interesses dos colonizadores foram postos como mais civilizados, os outros, quando não dizimados, foram os que mais sofreram com a estigmatização e rebaixamento dentro de um sistema hierárquico. A inferiorização de povos em relação a outros, estabelecida como forma de dominação, que determina que civilizados são aqueles que agem de acordo com os moldes dos colonizadores e que colaboram com eles, deixou como legado a incorporação do discurso colonial pelos subalternos. Discurso este que, entre várias funções ideológicas, deixa implícito na memória social quais são os piores e os melhores “tipos” de pessoas, ou os bons e os maus cidadãos.

Por existir um ideal de branquitude como sendo intrínseca ao sucesso econômico e social no Brasil, a maior aproximação possível ao padrão branco é tida como essencial pelas pessoas não brancas em busca de reconhecimento e ascensão social. Reprodução de colorismo para com seus pares como forma de afastamento e diferenciação destes, negação da raça/cor enquanto uma categoria política, assimilação e internalização do discurso anti-racialista como forma de superação do racismo e, sobretudo, compartilhamento dos valores da elite tradicional brasileira e suas instituições são algumas das práticas adotadas por pessoas não brancas em sua busca de um reconhecimento cedido por tal elite, que é histórica e estruturalmente branca. Nesta

¹⁹ Segundo dados do IBGE, A informalidade do trabalho chegou a atingir 47,4% dos trabalhadores negros do Brasil em 2020. Mais em: <https://www.cut.org.br/noticias/informalidade-atinge-47-4-dos-trabalhadores-negros-do-brasil-diz-ibge-766e>

direção, “o negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade” (SOUZA, 1983, p. 18).

A propaganda de país miscigenado e o “mito da democracia racial”, iniciado na década de 1930 no governo autoritário de Getúlio Vargas, perpassou períodos democráticos e autoritários e se instituiu dentro do senso comum como verdade intrínseca as relações raciais no país, década após década do século XX, ainda causando ecos no século XXI. A combinação desses dois, a miscigenação e o “mito da democracia racial”, contribuem para um fenômeno social decorrente: a negação da raça e conseqüentemente, do racismo²⁰. Ou, como observa Sousa (2009), a harmonização do debate racial no espaço político institucional, sobretudo quando os enunciadores são filiados aos partidos da direita e centro-direita.

Sousa (2009), em sua pesquisa de mestrado, faz a análise do conteúdo dos discursos proferidos na Câmara Federal na 49^o e na 50^o legislatura (um recorte temporal que vai de 1991 à 1999), que tinham a temática racial. A partir disso, os classifica dentro de 10 categorias; cinco categorias que representam uma visão harmônica das relações raciais (*melting pot*²¹, racismo dócil, reducionismo de classe, racismo de exceção, ações afirmativas são desnecessárias) e cinco categorias que representam uma visão conflituosa das relações raciais (protagonismo negro, racismo estrutural, crítica ao reducionismo de classe, racismo versus discurso harmônico oficial, ações afirmativas são necessárias).

Ao separar por partidos, Souza ainda constata que houve uma predominância das visões harmônicas entre os partidos da direita ou centro-direita, PFL e PSDB, com o maior número total deste tipo de discurso, e proporcionalmente, PP e PDC. Entre os partidos que mais apresentaram discursos com visões conflituosas estão PT e PC do B, em números totais, e proporcionalmente, PTR, PSB e PC do B. Com a exceção do PTR, as visões conflituosas que inscrevem predominantemente entre os partidos da esquerda. Em um recorte racial, há a predominância de locutores brancos nos dois tipos de visão, em decorrência da maior presença deste grupo racial no espaço político institucional. Entretanto, dos exemplos de discursos dados pelo autor, aqueles parlamentares negros subscritos à direita aparecem mais nas categorias harmônicas do que os subscritos na esquerda. O objetivo, é que ao final da análise dos dados, possamos apontar se esse padrão harmônico ainda é vigente ou se houve um deslocamento. Se houver, por quais causas políticas e contextuais. Para além disso, visualizar se a tendência dos

²⁰ Mais sobre a diluição do conceito social de raça em Paul Gilroy. “Agaist Race”, 2000.

²¹ Conceito também definido como “tipo racial único” é descrito pelo autor da seguinte forma: “Trata-se de um enquadramento que entende que a formação social do País com a predominância de brasileiros sem preconceitos devido a sua trajetória de miscigenação, em alguns discursos, estes não se inserem em definições de cunho racial” (SOUZA, 2009, p.66).

políticos negros é de aderirem ao discurso público como definido por Scott (1988) ou as formas de resistência a esse discurso.

4 - CONSTRUINDO IDENTIDADES POR MEIO DO DISCURSO POLÍTICO

4.1. Formação discursiva conservadora; Da cordialidade à radicalização

O resultado do PSDB nas eleições presidenciais de 2018, em que o partido obteve somente 10% do total de votos no primeiro turno - quebrando com a série histórica que desde 1988 o levava a disputar o segundo turno com o PT - deixou um aspecto em evidência: um governo de tendências liberais e moderadas não agradava mais ao eleitorado (MIGUEL, 2018). O PSDB, partido da elite brasileira, originado em oposição à ditadura militar, tinha um plano econômico, se não idêntico, muito similar ao plano do atual ministro da economia, Paulo Guedes, porém sua retórica²² própria da direita tradicional, de conciliação e abstenção nas questões sociais deixou de atrair na presente conjuntura. A retórica moderada da direita tradicional foi substituída por uma retórica inflamada e energética. Mesmo tendo passado por períodos de autoritarismo político, desde a redemocratização brasileira nunca havíamos presenciado a tomada do poder por um governo com ideais ligados à extrema-direita.

A retórica conservadora é dividida por Lee (2006) em dois tipos; de estilo gladiador, caracterizado por ser provocativo, desafiador da opinião popular, e a de estilo populista, que se caracteriza por deslegitimar o sistema, construir um inimigo, exaltar o povo e pregar um confronto “apocalíptico” como solução. No Brasil contemporâneo parece haver uma combinação destes dois tipos. A ideologia conservadora contemporânea tem produzido identidades políticas específicas gerando um senso de pertencimento grupal (CUNHA, 2015, p. 5). Esses grupos mais do que pelo compartilhamento de ideais, são formados com a intenção de combater inimigos e têm forte apelo emocional.

São criados inimigos em comum como forma de coesão dos grupos. Como aponta Telles (2015, p. 38), a “nova direita” se caracteriza por um discurso antipartidário e antipetista, e “encontrou nas mídias sociais um espaço para expandir sua clientela” (*apud* PENTEADO, LERNER, 2018). O inimigo neste caso é o comunismo, a ideologia de gênero, a luta de classes, os antifascistas, o ativismo racial e ambiental. Tudo é posto como contrário a ordem e bem-estar social, e por isso uma ameaça ao “povo”, à nação. Essa tática tem semelhanças com a usada pelos regimes fascistas pré Segunda Guerra Mundial. Como pontuado por Rémond (1974), a direita fascista se diferencia da direita conservadora tradicional, que é essencialmente oligárquica, hierárquica, autoritária, e que dá ênfase aos indivíduos. Já o fascismo, segundo o

²² Aqui trata-se do conceito de retórica no seu sentido de persuasão, entendendo que no estudo da linguagem enquanto discurso, “cabe à retórica mostrar o modo de constituir as palavras visando a convencer o receptor acerca de dada verdade” (CITELLI, 2002, p.8).

autor, busca a volta de um antigo regime e a defesa da ordem estabelecida, valoriza a nação e emprega uma constante reação a inimigos, são homens de origem popular, sem a tradição da elite conservadora clássica (RÉMOND, 1974, p. 92-94).

Nas redes sociais, onde nossos contatos são formados pelos interesses individuais, a tendência é que formemos redes com indivíduos que tem interesses e ideologias semelhantes. Pautas, sobretudo de costumes, que não encontram espaço nas mídias tradicionais foram amplamente exploradas nas redes sociais e nesse lugar encontram força para se disseminarem. Entretanto, é importante considerarmos que por mais que a internet no momento seja o maior vínculo de comunicação, ela não foi pioneira na vinculação de um discurso anti-esquerda, e sim deu continuidade a algo que se iniciou na grande imprensa tradicional.

A sorte da militância de direita começou a melhorar à medida que alguns colunistas e comentaristas políticos de oposição ao governo começaram a usar um tom cada vez mais agressivo em suas críticas veiculadas em jornais e revistas de grande circulação, centradas principalmente no escândalo do “mensalão”[...] (ROCHA, 2018, p.51).

O maior exemplo da influência das mídias tradicionais na formulação de identidades políticas foi resultado do espetáculo midiático em torno da operação “Lava-Jato” da Polícia Federal. Todos os brasileiros, até os mais desinteressados sobre o tema, tiveram contato com a narrativa da atuação do judiciário através dos meios de comunicação, em especial os telejornais, que se dedicaram a detalhar o que ficou conhecido como a maior investigação anticorrupção da história do país. A Lava-Jato e a propaganda anticorrupção produziram grandes efeitos na opinião pública. Segundo a DataFolha, em 2015, pela primeira vez na história, a corrupção foi apontada como sendo o maior problema do país²³. Adicional a isso, influiu a insatisfação com o governo petista, desencadeando em uma série de manifestações públicas que tomaram as ruas de todo o Brasil, dando ares de legitimidade pública ao processo de *impeachment* que se sucedeu. O “Movimento Brasil Livre”, “Revoltados On-Line” e “Vem Pra Rua” são alguns dos grupos de direita criados e mobilizados por meio do *Facebook* com o intuito de organizar protestos com um discurso contra a corrupção, a favor da Lava-Jato, e sobretudo, contra a então presidente, Dilma Rousseff (PENTEADO, LERNER, 2018). Esses movimentos foram bem sucedidos em seus objetivos, ganharam destaque na grande mídia, e vários foram os seus articuladores que tiveram destaque neste período e se lançaram candidatos nas eleições seguintes, saindo vitoriosos. Fernando Holiday, Kim Kataguiri e Carla Zambelli são alguns exemplos, todos eleitos por partidos da direita.

²³ Pesquisa disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/11/1712972-corrupcao-lidera-pela-primeira-vez-pauta-de-problemas-do-pais.shtml>

Passado o advento meteórico das mobilizações on-line, o desmanche da Lava-Jato – seguido pelos escândalos de imparcialidade dos seus processos que foram revelados pela “vaza-jato” - e a eleição de Jair Bolsonaro vieram para reformular as conexões entre os movimentos de direita/anti-esquerda e sua base militante, assim como a atuação da grande mídia, que abandonou a propaganda a favor da Lava-Jato e passou a desempenhar um papel de oposição ao governo bolsonarista.

Lava-jatistas e bolsonaristas, embora compartilhem do anti-petismo, tem perfis sociais bem diferentes. Telles, com base em dados recolhidos nas manifestações de 2015 (a favor do impeachment de Dilma Rousseff e da operação Lava- Jato), contrasta o perfil lavajatista com o perfil bolsonarista. O autor constata que os bolsonaristas, em comparação aos lavajastistas seguem o seguinte perfil: são mais velhos, mais religiosos,²⁴na maior parte são pessoas não brancas, são mais pobres, e menos propensos a confiar na mídia tradicional²⁵ (TELLES, 2020). A partir da pesquisa de Telles, podemos ainda compreender que

a rede de direita se caracteriza por conseguir estabelecer conexões com diferentes setores da sociedade, com celebridades, setores e atores da mídia tradicional e apoio de empresários, criando condições para a ampliação do poder de mobilização política e de recursos (PENTEADO, LERNER, 2018).

As redes de associações da direita refletem as múltiplas versões do social e em decorrência disso, são capazes de produzir múltiplas versões do que podemos entender por atores/grupos da direita.

A narrativa pública sobre as relações sociais brasileiras, caracterizadas pela harmonia, poucos conflitos, democracia e tolerância a raças, religiões e gêneros foi substituída pela marcação da diferença ideológica. O racismo deixa de ser “cordial” para ser manifestado de forma explícita, uma vez que encontra embasamento na política institucional, através de representantes eleitos:

Em lugar do “ritual da tolerância”, passamos a praticar o oposto; o confronto e a expressão aberta da polaridade que, como vimos mostrando, sempre existiu na nossa história, mas andava silenciada. Talvez por isso, hoje em dia muitos brasileiros não se preocupem mais em se definir como pacíficos; preferem desfilarem sua intolerância (SCHWARCZ, 2019, p.211).

²⁴ Sobre isso, vale destacar que, segundo pesquisa Data Folha, 7 em cada 10 evangélicos declararam ter votado em Jair Bolsonaro em 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/metade-dos-evangelicos-vota-em-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>

²⁵ Essa posição dos bolsonaristas contra as mídias tradicionais é alimentada por Jair Bolsonaro, que constantemente direciona ataques às mídias tradicionais, em especial a Rede Globo.

Em 1995, na pesquisa feita pelo DataFolha sobre a percepção da população brasileira em relação ao preconceito racial, foi posto que 89% dos entrevistados diziam existir preconceito contra negros no Brasil, sendo que só 10% deles se reconheciam como preconceituosos. Em 2020, em pesquisa do instituto PoderData, 81% dos entrevistados dizem que existe racismo no Brasil e 34% assumem serem preconceituosos²⁶. Em uma diferença de 25 anos, vemos que o índice daqueles que reconhecem o racismo diminuiu, mas o número entre os que se reconhecem como racistas aumentou em 24%.

Sobre isso, um ponto a ser ressaltado é o poder que as circunstâncias políticas tem de refletir ativamente na estratégia ou modelo discursivo que se adota. As crenças individuais interagem com os contextos sociais e políticos, e estes, quando definidos pelas elites, podem moldar pré-disposições. Ou seja, por ser a opinião pública dirigida pela elite, a retórica da população em geral pode variar conforme a tendência política dessas elites, mesmo que coexistam desde muito tempo, o discurso público patrocinado pelo Estado e a contestação deste discurso (ZALLER 1992). Tradicionalmente,

[...] dado o orgulho nacional pela situação de convivência pacífica, sem conflito, entre os elementos de diferente procedência étnica que integram a população, as manifestações ostensivas e intencionais de preconceito assumem o caráter de atentado contra um valor social que conta com o consenso de quase toda a sociedade brasileira, sendo por isso evitadas (NOGUEIRA, 2006, p. 298).

No plano político atual, estando o maior cargo da república sendo ocupado por um político que ao mesmo tempo que difere declarações racistas, nega que exista discriminação racial no país, os dados citados acima encontram validade contextual para existir.

4.2. Identidade política *versus* Identidade racial

As identidades são produtos da história e dependem das condições dadas socialmente. Nas trajetórias do sujeito, as interpelações que sofrem, estruturais, institucionais, entre outras, são capazes de modificar sua identidade. Stuart Hall (2006) alerta para o fato de as identidades serem preenchidas por aquilo que imaginamos que os outros veem de nós. A identidade dita como vemos e nos relacionamos com o mundo, como participamos dele.

Goffman (1985) estabelece uma diferenciação entre identidade social e identidade pessoal, ao abordar como se relacionam as questões de identidades e de grupos. Diz que

²⁶ Pesquisa disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contra-negros/>

identidade social e identidade pessoal derivam da definição de terceiros que são pautados por seus interesses, sendo assim a identidade pessoal pode existir antes e depois da vida dos indivíduos. Ao contrário da identidade social e pessoal, a identidade do 'eu' é formada pelas subjetividades e experiências do indivíduo. Mesmo que a imagem que o indivíduo constrói de si seja embasada no mesmo material que outros usaram para construir sua identificação social e pessoal, este indivíduo terá a liberdade em moldar esse material conforme achar melhor. Goffman destaca o fato de que há ciclos na incorporação da identidade de grupo, podendo haver oscilação entre apoio, identificação e participação do indivíduo que o comporá.

O indivíduo estigmatizado, mesmo tendo a mesma crença sobre identidade e apoiar as normas, não consegue alcançar o status de normalidade por não cumprir as expectativas sociais. Os padrões físicos, morais e mentais dos normais são internalizados pelos estigmatizados, mas não alcançáveis por eles. Esta não correspondência entre o que deseja representar socialmente e o que realmente representa socialmente é causa da angústia e autodepreciação sofridas pelos estigmatizados, que só pode ser gerada no contato com o que vê estabelecido como normal (GOFFMAN, 1985).

Fanon (2008), em "Peles negras Mascaras Brancas" trata da tentativa do negro em descobrir o sentido da identidade negra, da construção do seu corpo no mundo branco, corpo esse que foi coisificado e posto como mercadoria no processo de escravidão. É apontado que o abandono de uma forma de se ver originária, pela forma como os europeus reconfiguraram as antigas civilizações, impactou diretamente no modo como os indivíduos negros passaram a se autoperceber: como em terceira pessoa. Não podem mais ser apenas um homem, exige-se uma conduta de homem negro. E essa conduta de homem negro não é nada mais do que a performance de tudo aquilo que a ideologia dominante construiu de maneira impositiva e discriminatória.

As circunstâncias históricas, institucionais, culturais e os significados inseridos pelos discursos produzidos nesses espaços moldam o referencial do indivíduo sobre sua identidade (LOPES, 2002). Círculos que preferenciam as identidades individuais, privilegiam as identidades dominantes, que são positivadas e consumidas como ideais.

O sujeito negro carrega em si uma imensa carga de atribuições negativas que foram lhe dadas pelo colonizador, enquanto vive restrito ao ambiente doméstico, entre seus iguais, poderá ignorar toda essa carga. Mas, quando sob o olhar dos brancos, as subjetividades do indivíduo negro são suplantadas por estereótipos racistas que impregnam as sociedades racializadas. Enquanto a personalidade individual branca é diversa e livre, a personalidade negra esta submersa numa generalização estigmatizadora. A pessoa negra sempre estará atrelada a seu

grupo de origem e tudo que o acompanha, não importa o quanto se afaste dele. Desde crianças, aprende-se a preterir o ser negro em valorização ao branco, o branqueamento pelos valores e normas dos brancos transformam o grupo de origem em referência negativa.

Souza, tem como hipótese que acessar lugares, exige do indivíduo negro que rejeite a tradição negra do passado e a discriminação do presente (SOUZA, 1971, p.73). A alienação do negro resulta na negação das origens entre aqueles que passam pelo processo de estigmatização que constitui o inconsciente coletivo da sociedade, ao mesmo tempo que frequenta a consciência diária dos negros que precisam conviver com tal estigmatização. A autora ainda argumenta que o negro não nega uma identidade negra porque “não possui uma identidade positiva, a qual possa afirmar ou negar” (SOUZA, 1971, p.77). Ser negro, é, segundo ela, romper com uma consciência alienadora, substituindo-a por uma consciência contra ideológica, ser negro é tornar-se negro. Sua percepção dialoga diretamente com Fanon, quando este diz que, sendo impossível se desvencilhar de um complexo inato, a opção é se afirmar como negro.

O sujeito subalterno, estigmatizado, segundo Souza, calcularia as possibilidades de participar do universal e aderiria às condições que julga imprescindíveis para que participe desse universal. Reconhecem suas particularidades da cor, mas as suplantam em um universalismo fomentado ideologicamente. Isso ocorreria, segundo a autora, porque “a existência de possibilidades de mobilidade social individual induz um cálculo racional ao negro segundo o qual as suas chances de ascensão são estimadas como estando em proporção inversa à sua solidariedade étnica” (SOUZA, 1971, p.70). A identidade racial é sobreposta pela promessa de integração por meios econômicos.

Sem identidade individual definida não há a identidade coletiva, e sem uma identidade coletiva o grupo fica invisibilizado, passa a ser parte de uma classe nacional geral e universalista que nasce a partir da abolição. Os sujeitos dessa classe nacional são sujeitos sem história política, sem memórias que o liguem à ancestralidade que anteceda o cativo. Grande parte da bibliografia sobre a identidade negra brasileira se divide entre os que alegam que o sujeito racializado nasce em brancura e precisa torna-se negro, e os que advogam que o sujeito que nasce negro, adere a brancura para se integrar socialmente. Ao que entende Figueiredo (2002), esses sujeitos nascem em brancura pela ideologia da branquitude ser predominante.

[...] quase todos nós nascemos embranquecidos, visto que há uma predominância dos aspectos da cultura branca — se é que as sim podemos denominá-la — em nossa sociedade, e só enegrecem ou se tornam negros ao longo dos anos os que optam por incluir em suas vidas os aspectos identificados com a ‘cultura negra’ e se tornam curiosos em conhecer o seu passado (FIGUEIREDO, 2002, p.104).

A medição de solidariedade entre membros de um grupo social específico foi desenvolvida com o intuito compreender como acontece a associação e interação entre aqueles que fazem parte do mesmo grupo. Quando este grupo é composto por determinantes que são inatas, como cor/raça, o processo de identificação parece ser (como exposto a seguir) diferente do processo de identificação gerado a partir do compartilhamento de uma ideologia em comum. Embora, ambos os processos sejam produtores de identidades coletivas, o senso de pertencimento é apontado como sendo mais forte nos grupos formados pela questão ideológica.

Hanchard (2001) estabelece duas categorias gerais de medição da consciência racial a partir do conceito de “família de semelhanças” formulado por Fisher (1986). São as semelhanças fortes e as semelhanças fracas. Semelhanças fracas, segundo o autor, são semelhanças baseadas -em um critério mais afetivo do que político ou estratégico- na memória visual, que instintivamente desperta a ideia de uma origem comum ou de uma posição de subalternização comum. Não tem cunho ideológico, por isso não acarreta mudanças a longo prazo e tende a se desfazer quando diferenças (ideológicas, demográficas e religiosas) são apresentadas (HANCHARD, 2001, p.100). É na família de semelhanças fracas onde há maior dificuldade de politização, se limitando a pequenos gestos de solidariedade espontânea.

As semelhanças fortes se diferenciam do primeiro tipo por terem um potencial de mobilização política, superando as particularidades, a fim de alcançar objetivos políticos articulados em uma coletividade. A unificação é capaz de suprimir divergências políticas, mesmo por um período determinado (HANCHARD, 2001, p.102). As lutas contra o *apartheid* na África do Sul e pelos direitos civis nos EUA são exemplos deste tipo de semelhança, que no Brasil, é vista por Hanchard como pouco desenvolvida pela inexistência de uma violência declarada enquanto política de Estado (como foi o caso dos países mencionados) e pela disseminação bem-sucedida do mito da democracia racial. Como resume Viotti Costa,

a negação do preconceito, a crença no “processo de branqueamento”, a identificação do mulato como uma categoria especial, a aceitação de indivíduos negros entre as camadas da elite branca tornaram mais difícil para os negros desenvolver um senso de identidade como grupo (COSTA, 1998, p. 375).

A conclusão a que o autor chega sobre a solidariedade racial brasileira é de que ela tem mais chance de acontecer depois de estabelecidas as filiações políticas e ideológicas, e que a interação entre negros é mais de tipo fraca do que de tipo forte. Isso indica que estão mais suscetíveis a outros tipos de associação que não a de raça/cor. Uma solidariedade de tipo forte só poderia se dar através da politização da categoria raça proposta pelo conceito de negritude. Negritude que “se opõe a uma outra identidade unificadora proposta pela ideologia dominante,

ou seja, a identidade mestiça, que além de buscar a unidade nacional visa também a legitimação da chamada democracia racial brasileira e a conservação do status quo” (MUNANGA, 1999, p. 15).

As identidades não preexistem às relações que as constituem. Nos casos em que há uma certa radicalização ideológica, observa-se nas articulações políticas uma ressignificação das identidades raciais pela ideologia, mas não a ressignificação da ideologia pelas identidades raciais. Assim, a tendência é que as identidades hegemônicas predominem em certos grupos políticos ideológicos, fazendo com que as identidades não hegemônicas sejam silenciadas. A identidade universal nacionalista da direita e a identidade universal proletária marxista se colocam de maneira crítica as identidades políticas que pretendem representar as particularidades advindas da cor/raça dos indivíduos.

Tais críticas à identidade são feitas pela direita, pelos liberais, pela esquerda, todos unidos na argumentação de que a política identitária fratura o corpo político, isto é, enfatiza as diferenças às custas das comunalidades e que seu foco sobre identidades só oferece uma política reducionista, que reduziria ou substituiria uma avaliação de uma visão política da pessoa por uma avaliação de sua identidade (ALCOFF, 2016, p. 137).

As mudanças de sentidos da identidade negra não são comportadas por essas ideologias. No contexto da sociedade neoliberal, dizem os marxistas, “o acúmulo das especificidades identitárias torna, cada um, único e a ação política se organiza não pelos eixos de divisão social, que não são mais capazes de agregar grupos, mas pelas vontades individuais” (MIGUEL, 2018, p. 182). Entendem que a luta pelo reconhecimento das diferenças enfraqueceu a luta de classes dentro das esquerdas, e acreditam que as particularidades do grupo, nos dias de hoje perpetuam na dita “esquerda identitária” (SAFATLE, 2015 *apud* SENA; GUSMAN, 2020).

O “identitarismo”, segundo a crítica marxista, começa pela incorporação das elites políticas negras, nas estruturas políticas e econômicas do capital, o que resulta na despolitização da pauta racial e sua diminuição a uma questão meramente identitária. Todavia, esclarece Silvio de Almeida (*apud* HAIDER, 2019), há de se fazer ressalvas sobre a generalização dessa crítica às pautas das identidades. O autor ressalta que a identidade por si só, de gênero, étnica ou racial, não são suficientes para fomentar identidades políticas. A política de identidade é algo distinto de identitarismo. A primeira contesta a universalidade da categoria proletária, enquanto a segunda nega a possibilidade de universalização de lutas.

A identificação da nova direita, autoproclamada conservadora, se constitui sob uma identidade unificadora. Diferente da esquerda progressista, que prega bandeiras de direitos

universais, com pautas identitárias vinculadas a grupos étnicos e de gênero, dentro do espectro da direita, o identitarismo se dá pelo compartilhamento de valores individuais em rechaça a valores universais da democracia ocidental (MÜLLER, 2006). Sendo o pensamento conservador refratário a incorporação de diferenças, predominam as solidariedades de tipo primordiais, o tipo de solidariedade que “[...] articula, normalmente, a defesa de lealdades a grupos, lugares e crenças particulares em oposição a laços mais universais, a solidariedade civil” (CUNHA, 2015, p.6).

Em contradição, esse particularismo contrário aos ideais universais da democracia só pôde ser articulado politicamente e se instituir como governo, como discurso hegemônico, modificando seu conteúdo original, mecanismo empregado para agregar múltiplas identidades sociais. Rememorando a teoria do discurso laclauiana, se manter hegemônico e representar muitas identidades, requer da posição hegemônica que se esvazie de suas particularidades, dessa forma, “uma particularidade que queira ter seus conteúdos universalizados, condição necessária da hegemonia, necessita representar mais do que sua mera particularidade” (FREITAS, 2009, p. 199). O trunfo da nova direita, personificada pelo bolsonarismo, foi estabelecer cadeias de equivalências entre aqueles que tem seu particularismo negado e deslegitimado por ela, que são seus declarados antagonistas, uma vez que, “os grupos dominantes e dominados são compostos por indivíduos em diversas realidades econômicas e são unidos por bases outras de ordem moral, jurídica, política, religiosa, etc.” (CAETANO, 2020, p. 278). Os grupos sociais minoritários não foram excluídos de sua formação discursiva, mas, como aposto Cesarino (2019), ressignificados discursivamente.

Durante a campanha, a memética bolsonarista mobilizou todos estes, de modo central, enquanto inimigos – porém, teve o cuidado de traçar a fronteira antagonística não entre brancos e negros, homens e mulheres, ou heteros e gays, mas entre a militância feminista, LGBT e do movimento negro e os “cidadãos de bem”. Assim, brasileiros negros, pardos, gays ou mulheres que não tinham um investimento especial na gramática identitária das políticas de reconhecimento (podemos supor, uma maioria) puderam ter seu pertencimento mobilizado pela cadeia de equivalência do bolsonarismo, que operou com significantes vazios como “brasileiros”, “trabalhadores”, “cidadãos de bem” ou “patriotas” (CESARINO, 2019, p. 541).

Sob essa identidade estão mulheres e homens negros, que destituídos de um senso maior de identidade racial, aderem a causas que em nada estão ligadas ao combate ao racismo, pelo contrário, estão em consonância com discursos e práticas políticas que corroboram para a manutenção de uma percepção reacionária sobre a pauta racial, uma vez que, “a “oposição entre individualismo e coletivismo é estruturante da gramática identitária conservadora-neoliberal

emergente” (CESARINO, 2019, p. 547). Visto que as motivações centrais para o engajamento de grupo geralmente não são de cunho racial, há dificuldade em se encontrar grupos de pessoas autodeclaradas, simultaneamente, negras e conservadoras.

O mais comum é constar que indivíduos negros que aderem à uma identidade conservadora não nutrem em si uma identidade racial, acontecendo o oposto, assim como os indivíduos que constroem em si uma forte identidade negra, são muito menos propensos a aderirem ao conservadorismo. Conforme posto por Hasenbalg (2005), a solidariedade entre pessoas não brancas é impossibilitada pela busca de fuga individual da negritude daqueles que se veem como mulatos ou mestiços, ou seja, os que buscam se diferenciar dos mais escuros.

[...] como consequência da identidade racial fragmentada dos não brancos e da cooptação de parte do grupo, as aspirações políticas econômicas de base racial são transformadas em projetos individuais de mobilidade social ascendente, com o resultado de que grande parte das energias das pessoas de cor são absorvidas na “questão imediata de conseguir incrementos de brancura” (HASENBALG, 2005, p. 245).

A prática de “descoloração” entre negros ligados ao campo do conservadorismo seria então, decorrente de um processo de defesa da mestiçagem, do quase branco, o que existe a priori desses indivíduos. Essa defesa de uma identidade mestiça é incorporada e reproduzida, mesmo que nem sempre conscientemente, como forma de legitimá-los frente aqueles que lhe são referência, ou seja, os brancos. Mas a sobreposição dos interesses à racialidade não se atribuem somente ao fato daqueles que diluem sua cor. Ainda segundo Hasenbalg ²⁷ em diferentes orientações políticas e classes econômicas, há a repetição dessa sobreposição. A identidade mestiça, forjada para evitar conflitos raciais, teve como intuito ou consequência o enfraquecimento dos vínculos sociais pautados na cor/raça. Esse enfraquecimento dos vínculos pode ser entendido também como uma estratégia de dominação bem sucedida, na qual “o ideal da brancura, [...] nas condições atuais, é uma sobrevivência que embarça o processo de maturidade psicológica do brasileiro, e, além disso, contribui para enfraquecer a integração social dos elementos constitutivos da sociedade nacional” (RAMOS, 1957, p. 187).

²⁷ O autor fala em relação as primeiras décadas do século XX, até a data em que sua pesquisa foi finalizada, em 1979, sobre como as dinâmicas sociais impactaram a desmobilização política negra. Apesar do limite temporal analisado - que deixa de fora as importantes mobilizações raciais organizadas que acontecem a partir de 1980- a predominância do individualismo e da identidade de classe sobre a identidade racial se faz ainda atual.

4.3. A performance como condição permanente

O acesso aos espaços de prestígio e cargos de poder para indivíduos com origem em grupos sociais subalternos e estigmatizados é tão limitado que quando conseguem romper a barreira que os mantêm as margens desses espaços, a cobrança para que se torne um representante de seu grupo de origem lhe é imposta imediatamente. No espaço político, existe essa cobrança independente da ideologia. Como dito por Edith Piza “[...] o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo” (PIZA, 2002, p. 66).

Nas relações de forças, o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que diz, da significação e do valor atribuídos à sua fala (ORLANDI, 2009). O poder desse lugar corresponde ao valor simbólico a ele atribuído, mas são as imagens projetadas sobre o sujeito que fazem ele passar à posição de sujeito no discurso. Simbolicamente um cargo político carrega consigo um forte valor representativo, mas quando ocupado por um indivíduo de imagem estigmatizada, o poder do cargo pode não ser o mesmo experimentado pelos demais. Ou seja, não basta que um político negro ocupe um cargo de autoridade, e com isso um lugar material para discursar (como tribunas, pleitos e afins), se a imagem projetada que se tem dele como indivíduo, dentro da conjuntura histórica e social, não lhe confere valor, negando-o assim uma posição de sujeito discursivo. Então, para que o sujeito negro, possa falar e ser ouvido, é preciso que existam as condições emergentes para tal.

A antecipação do discurso é o mecanismo que permite ao sujeito se colocar no lugar de seu interlocutor e assim calcular sua articulação discursiva pensando o efeito que nele será causado. “Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte”. (ORLANDI, 2001, p. 39). Essa antecipação ao ouvinte é pensada em relação a discursos direcionados à aliados e adversários, e está intrinsicamente ligada as formações imaginárias. Ao vislumbrar a imagem que esses aliados e adversários tem em relação a imagem dele, o sujeito se antecipa para afirmar ou desconstruir essa imagem imagina por terceiros, ajustando seu discurso a partir disso e moldando-o conforme seus objetivos (ORLANDI, 2001, p. 40-41). As relações sociais e dinâmicas de conflito entre político e simbólico, moldam e remoldam as imagens, por isso não são estáticas.

Essa antecipação argumentativa pautada nas formações imaginárias não é um mecanismo empregado por sujeitos negros somente nas suas formações discursivas políticas,

pra muito além disso, é um recurso que se estende em toda a sua vida social, em razão de sua imagem ser negativada pelos estereótipos. No ambiente branco, o negro está sempre performando, adaptando-se ou afirmando-se. A espontaneidade é uma coisa que não faz parte do seu agir social. Fugir do estigma é um processo constante e paranoico. “O colonizado está sempre atento porque, decifrando com dificuldade os múltiplos signos do mundo colonial, jamais sabe se passou ou não do limite” (FANON, 1968, p. 39).

Fanon (2008) destaca como o negro é, no inconsciente coletivo (ou na cultura que se impôs sobre ele) um imoral obscuro e, devido a isso, sua moralização está condicionada ao banimento do negro de sua consciência, o que o faz combater sua própria imagem. O autor reconhece o desejo do negro em falar, porque a língua é uma via de acesso ao mundo que lhe foi negado por um longo tempo. A linguagem seria, entre outros meios, uma forma que o negro tem de provar a si ser capaz de se ajustar à cultura dominante.

Quando o sujeito estigmatizado aceita a carga social que lhe é imposta, a busca pela superação de sua condição ocorre a partir do momento que este se dedica a “quebrar barreiras” sociais, sobressaindo-se em atividades e lugares que não são predestinadas a ele. (GOFFMAN, 1985). Desvencilhar-se da matriz cultural na qual nasceu, e eliminar de si hábitos ancestrais que o vinculem a seu grupo de origem, é o primeiro passo para assumir uma nova identidade social. Identidade essa que tem como modelo o ideal da branquitude, o padrão europeu de civilidade e normalidade. Para entrar no mundo dos brancos, há de aderir ao branqueamento social, moral, de condutada, condicionante da negação da negridão (FERNANDES, 1959).

As imagens tem o poder de condicionar os sujeitos em suas discursividades. A descolonização do imaginário social sobre a imagem do negro não acompanhou as passagens dos períodos políticos no Brasil. Pobre, mal instruído, criminoso e hiper sexualizado são adjetivos intrínsecos à pessoa negra brasileira, colocada como má cidadã sem “[...] condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, limpo, culto, que pauta seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar” (MOURA, 1978, p. 19). Pode-se dizer que o Brasil ainda vivencia um “colonialismo interno”, conceito cunhado por Rivera Cusicanqui (1993) que se define pela longa duração do colonialismo e seus projetos na vida social, mesmo depois do processo de descolonização, no sistema-mundo moderno.

As ações do colonizado passam sempre pelo outro porque é este outro que confirma a necessidade de valorização que ele tem. Ao contrário da concepção que acredita que o negro se compare sempre ao branco, Fanon põe que o colonizado, sob a patronagem do branco,

estabelece comparações entre seus semelhantes. Neste jogo de comparações, o complexo de inferioridade é suprimido por um complexo de superioridade.

Embora socialmente móveis, os negros tinham, entretanto, que pagar um preço por sua mobilidade: tinham que adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial e dos próprios negros. Tinha que fingir que eram brancos. Eram negros “especiais”, “negros de alma branca” – expressão comum empregada pelos brasileiros da classe superior branca sempre que se referiam aos seus amigos negros. Se alguns deles estavam conscientes das sutis formas de preconceito e discriminação, fizeram questão de não mencioná-las (COSTA, 1998, p.375).

Goffman (1988) afirma que, na busca por se criar um modelo do “eu” e alcançar o fim das ambivalências, são elaborados códigos de condutas que orientam a ação dos estigmatizados frente aos normais, como tratar seus iguais, manter uma atitude “apropriada” a seu “eu”. A defesa dos códigos implica em duas coisas: (1) situação de não espontaneidade dos estigmatizados quando em interação com normais. Tudo o que vai ser revelado por eles é medido por uma régua do que é aceitável e o que não é. (2) Exposição involuntária do estigmatizado, isso porque são coletivizados aspectos da sua vida privada com a intenção que causar impacto sobre sua condição. Essas implicações irão acontecer de acordo com o tipo de alinhamento de grupos a que se está inserido, a primeira implicação seria própria dos “alinhamentos exogrúpicos” e a segunda dos “alinhamentos intragrúpicos”.

Na perspectiva do “alinhamento exogrupal”, aconselha-se aos indivíduos adotar o padrão comum dos normais, manifestando-se só quando é dada a impressão de querer negar sua diferença (GOFFMAN, 1988 p. 99). Deve-se reconhecer enquanto ser humano como qualquer outro e, em situações sociais mistas, são orientados a “ajudarem” os normais a compreenderem sua condição de estigmatizado, aliviando a tensão do encontro sempre que possível. Aceitando o auxílio deles com gentileza, mesmo quando não solicitado. O “bom ajustamento” se dá quando o estigmatizado se aceita enquanto semelhantes dos normais, mas respeite o limite até onde pode chegar na interação com estes, quando estabelecida este tipo de relação os estigmatizados são vistos como de caráter forte. Como consequência deste modo de agir, o estigmatizado pode vir a crer em uma aceitação ilusória. “Aceitação fantasma para uma normalidade fantasma”, pois a aceitação está condicionada a um limite de aceitação oferecida pelo normal. Esse padrão de comportamento descrito por Goffman se coaduna com a observação feita por Petronio Domingues (2002) sobre a sociedade paulistana do século XX:

[...] estabeleceu-se um círculo vicioso: quanto mais profundos os traumas do racismo, mais o negro ajustava seu comportamento e atitudes de acordo com a ideologia do branqueamento; quanto maior os ataques racistas, mais profundos eram os traumas.

Nesse sentido, a interiorização da ideologia do branqueamento pelo negro deve ser entendida como um mecanismo psicossocial, utiliza do para evitar as agruras do racismo à paulista (DOMINGUES, 2002, p.592).

Na perspectiva dos “alinhamentos intragrupais”, os indivíduos são orientados a revelar seu estigma, não se perceber de forma vergonhosa. As relações são estabelecidas dentro e para o grupo e entendem que o grupo real é o grupo formado por pessoas iguais, que compartilham dos mesmos estigmas. Nesta perspectiva há um objetivo político de dissolução do estigma, objetivo que é posto sob a responsabilidade dos representantes do grupo (as representações profissionais), os que dedicam suas vidas a ele.

Mesmo aqueles que não procuram se encaixar em um padrão de comportamento que lhe conceda aceitação acabam por performar frente aos indivíduos que gozam de maior prestígio social. O conceito de “deferência” é utilizado por Scott (1990) para exemplificar como lidam os subordinados nas interações sociais entre eles e seus superiores em situações de uso da autoridade. A deferência é posta por ele como um recurso adotado pelos subordinados, uma forma de passar uma imagem de conformidade com as normas de conduta dos superiores, muitas vezes são mecanizados e vazios se parecendo com um comportamento de conformismo. A deferência tende a ser dissolvida no ambiente onde se fazem os discursos oculto, ou seja, fora do ambiente público.

O impacto do poder se manifesta na adulação, deferência, subordinação. A linguagem do poder requer uma representação da submissão, que acontece nas falas, nos gestos e expressões. O cuidado de se expressar bem quando estão em frente aos dominadores, a utilização de pronomes pomposos, a afirmação de estereótipos estigmatizantes, tudo isso é posto pelo autor como uma atuação feita pelos subalternos, uma dramatização que esconde os interesses invisíveis aos olhos dos superiores, que passam a crer no sucesso da estrutura de submissão. Ao mesmo tempo que essa representação dissimulada e manipulatória do agir dos subordinados frente os superiores podem ser encarada como um modo de resistência, a evasão contribui para a produção de um discurso público que embasa a ideologia da elite (SCOTT, 1990).

A prudência de controlar seus gestos e discurso escondem a raiva e revolta daqueles que sofrem a violência da dominação, sentimentos que alimentam o que Scott chama de “fantasia”. No discurso oculto, onde encontra vazão, as fantasias são manifestações do desejo de vingança. Nas fantasias ainda pode haver a combinação de ódio e idealização dos superiores, esta última levando os dominados a buscarem se parecem o mais próximo possível com seus algozes.

Sobre essa mudança de performance conforme o ambiente social e das antecipações às imagens preconcebidas, como posta por Orlandi, Goffman, Fanon e Scott, dedica-se o subtítulo “Lugar de fala e lugar de falar”, no capítulo V, referente a análise dos dados.

5 - APRESENTANDO O CORPUS DE PESQUISA

Na seleção do corpus de análise, buscamos demonstrar a heterogeneidade discursiva e nuances ideológicas daqueles que constituem o campo da direita, para que não nos limitássemos ao perfil recente de políticos ligados ao bolsonarismo e ao extremismo político. Por isso, foram selecionados sujeitos de diferentes perfis biográficos e níveis de engajamento - embora se encontre um padrão em vários aspectos de sua construção pessoal e atuação enquanto agentes políticos - na tentativa de traçar similaridades que constituam um padrão discursivo.

Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou de direita, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreendermos o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas (ORLANDI, 2001, p. 42).

Partindo da postulação de Orlandi (2001), os indivíduos selecionados para compor o *corpus* são elencados como conservadores sobretudo por suas filiações partidárias, mas também pelos signos emitidos em suas enunciações discursivas. De início, foram selecionados cinco nomes, cujos discursos seriam analisados, tendo, ao longo da coleta de dados, havido a substituição de alguns deles. Durante o projeto de pesquisa foram selecionados; Arlindo Veiga dos Santos, Celso Pitta, Douglas Garcia, Fernando Holiday e Sergio Camargo. Sendo que Sergio Camargo e Douglas Garcia foram substituídos por Hélio Lopes e Sonaira Fernandes, constituindo o *corpus* de análise final.

Arlindo Veiga é uma figura que marca uma geração de militantes negros no Brasil, consequentemente, já foi objeto de diferentes pesquisas e trabalhos acadêmicos, o que nos permitiu ter acesso a diferentes fontes bibliográficas sobre sua trajetória enquanto agente político e sujeito discursivo. A figura de Celso Pitta é representativa por se tratar do primeiro negro prefeito da maior cidade do país, eleito com uma campanha de grande repercussão não só a nível local como nacional, seu mandato foi marcado por alguns escândalos e casos de corrupção que o colocaram na mira da grande mídia. Sonaira é ainda muito recente na política, tendo se candidatado e eleita em 2020, devido isso as informações biográficas são escassas recolhidos do que ela mesma disponibilizou no site da câmara de São Paulo. Foi selecionada como corpus para que se tenha um viés de gênero, já que faz parte de uma minoria da minoria – mulher e negra. Hélio e Holiday tiveram votações expressivas em suas respectivas candidaturas, e por suas filiações, obtiveram grande destaque no cenário político nacional nos

últimos anos. Graças a isso, encontrou-se amplo material, principalmente jornalístico, sobre ambos os políticos. Um pouco sobre a biografia do *corpus* pode ser conferida a seguir.

5.1 Arlindo Veiga

Tido por seus biógrafos (MALATIAN, 1978; DOMINGUES, 2006) como uma das principais lideranças negras da primeira metade do século XX Arlindo José da Veiga Cabral dos Santos nasceu em fevereiro 1902, na cidade de Itú - São Paulo. Atuou politicamente na década de 1930, momento em que o fascismo nacionalista emergia na Europa, e também no Brasil, no movimento liderado por Plínio Salgado, inspirado pelo fascismo italiano. Foi membro fundador e presidente da FNB entre 1931 e 1937, ano em que o partido é extinto por decreto de Getúlio Vargas. Se formou em filosofia e letras em 1926, na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Foi professor de filosofia, sociologia, inglês, português, latim, história, além de escritor, poeta, tradutor e o principal colunista do jornal *A Voz da Raça*, canal de comunicação da FNB e do jornal *O Comando Patrianovista*, sua publicação pessoal em que divulgava o ideário patrianovista.

A Ação Imperial Patrianovista (1932/1937 – 1945/1964) foi um movimento monarquista, antiliberal, elaborado pelo Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova, fundado em 1928, baseado em uma filosofia tradicionalista da classe média católica, com atuação em 15 estados do país e sustentava o lema “Deus, Pátria, Raça e Família” (MALATIAN, 1978). A defesa do III Império, compartilhava ideais e semelhanças com a Ação Integralista Brasileira, que é posterior ao seu nascimento, principalmente em seu viés autoritário. Arlindo Veiga foi autor do estatuto tanto da Frente Negra Brasileira (FNB), quanto da Ação Patrianovista, ambas organizações defendiam a bandeira do nacionalismo e da tradição brasileira e o repúdio ao comunismo como posicionamento ideológico (DOMINGUES, 2006, p. 527).

Arlindo Veiga dos Santos era, antes de mais nada, um negro reacionário, na medida em que buscava anular as forças progressistas da história e inverter a tendência de modernização da sociedade brasileira, lutando pelo restabelecimento de uma ordem política e social obsoleta. Era nacionalista xenófobo e anti-semita fervoroso. No seu discurso, o judeu era descrito como um explorador que sempre aparecia associado à burguesia internacional, às finanças, à usura, à encarnação dos interesses alienígenas. Nos seus escritos políticos, ele constantemente evocava o suposto complô judaico-maçônico (DOMINGUES, 2006, p. 523).

Carismático, eloquente, personalista e autoritário, Arlindo era contra o liberalismo, o comunismo, o capitalismo e o positivismo republicano. Maria Malatian Roy (1978) principal

pesquisadora da vida e obra de Arlindo, com foco sobre sua atuação na Ação Imperial Patrianovista, o descreve como um conservador católico, formado entre os estudos do integralismo Lusitano e da História do Brasil. Fazia parte da elite negra paulistana, por sua escolarização diferenciada e de sua inserção cultural. Domingues (2006) descreve Arlindo como um militante da luta anti-racista, pela sua história de engajamentos na imprensa negra, na qual desempenhava papel de educador no intuito de criar entidades negras dedicadas a elevação moral, política e social desta população. Embora alegasse recusar cargos públicos por questões ideológicas, foi candidato na constituinte de 1933, enquanto ainda integrava a FNB, e tinha como proposta principal integrar o negro num projeto político ideológico nacionalista. Tendo trabalhado somente em instituições privadas, na década de 1930 recusa o convite para assumir a secretaria de educação do Estado de São Paulo.

5.2 Celso Pitta

Filho de um comerciante do ramo de automóveis e com uma cartógrafa do IBGE, filho de pai branco e mãe negra, Celso Roberto Pitta Nascimento nasceu em 1946, em uma família de classe média carioca, tendo uma origem bem distinta da maioria dos negros brasileiros. Sempre morou em bairros privilegiados do Rio de Janeiro, (Laranjeiras, Fátima e Glória), cursou a educação básica em instituições particulares, algo que só mudou na adolescência, quando teve que estudar em escola pública como forma de reduzir despesas familiares depois da morte de seu pai. Graduado em Economia pela UFRJ, fez mestrado em Economia dos Transportes na Universidade de Leeds, na Inglaterra e especialização em administração de empresas em Harvard, EUA. Teve um currículo acadêmico incomum para um negro de sua época, o que garantiu uma prestigiosa qualificação profissional decisiva para que ocupasse altos cargos no Ipea, no Departamento Econômico do Bureau de Fretes da Sunamam, na Cia de Navegações, na diretoria da Casa da Moeda, em 1986 na Eucatex, empresa da família Maluf que o lançaria à vida política.

A origem social e trajetória de Pitta contraria o estereótipo do homem negro na sociedade, a quem se costuma atribuir pouca educação, baixa qualificação e submetido a trabalhos braçais. Sua trajetória de excelência e seu perfil refinado, atributos de indivíduos brancos de origens tradicionais, foi a base de sustentação de sua entrada na vida pública, e essas qualidades o polparam da exigência de experiência política que se espera de um candidato ao executivo da maior cidade brasileira.

Seu primeiro contato com a família Maluf foi com Roberto Maluf, presidente da Eucatex, com que ele diz ter tido uma sólida e duradoura amizade. Paulo Maluf é eleito prefeito de São Paulo em 1992 e, por recomendação de seu irmão Roberto, convida Pitta para integrar seu governo. Sua carreira política começa como secretário municipal de administração, passando logo depois a posição de secretário de finanças do governo de Paulo Maluf. Próximo ao político do PPB, Pitta começa a ser visto por ele e seus colegas de governo como um projeto de futuro para o malufismo, pois o fato de ser negro daria força a uma imagem mais liberal do malufismo.²⁸ No contexto da recente democracia brasileira, as pesquisas entre os eleitores apontavam que estes queriam uma renovação do quadro político e davam preferência a perfis de candidatos sem uma vida política pregressa e tradicional. Pitta, antes de 1995, quando se filiou ao PPB para concorrer às eleições, não havia sido filiado a nenhum partido político. Além de se enquadrar dentro do perfil requerido pelos eleitores, no período pós ditadura, “soava politicamente correto eleger um homem negro de classe média, mostrando que o Brasil também estava na onda dos direitos civis, como nos Estados Unidos” (PITTA, 2022, p.12). Ser negro e representar uma “novidade” na política foram determinantes na escolha de Celso Pitta como o candidato que, caso eleito, ficaria responsável por dar continuidade a administração malufista na prefeitura de São Paulo.

Durante as eleições para a prefeitura de São Paulo em 1996, a questão racial foi abordada muito mais pela mídia do que enquanto estratégia eleitoral de campanha, de forma que Pitta buscou afastar a atenção sobre sua raça ao focar quase que exclusivamente em seus atributos individuais, para construir perante o eleitor uma imagem de pessoa capacitada a ocupar o cargo ao qual concorria. No meio político, entre aliados e opositores, a questão racial era mencionada toda vez que se falava em Pitta. Após a vitória nas urnas, ganhou as manchetes que o enunciavam como o “choque político do ano”, devido ao fato de ter sido o primeiro negro eleito prefeito de São Paulo. A campanha eleitoral bem sucedida de Celso Pitta - que o levou à uma conquista inédita na política nacional - foi tema de alguns estudos sobre o marketing político e as estratégias retóricas empregadas para adequar candidatos negros ao eleitorado (OLIVEIRA, 2008, 2016; BARROS e MORRIS, 1996).

A associação de Pitta como representante da continuidade do malufismo dura pouco e logo seu governo vira alvo de múltiplas denúncias. Em 1999, ele deixa o PPB de Maluf e se filia ao PTN. Um ano depois, enfrenta uma série de denúncias feitas por Nicéia Camargo, sua

²⁸ Malufismo é a corrente política que teve como líder Paulo Maluf. Era baseada em práticas eleitorais clientelistas e fisiológicas, com forte apelo populista.

ex-esposa, que acusa Pitta, Maluf, três secretários e alguns vereadores governistas de esquemas de corrupção e desvio de dinheiro público. Segundo Nicéia, Pitta estava envolvido nesses esquemas desde 1994, quando foi secretário de finanças. durante a gestão de Paulo Maluf.

Deixando de ser prefeito, voltou a trabalhar no setor privado como consultor financeiro, mas ainda tentou voltar a vida política e se candidatou a deputado federal, pelo PSL em 2002 e, em 2006, pelo PTB. Não obteve sucesso eleitoral em nenhum dos pleitos. No capítulo dedicado a análise dos dados, veremos em que termos se deu a drástica mudança no discurso político e racial de Pitta logo após romper com o malufismo. Em 2009, é preso pela ‘Operação Satiagraha’²⁹, e condenado a cumprir quatro anos de detenção pelo escândalo dos precatórios, porém conseguiu uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal e acabou ficando detido por somente dois dias. No mesmo ano, Celso Pitta faleceu em decorrência de um câncer no intestino, aos 63 anos.

5.3 Hélio ‘Negão’ Lopes

Hélio Fernando Barbosa Lopes, o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro nas eleições de 2018 (com um total de 345.234 votos), acumulou uma longa série de fracassos eleitorais até conseguir se eleger. Concorreu a vereador (pelo PRP) de Queimados em 2004, em 2014 (pelo PTN) a deputado federal (teve a candidatura indeferida pela justiça eleitoral) e novamente a vereador (pelo PSC) por Nova Iguaçu, em 2016. Nascido no ano de 1969, na cidade de Queimados, estado do Rio de Janeiro, em uma família de 6 irmãos, tem uma origem social pobre. É filho de uma empregada doméstica e um pedreiro. Como ocupação, seguiu a carreira militar, servindo ao exército de 1992 a 2019, e alcançou dentro da hierarquia militar, em 27 anos de serviço, a posição de subtenente do exército, a mais alta patente dentre os praças ou graduados, mas ainda abaixo dos oficiais subalternos.³⁰ Em comparação, Jair Bolsonaro serviu ao exército por 15 anos (de 1973 a 1988) e conseguiu alcançar quatro patentes acima de Hélio, chegando à capitão, dentro da hierarquia, ao cargo de um oficial intermediário. Além da carreira militar, Hélio é Perito Criminal Militar, formado pela Escola de Sargentos das Armas (ESA) e graduado em Gestão Pública e Financeira pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul).

²⁹ A Operação Satiagraha foi uma operação da Polícia Federal Brasileira iniciada em 2004, que investigou desvio de verbas públicas, corrupção e lavagem de dinheiro que resultou na prisão de políticos, empresários, doleiros, diretores de banco e investidores.

³⁰ Apenas três dos 228 integrantes do alto escalão da Marinha e da Aeronáutica de declaram pretos, nenhum destes possuiu quatro estrelas, que é o grau máximo da carreira militar.

Desde outubro de 2021, administra uma página no *Instagram* chamada “Minha cor é o Brasil”, *slogan* de sua campanha em 2018. Com pouco mais de 20 mil seguidores, Hélio utiliza a página para, segundo ele mesmo, buscar a ruptura de narrativas, livre do racismo estrutural, com liberdade para interpretar o Brasil. Nela destaca figuras históricas negras, exaltando seus êxitos, veicula exemplos individuais de negros de sucesso como forma de colocar sob suspeita a “ideologia do racismo estrutural”, subvertendo a relação entre exceção e regra. Hélio tem por padrão enaltecer negros e negras que foram afetivamente próximos aos brancos, seja no período de exploração do Brasil pelos portugueses, seja na corte imperial, o que diz muito sobre sua concepção acerca das relações raciais no Brasil. Sob a máxima de “não olhar o passado com os olhos do presente”, crê que as políticas afirmativas são políticas de vitimização e de divisão. Em entrevistas e publicações nas redes sociais, dirige-se ao movimento negro como um grupo de pessoas ressentidas e raivosas, porém, quando se pronuncia no plenário da Câmara, levanta a bandeira da tolerância e respeito às visões diferentes da sua. Márcio Marinho (deputado federal pelo PRB - BA) o aconselhou a reivindicar um ministério a Bolsonaro, por sua proximidade com o presidente, sugestão que o próprio Hélio rejeitou.

Alinhado ao governo federal, Hélio faz uso frequente das redes sociais para reafirmar seu apoio ao governo Bolsonaro, reproduzindo a autopropaganda do governo. No entanto, enquanto parlamentar, sua atuação política não condiz com o assíduo alinhamento automático ao governo que manifesta nas redes, tendo uma atuação legislativa apagada, em que se dedica mais a destinar verbas aos redutos militares do que se engajar na disputa parlamentar em defesa da agenda bolsonarista. Assim como Celso Pitta, apelidado de “A sombra de Maluf”, Hélio é descrito como “A sombra de Bolsonaro” pela imprensa nacional.

5.4 Fernando Holiday

Em 1996, na periferia de São Paulo, nasce Fernando Silva Bispo, viria a ser conhecido nacionalmente como Fernando Holiday, sobrenome que tem por inspiração a cantora norte-americana Billie Holiday. É filho único, de uma auxiliar de limpeza e um garçom. Afirma ter crescido sem o pai, dado como desaparecido. Fernando Holiday começa a ter destaque na política nacional em 2015, por fazer parte do Movimento Brasil Livre, o MBL, grupo ativo durante as manifestações a favor do processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Logo se transforma em uma das caras mais populares do movimento e, no ano seguinte, aos 20 anos de idade e com 48.055 votos, é eleito (pelo DEM) o mais jovem vereador já eleito na história da cidade de São Paulo. Inicialmente, no plano ideológico, se definia apenas como

conservador, de direita, mas atualmente se define como direita liberal, para se diferenciar dos conservadores bolsonaristas. Acredita no modelo privatista neoliberal de diminuição do Estado, mas defende políticas públicas de educação, como o PROUNI e o Fies. É autor de projeto que propõe a revogação de cotas raciais nos concursos públicos e o fim da celebração do dia da consciência negra no município de São Paulo.

Reeleito vereador em 2020 pelo DEM, durante o mandato muda de legenda e se filia ao Patriota, do qual foi expulso em 2021, por não seguir as orientações do partido de alinhamento ao presidente Jair Bolsonaro. Se diz arrependido do apoio dado a Jair Bolsonaro no primeiro turno das eleições de 2018. Passa então a integrar o Partido Novo (legenda mais alinhada ao governo de Bolsonaro nas votações da Câmara Federal). Também em 2021, Holiday anuncia sua saída do MBL, alegando que o movimento não abriga pautas que lhe são prioritárias, como a pauta LGBTQI, a pauta antiaborto e a defesa da diminuição da maioria penal.

Prestando contas sobre seu mandato como vereador, disse não utilizar carro oficial, anunciou a doação de 20% de seu salário para instituições de caridade e contratou apenas oito assessores, sendo que são permitidos até 17. Abandonou a faculdade de direito e atualmente cursa licenciatura em história, com a intenção de se tornar professor e a isto atribui o motivo para deixar de ser um defensor do projeto Escola Sem Partido.³¹

5.5 Sonaira Fernandes

Conforme sua autodescrição no site da câmara de vereadores de São Paulo, Sonaira define seu mandato com o propósito de “defender a pauta da liberdade econômica, dos pequenos empreendedores e trabalhadores, das famílias, da liberdade individual, da fé e dos princípios cristãos”³². Nascida em 1990 em Riachão do Jacuípe, interior da Bahia, de origem humilde, como ela mesma coloca, Sonaira Fernandes é graduada em direito e, desde sua eleição em 2020, é tida como a vereadora da família Bolsonaro em São Paulo.

Sonaira é filiada ao partido Republicanos, partido diretamente ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (sendo seu presidente o bispo Marcos Pereira) e, por isso, abriga candidatos e políticos que tem a religião cristã como forte influência no modo como concebem a forma de atuar politicamente. Fiel da Igreja Pentecostal Júbilo, Sonaira carrega muito da sua formação religiosa em suas posições ideológicas. Tem como principais temas de seus pronunciamentos

³¹ Movimento da sociedade civil, apoiada por políticos da direita, que tem por objetivo fiscalizar a “doutrinação ideológica da esquerda” nas escolas.

³² Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/vereador/sonaira-fernandes/>

na câmara o combate a “ideologia de gênero”, o combate ao feminismo, combate à esquerda (que na sua concepção vai dos comunistas até o PSDB) e a defesa da fé cristã, que em sua visão, está sob constante ameaça das ideologias ‘cristofóbicas’ da esquerda. Uma de suas propostas de lei é a PL 751 09/11/2021, que visa a proibição da implantação de banheiros unissex ou sem gênero nos estabelecimentos do município de São Paulo. Recentemente, tem protestado ativamente contra o passaporte sanitário, que obrigaria a apresentação do comprovante de vacinação para autorização de acesso a uma série de lugares públicos. Suas posições políticas e ideológicas se coadunam fortemente com extrema-direita bolsonarista e, provavelmente, tem sua origem no vínculo afetivo estabelecido há anos com a família Bolsonaro.

5.6 Como está alocado o corpus de pesquisa dentro da tipologia dos políticos de direita no Brasil

O objetivo de se fazer uma tipologia que represente o corpus de pesquisa é descobrir, para além da cor, quais as similaridades político ideológicas, econômicas e sociais entre aqueles que se declaram conservadores, ou participam de partidos e grupos ligados ao campo conservador, e a partir disso identificar padrões na experiência social que levam pessoas negras a se identificarem como politicamente conservadoras.

Para isso, fazemos uso da tipologia dos políticos da direita brasileira, como proposta por Codatto; Berlatto e Bolognesi (2018), que alertam que esta tipificação é feita de forma indutiva, mais do que teórica, e por isso, não se atem a tipos ideais, mas objetiva a formulação de uma catalogação sistemática descritiva. Os autores levam em conta o enquadramento dos sujeitos buscando tipificá-los a partir de quatro dimensões analíticas conforme o quadro abaixo.

Quadro 5: Dimensões analíticas para tipologia dos políticos da direita brasileira.

Dimensão Social	Diz respeito ao corte de classe ou origem social do indivíduo, ao que se subdivide nas categorias: classes altas, classes médias, classes baixas.
Dimensão Ideológica	Diz respeito as definições prescritivas, visões de mundo e valores sociais, ao que se define nas categorias: conservador, ultraconservador e liberal/ultraliberal.
Dimensão Política	Se define pela vinculação do sujeito a partidos políticos os tipos de partidos; são subdivididas as categorias: partidos grandes/tradicionais, Partido Pequeno/Novo, Indiferente a Partidos,
Dimensão Económica	Representa a visão prescritiva sobre as políticas de governo, se subdivide nas categorias: Estatista/ Intervencionista, Neoliberal, Indefinida.

Fonte: Elaboração própria com base em: CODATTO; BERLATTO & BOLOGNESI (2018).

Para enquadrar os políticos da direita nacional em categorias descritivas foram elaborados pelos autores cinco tipos/modelos iniciais que são³³: (1) O Profissional da direita tradicional, é de classe alta, tem perfil ideológico conservador, pertence a um partido grande e tradicional e é estatista em termos económicos, a menos nas políticas de intervenção do Estado no mercado que beneficiem o agronegócio; (2) O político da nova direita popular, classes baixas, é ultraconservador, pertence a um partido político pequeno, e o seu perfil económico é um tanto indefinido, embora possa aceitar, pragmaticamente, políticas de compensação social; (3) O político da direita populista, origem na classe média, indiferente a partidos, estadista ou sem uma visão econômica definida, ultraconservador por conveniência eleitoral; (4) O político da direita neoliberal, pertence, de origem, à classe alta, não há informações sobre os seus posicionamentos em termos de costumes, indiferente a partidos e neoliberal no plano econômico; (5) O político da direita libertária, de origem social na classe média, Liberal/Ultraliberal nos costumes, pertence a um pequeno partido e economicamente ultraliberal.

Aos se referirem a tipologia dos partidos, os autores classificam o viés da direita política em cinco tipos: (1) A direita tradicional, oriunda da classe alta; (2) A nova direita popular, oriunda das classes baixas; (3) A direita populista, oriunda da classe média; (4) A direita neoliberal, oriunda da classe alta; (5) A direita libertária, oriunda também da classe alta. É interessante observar que das cinco classes de partidos elencadas, três tem sua origem oriunda da classe alta, porém essa tendência não se mantém quando contrastada com o recorte de raça, como podemos ver no quadro a seguir que coloca o corpus de pesquisa dentro dos tipos esquematizados pelos autores supracitados.

Quadro 6: O corpus de pesquisa dentro da tipologia dos políticos de direita no Brasil

Político	Origem Social	Valores Ideológicos	Filiação Política	Visão Económica
Arlindo Veiga	Classes Baixas	Ultraconservador	Indiferente a Partidos	Estatista/Intervencionista
Celso Pitta	Classes Médias	Liberal/Ultraliberal	Indiferente a Partidos	Indefinida
Fernando Holiday	Classes Baixas	Conservador	Indiferente a Partidos	Neoliberal
Hélio Negão	Classes Baixas	Conservador	Indiferente a Partidos	Indefinida
Sonaira Fernandes	Classes Baixas	Ultraconservador	Partido Pequeno/ Novo	Neoliberal

Fonte: Elaboração própria com base em: CODATTO; BERLATTO & BOLOGNESI (2018).

³³ Vale ressaltar que os autores admitem a existência de tipos intermediários entre os cinco citados, incluindo tipos mistos e/ou incompletos.

Como demonstrado, nenhum dos nomes que constituem o *corpus* de análise tem sua origem social nas classes altas, por isso, nenhum poderia pertencer a uma direita tradicional. A não ser por Sonaira, que até então esteve filiada a um único partido político, o Republicanos, classificado como um partido da direita confessional, todos os outros não apresentam fidelidade partidária e costumam mudar constantemente suas filiações, o que permite inferir que sejam indiferentes a partidos políticos. Arlindo Veiga, por convicções ideológicas pessoais nunca foi filiado a qualquer partido político e se apresenta como indiferente a qualquer agremiação partidária. Celso Pitta, esteve na maior parte da sua vida política filiado a partidos da direita secular, a única exceção foi sua filiação ao PTN (atual PODEMOS), partido de tipo personalista/fisiológico. Hélio Lopes, assim como Pitta, foi na maior parte da sua vida política filiado à partidos da direita secular, PTN, PSCC, PSL, com exceção da sua filiação ao PRP, da direita confessional. Em 2022, seguindo os passos do presidente, deixa o União Brasil,³⁴ e filia-se ao PL, partido pelo qual Bolsonaro irá concorrer à reeleição. Fernando Holiday se mostra indiferente a partidos tendo se filiado a três diferentes categorias da direita: pertenceu ao DEM, de direita secular, ao Patriotas, da direita confessional e atualmente é filiado ao partido NOVO, que integra a categoria de partido pequeno/novo.

No âmbito das visões econômicas, podemos conduzir uma reflexão em três eixos: nota-se um traço de forte indefinição em suas visões econômicas que os fazem aderirem ao conjunto de ideias econômicas dominantes no contexto em que estão inseridos. Exceto no caso de Arlindo Veiga, que possuía uma orientação ideológica difusa, e por vezes errática e indeterminada³⁵, os demais sujeitos que integram o corpo de análise podem ter suas visões econômicas classificadas dentro de esquemas melhor delineados.

Celso Pitta é o que tem origem mais privilegiada entre todos, tendo nascido em uma família de classe média, o que pode ter a ver ser o único também com valores ideológicos mais liberais do que conservadores. Por sua formação como economista, falava de modo mais estruturado sobre sua visão acerca do aspecto econômico, enquanto representava o plano malufista de governo. O ex-prefeito chega a ter uma proposição de distribuição de renda em

³⁴ O União Brasil nasce em 2022 da fusão entre PSL e Democratas.

³⁵ Incorporou a seu discurso de cunho econômico o viés do nacional desenvolvimentismo implantado na Segundo República, todavia, tinha uma concepção propriamente racializada sobre sindicalismo, diferente do plano defendido pelo sindicalismo fabril de sua época. “O sindicalismo, na acepção de Veiga dos Santos, tinha uma natureza corporativa, por isso apregoava o corporativismo no meio negro” (DOMINGUES, 2006, p.517). Era um crítico do estado liberal voltado à econômica externa, assim comungando com o protecionismo getulista do Estado Novo.

suas campanhas políticas posteriores a sua administração como prefeito de São Paulo, porém, insuficientes para lhe subscrever em qualquer ideologia político/econômica.

Fernando Holiday, que se auto declara como um “6,5 na escala do conservadorismo”, por defender a bandeira LGBTQI, mas adere a pautas do ultraconservadorismo, como a do antiaborto. Holiday fez elogios as reformas do Governo Temer, chegando a declarar apoio inicial a Paulo Guedes e atualmente é filiado a um partido abertamente pró mercado e pela diminuição do Estado e das despesas com políticas sociais e de bem-estar.

Quando Hélio e Sonaira falam sobre proposições de ordem econômica, é de maneira pouco concreta, até mesmo superficial. Seguindo a linha de No âmbito das visões econômicas, podemos conduzir uma reflexão em três eixos: nota-se um traço de forte indefinição em suas visões econômicas o que o fazem aderirem ao conjunto de ideias econômicas vigentes no contexto em que estão inseridos. as visões, quando expostas, são reflexos do modelo econômico contemporâneos a eles; fazem interpretações próprias sobre as doutrinas econômicas, desde a ideia de um plano “organicosindicalista” até a defesa de um assistencialismo do Estado aos mais pobres ao mesmo tempo que pregam a diminuição dos gastos do Estado com políticas públicas. Quando Hélio e Sonaira falam sobre proposições de ordem econômica, é de maneira pouco concreta, até mesmo superficial. Assim como Bolsonaro, que não teve um plano econômico claro durante sua campanha eleitoral, variam entre um populismo que se diz representante dos interesses do povo, contra a “velha política”, ao mesmo tempo que defendem a livre iniciativa e a meritocracia como forma mais eficaz de superação das desigualdades sociais.

Os dois nomes ligados com valores ultraconservadores, Arlindo e Sonaira, são os que tem por base uma orientação política pautada em fortes preceitos religiosos. Sonaira representa uma leva de candidaturas evangélicas femininas bem sucedidas nos últimos pleitos regionais, sucesso proporcionalmente até maior do que a de candidatas não evangélicas, em parte decorrente do capital religioso convertido em capital político. Quando eleitas, essas candidatas tendem a sustentar sobre a pauta moral dos costumes a base de atuação de seus mandatos e se aproximam do campo da direita conservadora na qual firmam laços familiares com políticos homens já estabelecidos no cenário político. Scapini (2019), em pesquisa sobre as vereadoras evangélicas eleitas nas capitais no pleito de 2016, chama a atenção para dois aspectos importantes:

[...] chamou atenção que diversos pastores/bispos justificaram o fato dessas 96 candidatas terem sido escolhidas como as "representantes oficiais" devido às relações de parentesco que elas possuem. [...] observou-se que apesar desse conjunto de eleitas

atuarem ativamente em suas denominações, apenas quatro vereadoras ocupam cargos de lideranças nessas igrejas. Entre essas, todas possuem parentesco com os fundadores de suas denominações (SCAPINI, 2019, p. 95-96).

Vemos que, além do sucesso eleitoral, o protagonismo dessas mulheres em suas filiações religiosas depende diretamente da relação parental com os homens que comandam essas instituições. Em um recorte de gênero, Spivak (2010) afirma que a mulher subalterna está abaixo do subalterno masculino, em uma condição de dupla subalternização. “O subalterno como sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (SPIVAK, 2010, p. 163). Mulheres negras sofrem o duplo silenciamento, pelo racismo e pelo machismo. Embora essas mulheres encontrem uma resistência maior ao tentarem se pôr como protagonistas no campo da política institucional, alcançar o sucesso eleitoral, cuja chave consiste em capturar o capital político e simbólico de homens já estabelecidos na política, não é uma relação de interesses empreendida exclusivamente por candidatas mulheres. Em relação aos outros nomes do corpus de pesquisa, assim como Sonaira, (com a exceção de Arlindo) o apadrinhamento por parte de figuras carismáticas da direita às suas campanhas foi determinante para o sucesso eleitoral desses agentes negros, como veremos no capítulo a seguir.

6 - ANÁLISE DOS DADOS

6.1. Lugar de fala e lugar de falar

“Entre esquerda e direita, continuo preta” (Sueli Carneiro)

Falamos a partir do lugar social que ocupamos e como estamos subordinados a relações de poder hierárquicas, este lugar social configura o ponto de partida que determina quem será ouvido e quem pode falar. As circunstâncias, as relações estabelecidas e o grau de aderência ideológica influenciam o como, onde e os porquês da formulação discursiva e retórica. Os dados textuais e discursivos recolhidos nas redes sociais do *corpus*, quando na função de locutor, são dispersos, direcionados à uma base política específica, em geral radicalizada. Nos lugares de poder político institucional, onde há uma regularização do falar, do que pode ser dito, esses agentes se mostram como locutores pouco ativos na posição sujeito-político. Por outro lado, nas redes sociais, vemos exercerem seus papéis dentro da militância de maneira menos tímida, atuando de forma mais livre, combativa e eloquente.

Um espaço tradicional de comunicação é o jornalismo, meio que foi muito usado pelos movimentos negros desde o começo para comunicar suas demandas e assuntos. A elite do jornalismo brasileiro é composta majoritariamente por homens brancos, consequentemente a opinião política e econômica propalada nos jornais de maior circulação (Folha de São Paulo, Estadão e O Globo), reflete esse perfil social (CANDIDO, VIEIRA, 2020). Poderíamos presumir que a existência de uma imprensa negra deveria expressar um viés diferente da imprensa tradicional, entretanto, conforme nos mostra Petrônio Domingues, essa imprensa, que teve sua maior expressão nas primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo, era mantida pela elite negra, composta por “jornalistas, funcionários públicos, técnicos, profissionais liberais ou especializados, em suma, os negros letrados e/ou classificados socialmente” (DOMINGUES, 2002, p. 594). Era o principal instrumento do puritanismo desta elite, que nada tinha a ver com uma elite tradicionalmente estabelecida.

O termo ‘elite negra’ não significa uma minoria detentora dos meios de produção material. O termo tem três sentidos específicos: primeiro; político, por que este grupo se configurou como dirigente políticos da comunidade e eram aceitos como tal pelos brancos; segundo, educacional e cultural, por que este grupo era fundamentalmente alfabetizado e considerado culturalmente ‘evoluído’; terceiro, ideológico, por que este grupo reproduzia muitos dos valores ideológicos da classe dominante (DOMINGUES, 2002, p.594).

A reprodução dos valores ideológicos da classe dominante na imprensa negra reflete o contexto cultural e ideológico nas relações raciais da época em que está inserida. Foi nesta imprensa, no jornal ‘*A voz da Raça*’, que Arlindo, como colunista, publicou 45 textos em um total de 70 edições, entre 1933 e 1937, quando o jornal deixa de existir pelo decreto getulistas. Como principal colunista do jornal, tem sido o com maior número de publicações, os textos escritos por Arlindo enquanto ainda integrava o FNB, e então na função-autor, apresentam uma maior unidade argumentativa, própria dos textos escritos. Seu imaginário de unidade faz uma formação discursiva prevalecer sobre outras.

Em 1934, Veiga dos Santos, alegando “motivos particulares”, renunciou à presidência da *Ação Imperial Patrianovista Brasileira*. Extremamente autoritário, não tolerava nenhum tipo de indisciplina ou desrespeito à hierarquia. Apesar dessas justificativas, desconfia-se que a verdadeira causa do afastamento de Santos da chefia-geral da entidade tenha sido o racismo que sofrera dos dirigentes patrianovistas brancos (MALATINA ROY, 1978:113). No entanto, ele continuou influenciando os rumos do movimento e, em 1936, reassumiu, discricionariamente, a chefia-geral da organização, em um segundo mandato (DOMINGUES, 2006, p. 525).

Arlindo é o único componente do *corpus* que esteve sempre na função- autor. O autor está para o texto como o sujeito está para o discurso. A função-autor é uma das funções discursivas do sujeito que se estabelece com as funções enunciativas de locutor e enunciador. Conforme Foucault, a função-autor é a que, entre as dimensões do sujeito, está mais submetida as regras das instituições e seus regimentos disciplinares. É também a função mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, respeito as regras, e sobretudo pelo contexto sócio-histórico.

O autor é a função discursiva que o locutor (que se põe como “eu” no discurso) assume enquanto produtor de texto e linguagem. “O autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência” (ORLANDI, 2001, p. 75) e em decorrência disso, deve ser responsável pelo que diz e como diz.

Entre os políticos atualmente ativos, a exemplo de Holiday, Sonaira e Hélio, há um limite do repertório discursivo e observa-se que ocupam circunstancialmente o lugar de fala que corresponde a seus cargos políticos. Fora de suas agendas temáticas, são pouco atuantes nas pautas gerais de economia, administração pública, verbas, etc..., o que condiz com o padrão de atuação dos parlamentares negros como um todo. Dados mostram que, na Câmara Federal, quando os projetos dependem somente da iniciativa individual dos parlamentares negros, eles têm uma produção legislativa semelhante ou superior a de parlamentares brancos. Quando

dependem da articulação em comissões ou de apoio entre outros deputados, os parlamentares negros tem um rendimento menor do que os brancos. O acesso às posições estratégicas nas comissões mais importantes da Câmara Federal, tais como a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e a Comissão de Finanças e Tributação (CFT), é dificultado pelas lideranças políticas instituídas e, por conseguinte, a participação ativa dos parlamentares negros tende a ser limitada.³⁶ Como resultante de um sistema interno e externo de controle dos discursos (Foucault, 1996), em termos práticos de autoridade e influência, os parlamentares negros veem a legitimidade e alcance de seus mandatos rebaixada e efetivamente insuficiente, dentro de um sistema que reforça e reafirma sua condição subalterna. Como pode ser conferido em quadro disponível nos anexos, os parlamentares em atuação, que compõe o corpus de análise, tem participado de várias comissões, até mesmo como titulares. Entretanto, com rara exceção, ocupam a presidência das referidas comissões. Outro ponto é que, no caso da câmara de vereadores de São Paulo, a participação de Holiday e Sonaira na Comissão de Finanças e Orçamento, e na Comissão de Finanças e Orçamento é concomitante com a participação de Erika Hilton, e Elaine do mandato coletivo Quilombo Periférico, ambas parlamentares negras de partidos da esquerda. Para além das comissões, Erika e Elaine são antagonistas discursivas constantes de Sonaira e Holiday em sessões do plenário.

O conceito de lugar de fala se popularizou no contexto do aumento da circulação editorial da literatura e teoria feminista, juntamente com a teoria crítica racial e ascensão da produção acadêmica decolonial. O “*feminist standpoint*”, proposição do pensamento feminista negro, teve destaque no Brasil com a filósofa Djamila Ribeiro (2017), que na obra “O que é Lugar de Fala?” reflete, pela perspectiva contra hegemônica, sobre o *locus* epistêmico ou, em outras palavras, sobre como e quem produz o conhecimento. Ao reivindicar uma posição de protagonismo na produção discursiva sobre as relações raciais, em intersecção com as questões de gênero, a tese apresentada pela autora representa uma ruptura com a autorização da branquitude como mediadora entre os subalternos e os espaços discursivos de prestígio, sobretudo a academia. Na mesma direção e em uma análise anterior, a antropóloga Ângela Figueiredo (2009) problematiza o modelo epistemológico do encobrimento do sujeito enunciativo branco:

Na filosofia e nas ciências ocidentais, o sujeito que fala está sempre encoberto; a localização do sujeito que enuncia está sempre desconectada da localização epistêmica. Por meio desta desconexão entre a localização epistêmica, a filosofia ocidental e suas ciências conseguiram produzir um mito universalista que encobre o

³⁶ Disponível em: <https://olb.org.br/negros-estao-sub-representados-em-posicoes-de-lideranca-na-camara-dos-deputados/>

lugar de quem fala e suas localizações epistêmicas nas estruturas de poder (FIGUEIREDO, 2009, p. 228).

A ruptura com a autorização branca e a descontinuidade de seu viés pretensamente universalista foi a condição de emergência externa para o surgimento de formações discursivas contrárias ao estabelecido que resultaram em reformulações nas relações de forças no *locus* epistemológico. Essa reformulação das relações de força na propriedade discursiva foi também a condição de emergência para um movimento de contradiscurso, ou seja, uma espécie de contradiscurso do contradiscurso. Esse fenômeno tem se manifestado principalmente fora do ambiente acadêmico, onde inicialmente o conceito de lugar de fala foi debatido e formulado para em seguida adentrar o debate político que, nos últimos anos, tem sido alimentado fortemente por polarizações e interposições entre antagonismos ideológicos.

De forma diversa, o discurso político tem lados, é um discurso de visões de mundo. É um discurso que tem como princípio básico a polêmica, ou seja, ele vive através da polêmica, vive através da desconstrução do outro. Essa é uma questão fundamental para entendê-lo, porque o que ele faz é desconstruir o outro, para se construir. Porque, se ele não desconstruir o outro ele não tem condições de construir a si próprio (PINTO, 2005, p. 92).

Nessa direção, pode-se dizer que, uma vez que o discurso dos subordinados foi capaz de superar a negação e o silenciamento estruturalmente impostos, novos mecanismos de silenciamentos são criados, como formas de reação ao ato de insubordinação ao discurso público. Se no campo do simbolismo abstrato, a estratégia histórica de negação do racismo, através de elaborações como a “democracia racial”, se torna ineficiente, faz-se necessário que essa negação encontre entre os subordinados o meio de agencia para se impor discursivamente.

As pensadoras do conceito de lugar de fala reconhecem que as experiências individuais são múltiplas, porém há uma série de fatores econômicos, políticos e sociais que afetam a população negra como um todo, mesmo que entre esta população existam exceções, indivíduos que escapam, em maior ou menor grau, de alguns marcadores sociais negativos. O lugar de fala, no plano epistêmico e da militância política, foi pensado como a condição necessária para que grupos subalternizados possam denunciar os problemas que vivenciam, decorrentes de sua origem social e reivindicar políticas apropriadas às suas demandas.

Tomando como base o *corpus* de pesquisa, percebe-se que os agentes negros vinculados à direita, ao ocuparem o lugar de falar no espaço político, apresentam o mérito de suas experiências individuais como modelo para a superação das dificuldades sociais enfrentadas coletivamente pelo seu grupo étnico-racial. Ao assumirem seu lugar de fala (como homens/mulheres negras de origem subalterna) desvirtuam o propósito da ocupação de um

lugar de poder discursivo para dismantelamento de estruturas hegemônicas de opressão e desigualdade, como pensado originalmente pelas ideólogas desta proposição³⁷. A discussão sobre a condição social das pessoas negras que deveria ser feita por uma perspectiva estrutural, é pautada por discursos embasados na subjetividade dessas pessoas e suas percepções próprias, desvinculadas de uma realidade que envolva mais que sua própria trajetória individual.

Hélio mantém na Câmara um posicionamento contrário à truculência característica da extrema-direita bolsonarista. Dificilmente sobe a tribuna para se pronunciar e, quando o faz, está por vezes munido de algum texto preparado, o que não o poupa de apresentar-se como um orador pouco desenvolvido. Em 2019, fez somente três discursos no plenário, incluindo o discurso de estreia como deputado federal, em que fala mais sobre o presidente recém eleito do que sobre sua própria eleição. Seus outros dois discursos em 2019 tiveram como tema a homenagem aos 131 Anos da Assinatura da Lei Áurea, e a Homenagem ao Dia Nacional do Exército. Em 2020, não se pronunciou sequer uma vez durante todo o ano. Em 2021, ano que mais falou em plenário, Hélio fez sete discursos que tinham como tema: a defesa do projeto de lei que propunha a distribuição de absorventes para mulheres e meninas carentes (projeto que foi aprovado na Câmara, mas vetado por Bolsonaro); manifestação em relação a data 13 de maio, que marca o dia da abolição da escravatura no Brasil; a defesa do projeto de lei de sua autoria, Projeto de Lei nº. 4626/2020, que propõe o aumento de pena para o abandono de incapazes; Apoio ao Projeto de Lei 1360/2021, que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e ao adolescente.

Celso Pitta, “o candidato invisível”, como foi apelidado pela imprensa, em seu livro autobiográfico, diz que sua juventude durante o período do regime militar o fez pensar em se engajar politicamente e partidariamente. Porém, achou melhor adiar esse movimento, optando por uma conduta pragmática ao priorizar sua carreira profissional e “lutar pela sobrevivência” (PITTA, 2002, p. 18). Embora tenha pesado o fato de ser negro na sua escolha como candidato, durante a campanha sua cor foi “camuflada” pelo marketeiro Duda Mendonça (o mesmo que levou Lula à vitória em 2002). Sempre colocando em evidência sua qualificação profissional e formação acadêmica de excelência, durante a campanha para a prefeitura de São Paulo, Pitta buscava se esquivar da questão racial e, assim, podemos perceber que “o discurso está desracializado quando um candidato silencia, obstrui ou minimiza referências sobre sua origem racial ou sobre o conteúdo racial dos problemas tratados na campanha” (OLIVEIRA, 2016, p.

³⁷ COLLINS, Patricia Hill. Comentário sobre o artigo de Hekman ‘Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited’: Onde está o poder? *Signs*, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997. [Tradução de Juliana Borges]

346). O que mais chama atenção em sua trajetória enquanto sujeito do discurso é seu deslocamento da filiação discursiva que o inseriu e projetou politicamente. Pitta reproduz um discurso enquanto é candidato à prefeitura e outro de perfil oposto depois que deixa o cargo. O título de sua autobiografia, “Política e preconceito: a história e a luta do prefeito que enfrentou os poderosos” já aponta o antagonismo que traça entre ele e sua antiga filiação política. Ao romper com as imagens produzidas enquanto representava o projeto malufista, e a partir de uma repetição histórica, evoca sua história como prefeito, suas memórias como um sujeito negro no jogo do poder político, que estavam apagadas pela evidência ideológica.

Em 2002, sem um grande padrinho político, sem a assessoria de grandes marketeiros e filiado à um partido nanico (PSL), diz ter feito uma “campanha pobre”, contando com doações de pessoas físicas desde que teve seus bens congelados pela justiça. Esperava receber votos dos moradores de periferia, das classes mais baixas, acreditando que os feitos de sua gestão enquanto prefeito seriam reconhecidos por este grupo social em específico. Em entrevista concedida à Folha de São Paulo, disse que um dos seus projetos, se eleito, seria “*lutar por ações afirmativas para a comunidade negra, defendendo, ampliando e fiscalizando a política de cotas nas universidades e mercado de trabalho*”. No horário político da campanha de 2006, se coloca como sujeito racializado e rompe o silenciamento sobre sua identidade racial.

Fernando Holiday, que ocupa predominantemente a função de enunciador, oscila entre algumas performances discursivas eloquentes na tribuna (enaltecido por ele em suas redes sociais) e performances mais comedidas com sua audiência. Segundo declarações de seus colegas parlamentares, em reportagem feita pelo jornal *El País*, a atuação de Holiday na câmara de vereadores difere muito da figura construída nas redes sociais. Não faz mais tanto uso do *modus operandi* do MBL, de títulos polêmicos e sensacionalistas, retóricas truculentas e debochadas para com os adversários³⁸. Sua oratória combativa na internet, enquanto integrou o MBL, não se replica na Câmara de Vereadores na qual, segundo seus colegas parlamentares, ele adota uma maneira cordial de se comunicar com os demais³⁹. Essa postura mais comedida se manteve durante sua participação, em 30 de setembro de 2021, no *podcast* ‘Mano a Mano’, comandado pelo rapper Mano Brown, - líder do grupo de Rap Racionais Mc’s - uma das mais influentes personalidades negras da cultura nacional e abertamente apoiador de políticos e pautas da esquerda. Na entrevista, Holiday diz ter “problemas com o PT”, mas o modo como

³⁸ Um exemplo desse modo discursivo enquanto representante do MBL pode ser visto no seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=neu5BXtPL7k>

³⁹ Matéria do El País, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/02/politica/1509641213_532842.html#?rel=listaapoyo

declara isto não repete o modelo agressivo dos incisivos ataques que ele disfire constantemente contra o partido em suas redes sociais. Nessa conversa informal, Holiday fala sobre sua trajetória individual, para além de sua vida política, a oposição ideológica entre entrevistador e entrevistado em nenhum momento beira um eminente conflito ou intenção de se transformar em algo além de uma exposição de pontos de vistas. Mano Brown aponta Holiday como incoerente em alguns de seus posicionamentos como sua defesa da diminuição da maioria penal, concorda com a crítica do entrevistador, admitindo refletir sobre suas posições. Seu reposicionamento performativo é justificado por ele na seguinte declaração:

[...] uma autocrítica que eu já fiz a mim mesmo [...] e percebi isso depois da eleição do Bolsonaro, é a de que eu ajudei a reduzir a qualidade do debate público, porque eu reduzia os debates que eu tinha a meme na internet, a videozinho cortado [...] inclusive vitimismo era uma palavra que eu usava muito, e agora cortei do meu dicionário para evitar ter confusões nas minhas ideias [...] é uma autocritica que eu fiz pensando no resultado das eleições de 2018, porque se elegeu um monte de gente que não tá disposta a dialogar[...] e nos últimos dois, três anos, acho que tenho tentado mudar um pouco isso tendo debates um pouco mais civilizados, como esse que eu tô tendo aqui e como o que eu tive com o Suplicy, por exemplo (informação verbal).⁴⁰

Holiday, por meio desta autocrítica passa da repetição empírica da formação discursiva do MBL para uma repetição formal, ou seja, com o mesmo repertório, mas com um diferente modo de enunciar.

Sonaira é ativa nas redes sociais e aparece frequentemente em programas dedicados ao público evangélico. Usualmente desqualifica as pautas raciais em seus discursos públicos como parlamentar, entretanto, isso não a impede de se posicionar discursivamente contra o racismo, mesmo que em circunstâncias bem específicas. Nos casos em que os autores das falas preconceituosas sejam considerados inimigos políticos, em específico, opositores de Bolsonaro, sejam eles negros da esquerda - a quem acusa de praticar racismo reverso - jornalistas ou membros de outros partidos da direita não bolsonarista. Por ser negra, Sonaira faz uso de uma posição que a confere legitimidade para falar de racismo e reivindica esse lugar de fala de maneira politicamente conveniente, ou seja, como meio para atacar opositores e críticos de Bolsonaro e é somente nesse contexto em que as questões raciais aparecem em sua atuação política.

Em seu primeiro discurso na tribuna como vereadora da cidade de São Paulo, fez - por meio da defesa moralista religiosa dos papéis tradicionais de gênero - ataques indiretos à vereadora Erika Hilton (PSol), negra e primeira mulher transexual eleita ao cargo. Sua retórica

⁴⁰ Fala de Fernando Holiday, no *podcast* Mano a Mano, em 30 de setembro de 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2MdfHSziNAbsdCdj8ZmXVD>

reforça dois sistemas de dominação, que pela sua identidade social podem afeta-la diretamente; o machismo, ao renegar o movimento feminista, e o racismo, ao renegar o movimento negro. Entretanto, vale ressaltar que Sonaira não é uma representante do ‘padrão’ de políticos negros do seu partido, o Republicanos, que tem entre seus filiados, políticos com forte atuação na questão racial, a exemplo de Tia Eron, Ossesio Silva e Ireuda Silva.

Tomando como base o *corpus* de pesquisa, podemos considerar que, dentro do ambiente político tradicional, o sujeito subalterno só é autorizado a falar na condição de seu discurso servir para a reafirmação da ordem hierárquica constituída. Ainda que os lugares de poder e enunciação sejam dominados pela tradicional elite branca, o discurso dos subalternos ocupou, nos últimos anos, espaços nas câmaras e tribunas. A captura do capital pela demanda da representatividade, bem como a apropriação da representação identitária fez com que sujeitos negros alinhados com a direita fossem transpassados de um lugar discursivo onde eram interpelados para um lugar que lhes permite agir como interpeladores, uma vez que “com a nova ascensão dos governos autoritários e conservadores, os desafios sociais contemporâneos são mais uma vez moldados a partir de discursos políticos que reestabelecem relações de dominação e subalternidade entre sujeitos na sociedade” (CAETANO, 2020, p.285).

A tentativa de refutar a legitimidade das políticas de identidade, por esta interpelação de negros por negros aparece como estratégia de repreender discursos que são contra a força hegemônica. A direita aderiu e ressignificou o discurso da diversidade, propagando abrigar a representatividade de grupos minoritários. Apropriando-se de bandeira e lutas dos movimentos identitários tradicionalmente vinculados a esquerda, a direita teria como objetivo “anular o potencial aglutinador desse motor de lutas entre seus adversários” (SENA; GUSMAN, 2020, p.154).

Como forma de “burlar” a interdição do discurso hegemônico tradicional (da democracia racial e mestiçagem) feita pela reivindicação dos movimentos negros através do protagonismo do lugar de fala, acontece uma dinâmica parecida com o que Fanon (1968) descreve ter acontecido na descolonização dos países africanos no século passado. Segundo ele, a intelectualidade africana havia sido cooptada pelos colonizadores, alienada pelos valores brancos ocidentais, passando a servir como intermediária dos colonos, buscando a assimilação com o mundo ocidental. Os sujeitos cooptados pela direita para ocupar o lugar de fala no sistema neoliberal, servem de enunciatórias da elite tradicional, com o intuito de esvaziam o discurso concorrente, o questionando e deslegitimando o discurso racial contestatório, em uma lógica onde “denunciadores de relações opressivas, passam a condição de acusados de fomentar discursos e hábitos que apontam nas práticas hegemônicas” (SENA; 2020, p. 160). Os sujeitos

negros têm sido usados para persuadir, consertar a expansão das formações discursivas que rompem com o discurso tradicional público, que propaga há décadas a ideia da harmonia racial brasileira.

Caso tenhamos convicções poligâmicas, todo o esforço das instituições – representadas nas mais diversas falas, inclusive dos amigos, dos vizinhos, do padre etc. — será no sentido de reverter esse comportamento. Nesse caso, a ação persuasiva será no sentido de alterar uma atitude que afronta as instituições (CITELLI, 2002, p. 40).

Em vista disso, cabe pensarmos no conceito de negrofilia, que como descrito por Petrine Archer-Straw (2000), diz respeito ao consumo, ou neste caso, a instrumentalização do corpo negro pela branquitude, que tem como objetivo a tomada do espaço político e discursivo reservados a esse corpo. “Dizemos que negrofilia é o consumo da história, da cultura e do corpo do negro para responder às críticas do politicamente correto, sem abrir mão dos privilégios da branquitude” (SANTOS, 2019, p.945). Nas relações de força política, a apropriação dos discursos identitários por determinados grupos políticos, neste caso pela direita, permite que este espectro ideológico possa modifica-los e tomar para si os poderes que eles carregam. São agenciados nessa disputa pela validação dos seus valores e sua orientação política, porque tem o poder lançar acusações de racismo conforme sua conveniência. Além disso, saber que 98% das pessoas acusadas de racismo levam testemunhas negras para dizer que não são racistas nos aponta para o caráter convencional que a relação entre brancos e negros pode assumir.⁴¹

Essa reivindicação pela ocupação do lugar de fala gera críticas entre os intelectuais de direita e de esquerda. A direita vê como fruto de um identitarismo autoritário, “anti-universalistas, relativistas e revanchistas”.⁴² À esquerda, a crítica de que a formulação do lugar de fala é uma iniciativa reformista-liberal - da própria esquerda, ou uma ‘esquerda identitária’ -, por tratar da tomada de um lugar específico, sem pretensões de desmanche desse lugar e da estrutura capitalista que demarca todos os lugares na hierarquia social. Entre as posturas em conflito, a questão gira em torno do universalismo neutro branco contra o particularismo parcial negro. O que nos leva a outra problemática: existe lugar de interpelação mais ou menos legítimo?

⁴¹ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59422927>

⁴² Em anexo, pode ser consultado a carta de apoio ao antropólogo Antônio Risério, (assinada por inúmeros acadêmicos, quase todos brancos, e inclusive por Holiday) que publicou na Folha de São Paulo o texto “Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo” onde o autor expõe o tipo de pensamento expresso pelos críticos do lugar de fala.

A expulsão de Holiday do Patriota, por não seguir o alinhamento do partido com o presidente Jair Bolsonaro, a marginalização política de Celso Pitta quando rompe com o malufismo, são exemplos da interpelação doutrinária. As doutrinas (religiosas, políticas, filosóficas) fazem com que os sujeitos que falam estejam sujeitados aos discursos e que os discursos estejam sujeitados ao grupo (ao menos virtuais) dos indivíduos que falam (FOUCAULT, 1996, p. 43). Sobre isso entende-se que

[...] a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através do outro. Questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis [...] (FOUCAULT, 1996, p. 42)

Isso não significa que os sujeitos não tenham autonomia sobre seu repertório discursivo e sim que eles estão sempre suscetíveis à rejeição quando excedem o repertório das formações discursivas em que estão inscritos. Ao que se entende, na maioria das pesquisas sobre os discursos subalternos, o discurso negro dissidente é aquele que rompe com o discurso hegemônico branco. Entretanto, quando fortalecido socialmente esse discurso dissidente, nos movimentos militantes, meios acadêmicos e político institucionais, e apropriados pelo grupo social subordinado, a dissidência pode ser aderir à formação discursiva hegemônica branca. Essa dissidência a formação discursiva ao qual seu grupo social está inscrito é também causa de rejeição.

[...] a doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia - pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros [...] (FOUCAULT, 1996, p. 43)

A pertença doutrinária é bem mais restritiva e punitiva aos sujeitos racializados do que os reconhecidos como brancos. Um sujeito negro é questionado pelo seu grupo ideológico e por seu grupo racial, enquanto o sujeito branco não tem grupo racial a que tenha que prestar contas. Isso porque “[...] a branquitude procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade, ao agir assim, ser branco é considerado como padrão normativo único” (CARDOSO, 2010, p. 611). Quando fala, o branco é um representante somente de si mesmo, visto como um indivíduo em suas subjetividades, já o negro sempre fala a partir do seu grupo racial de origem, sempre é um representante deste grupo, “um exemplar” mesmo quando o indivíduo não se compreende de maneira racializada. Isso faz com que corram sempre o risco de serem interpelados, por estarem permanentemente fora do lugar de fala, ou de falar.

Se há o uso de denominações pejorativas dos políticos brancos da esquerda aos políticos negros da direita – uma vez que os primeiros veem os segundos como traidores dos seus semelhantes - o mesmo não se observa para com os brancos da direita. Dentro da hierarquia social, ao branco é naturalizado protagonizar o papel de opressor, mas quando esse papel é assumido pelo negro, gera desconforto, reações, críticas, o que explicita bem como se dão as relações raciais em um país racista sem racistas (GUIMARÃES, 1999). Por isso, quando Holiday foi chamado de “capitãozinho do mato” por Ciro Gomes, ou Pitta de “branco safado” por Erundina, de forma geral, não se entende que os políticos brancos tenham feito tais acusações por serem racistas, e sim por identificarem nos políticos negros condutas de branco. Neste caso, se espera que os acusados sejam responsabilizados pelo desvio ao seu grupo de origem. Em geral, só brancos que adotam um discurso explicitamente racista ganham a alcunha de racistas. Como afirma Ribeiro (2017), o racismo é entendido de habitualmente como um problema a ser resolvido pelo negro, o que exime brancos de serem responsabilizados ou cobrados sobre esse assunto, independente de vertente ideológica.

Acredito que nem todas as pessoas brancas se identifiquem entre si e tenham as mesmas visões, mas existe uma cobrança maior em relação aos indivíduos pertencentes a grupos historicamente discriminados, como se fossem mais obrigados do que os grupos localizados no poder, de criar estratégias de enfrentamento às desigualdades (RIBEIRO, 2017, p. 39).

A falta de identificação e designação enfaticamente pejorativa aos políticos brancos, que tem em comum as pautas defendidas pelos políticos negros, se deve ao fato de que só o sujeito branco é capaz de encobrir sua localização particular de enunciação do discurso, isso porque o sujeito branco é um sujeito universal e neutro, já o sujeito negro é um sujeito outro, que quando enuncia, o faz de um lugar específico, um lugar de subalternidade (FIGUEIREDO, 2009).

O que se observa é que os sujeitos negros enunciantes do conservadorismo político estão sempre numa incompletude do lugar de fala. Ao mesmo tempo que tem a legitimidade por serem negros e a permissão cedida por quem domina o poder de falar, são contra os interesses de seu grupo de origem, construídos coletivamente em movimentos organizados que mantem proximidade com a esquerda política, e por isso interpelados duplamente, pelo grupo de origem e pela esquerda. Não incorporados plenamente na classe dominante e não alinhado politicamente ao seu grupo de origem, estão em uma contínua posição de antagonismo.

Refletindo a partir do método de análise do conjunto crítico foucaultiano - que visa elucidar como se formaram os discursos, para responder a quais necessidades, como se

modificaram e se deslocaram, e em que medidas são contornados pelos limites de controle - podemos entender os discursos negros em relação com a direita política de algumas maneiras. Primeiramente, são agenciados como reprodutores de discursos contrários à proposição antirracista, muitas vezes enfaticamente discriminatórios contra seu próprio grupo de origem. Arlindo já era interceptado em suas enunciações por seus companheiros que seguiam uma orientação política divergente a sua, mas manteve seu espaço de fala (ou escrita) no meio negro, até a exclusão desses espaços pelo regime autoritários getulista. Celso Pitta, enquanto sujeito discursivo, foi limitado e mediado por seu vínculo com o malufismo. No cenário atual, o lugar de fala pertencente a indivíduos negros, sofreu a apropriação pelo neoliberalismo, a instrumentalização pelo bolsonarismo, é então interpelado pela vontade de verdade da ideologia conservadora e reacionária. Neste último caso, negros vinculados ao conservadorismo, tem seu silenciamento quebrado para que outros silenciamentos sejam feitos.

6.2 Formações discursivas do conservadorismo negro a partir de suas associações: Do coletivismo nacionalista ao individualismo neoliberal.

Partindo do pressuposto de que os discursos se relacionam, formando sentidos que sempre são determinados ideologicamente, sentidos esses produzidos e repetidos nos processos sociais e históricos a partir das suas posições ideológicas, a miscigenação brasileira pode ser tema tanto de um discurso crítico quanto de um discurso de exaltação de sua existência. Antes de passarmos ao corpus proposto, que constitui o objeto de análise, remontamos em síntese, a “gênese” da associação entre negros e o conservadorismo no Brasil, as cadeias de equivalência e pontos nodais entre esses dois setores sociais e políticos. O método genealógico proposto por Foucault se baseia em três princípios de análise: (1) “[...] como se formaram através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos;” (2) “qual foi a norma específica de cada uma” e (3) “quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (FOUCAULT, 1999, p. 60-61). Ressaltar as diferenças de geracionais, de gênero, origem de filiação, assim como o contexto político, social e econômico das épocas em que se formaram, são essenciais para traçar a trajetória discursiva política de um determinado seguimento social, sua gênese, seus desdobramentos e mudanças. Adicional a isso, só ao entendermos as formações discursivas em análise, a partir de suas históricas filiações políticas e institucionais, podemos interpretar seus deslocamentos, mutações e continuidades.

De acordo com Goffman (1998) o processo de associação entre indivíduos estigmatizados tende a ir em duas direções no que tange a formação de grupos. Na primeira

direção, o indivíduo vai em busca de se aproximar e integrar seu grupo de iguais. Na segunda direção, como uma forma encontrada de não ter que encarar ativamente seu estigma, o indivíduo tende a se afastar de seu grupo de iguais. Quando há busca de apoio entre iguais, são formadas redes e estabelecidas as funções do grupo e seus representantes que, além de levarem as reivindicações de seus iguais à público, desempenham o papel de legitimá-los frente aos “indivíduos normais” não estigmatizados. Esses representantes são postos por Goffman como “profissionais da causa”. Contribuem para a decisão de quem será o representante, o sucesso econômico e profissional de um indivíduo, visto que isso o torna um modelo que o confere a possibilidade de representar seus iguais como aptos a desempenhar as funções dos normais. É nessa direção de associativismo que vemos acontecer a formação dos primeiros grupos de negros conservadores tanto no Brasil quanto nos EUA.

Nos Estados Unidos, durante o período que sucedeu a abolição da escravatura, algumas lideranças negras da época debruçaram-se em apontar quais seriam os melhores caminhos políticos para a inserção da população negra na dinâmica da sociedade branca. Existiram dois movimentos empenhados na construção do futuro da população negra norte-americana do pós-abolição. O primeiro, liderado por Du Bois, foi o NAACP (*National Association for the Advancement of Colored People*), movimento percussor na reivindicação dos direitos civis para a população negra no período pós-guerra civil (1861-1865). Posteriormente, deu vida também ao Movimento do Niagara, que reunia intelectuais e pensadores com o objetivo de melhorar as condições de vida do povo negro (FRANCISCO, MACEDO, 2020).

Antagônico ao NAACP e ao Movimento do Niagara, estava uma corrente assimilacionista que tinha como porta voz Booker T. Washington, um negro “letrado”. Esta corrente era abraçada pelos brancos por não conter pautas relacionadas à reivindicação de direitos civis. Em suma, o discurso de Booker T. era de que o negro norte americano devia buscar seguir um programa de formação profissionalizante de modo a se integrar ao sistema econômico branco, porque pensava que só através do trabalho árduo e submissão as condições de trabalho, os negros poderiam ser recompensados pelos brancos em forma de remuneração e segurança, e isso era, segundo Booker T., a via de acesso mais curta rumo à civilidade branca. Sua filosofia da acomodação foi a orientação seguida pelas elites negras dos estados do Sul dos EUA. Nesse sentido, “Washington incorporaria a figura do líder pragmático que agia em uma margem estreita de segurança, acomodando-se ao regime de opressão sobre os negros no sul dos Estados Unidos” (FRANCISCO, 2020, p.354). O movimento assimilacionista começa a perder influência na medida em que o movimento pelos direitos civis ganha força.

Ambas as correntes tiveram sua contribuição na nova sociedade de trabalho livre, os direitos civis foram conquistados e a integração econômica resultou na formação de uma pequena elite econômica negra nas primeiras décadas do século XX (FRANCISCO, MACEDO, 2020). O conservadorismo negro se construiu enquanto estratégias pragmáticas para alcançar de superação do racismo, entendiam que a “integração era resultado de um conjunto de iniciativas implementadas para o progresso moral e econômico dos negros” (WALKER, 2009, *apud* FRANCISCO, 2020, p. 355). No país norte-americano desde os séculos XVII e XIX, o conservadorismo negro já se revelaria nas práticas e discursos de pensadores e lideranças negras. Prudência, respeito aos senhores, desconstrução dos estereótipos por meio do trabalho e de uma vida ordenada, sem vícios, de respeito a ordem eram as orientações dadas por aqueles que pautavam sua performance social pela fusão do discurso religiosos com a perseguição do sucesso econômico.

No Brasil, devido às particularidades de seu processo de abolição, sem rupturas estruturais, feito de forma lenta e gradual (COSTA, 1989), não se observou o mesmo movimento acontecido nos EUA de criação de planos políticos com abrangência nacional, ou até mesmo regional, que guiassem a população liberta. Pequenos núcleos, em especiais os clubes voltados a pessoas negras, se encarregavam “encaminhar” esses indivíduos, promover a alfabetização, qualificação de mão de obra. Essa “tutelagem” foi feita muito mais com o objetivo de inserção no mercado de trabalho assalariado do que com o intuito de promover uma agenda que levasse ao protagonismo político (GOMES, 2005). Isso porque, sem rupturas com o sistema político vigente (a monarquia que se dissolveu só um ano após a abolição) a estrutura racista do país, sua institucionalidade política e econômica, continuou operando de forma automática, nunca havendo um conflito nacional de cunho racial, como foi o caso de outros países da América e África.

Em comum, todos os países que tiveram a mão de obra escrava, forjaram nos indivíduos escravizados características que os acompanharam em suas sociabilidades. O processo de integração política da população negra não ficou imune a influência da dominação psicologia iniciada no período da escravidão (HALL, 2008). Os escravizados que trabalhavam na casa grande, onde o trabalho era menos penoso comparado ao das plantações, desenvolveram um vínculo de proximidade com os brancos e, ao desejarem uma vida semelhante à deles, acabaram por internalizar a orientação política de seus algozes. Os “negros da casa” (quase sempre mestiços), pelo tratamento diferenciado que recebiam da classe dominante, nutriam um complexo de superioridade sobre os negros mais escuros, trabalhadores do campo, antagonizando os interesses dentro de um mesmo grupo de origem racial.

The proximity of house negroes to the master class required that they embrace the master's political objectives to secure their aristocratic status. The aftermath resulted in the master's Conservatism as a mechanism for maintaining the master class status quo to which the masses of Black folk would have objected (HALL, 2008, p. 570).

Os “negros da casa” seriam, segundo Hall (2008), a gênese dos atuais negros conservadores norte-americanos, mas podem facilmente serem importados ao caso brasileiro. Em ambos os países, quando livres e em busca de integração econômica, os negros apresentaram, como dito por Florestan Fernandes (1961) e Frazier (1957), um padrão de valores e comportamentos que culminam no afastamento deles de seus grupos de origem. Frazier descreve o comportamento da burguesia negra “[...] a adesão a uma ética de individualismo competitivo e a um moralismo rigoroso, a preocupação com as marcas exteriores de um elevado padrão de vida, a fuga à identificação com a massa dos negros e a obsessão pela competição por status” (FRAZIER 1957 *apud* HASENBALG, 2005, p. 258). O indivíduo pertencente a essa burguesia negra se empenharia em criar uma trajetória individual que o diferencia da imagem vinculada a seu grupo de origem. Apesar das semelhanças traçadas no padrão de comportamento de negros dos dois países, se estabeleceu ao longo das décadas uma diferença determinante entre os dois países. No Brasil, a luta antidiscriminação da população negra se confundiu com a luta de classes, já nos EUA “o grupo discriminado atua como uma “minoridade nacional coesa” e, portanto, capaz e propensa à ação conjugada” (NOGUEIRA, 2006, p. 303). A busca individual pela ascensão, no caso brasileiro, tem como resultado o fato de que proporcionalmente, a representação política negra no Brasil é menor do que nos Estados Unidos, onde negros somam somente 12,3% do total da população. Além do mais, nos EUA há diversos grupos organizados entre os conservadores negros⁴³, mesmo que entre este contingente populacional, somente um terço se defina como politicamente conservador e, entre os eleitores negros, o partido republicano, desde 1964, nunca tenha conquistado mais de 15% dos votos entre essa população.⁴⁴

Os negros que ascenderam durante o império se tornaram modelos de mobilidade social. As personalidades negras que tiveram destaque nos últimos anos do período monárquico eram intelectuais, diplomados ou não, mas sempre influentes em seu meio social, constituídos por pessoas negras e brancas. O contexto ideológico dominante conferia a figura do “doutor” um

⁴³ Entre as principais organizações estão: Alliance of Black Republicans; African American Republican Leadership Council; Black Conservative Think Tank; Black America's PAC; Congress of Racial Equality; American Civil Rights Institute; New Coalition for Economic and Social Change; National Black Republican Association.

⁴⁴ Dados disponíveis em: <https://www.vox.com/2020/9/8/21427168/african-american-republican-trump-black-vote-the-ezra-klein-sho>

status social de superioridade em relação aos “não qualificados” educacionalmente. Esse conjunto de valores fez com que se incutisse que a qualificação educacional era a via de acesso ao reconhecimento dos negros enquanto cidadãos, o modo de ter acesso às mesmas oportunidades que indivíduos brancos (AZEVEDO, 1955).

Os primeiros exemplos da aderência negra ao conservadorismo são encontrados já entre os abolicionistas, muitos deles monarquistas, como André Rebouças e Cândido Da Fonseca Galvão. No plano social, ainda durante o período colonial, o movimento da Guarda Negra agia em favor do regime monárquico, tendo protagonizado conflitos públicos contra os republicanos que se colocavam contra o regime (GOMES, 2005). Segundo Domingues (2008), a Guarda Negra, surgida no segundo semestre de 1888, “foi a primeira organização a utilizar o termo negro como positivo e político”. Entretanto, como coloca Moura (1992), a Guarda não se organizava em um torno de uma proposição racial, e sim por um viés de culto personalista aos indivíduos representantes do regime desfeito:

A Guarda Negra era um movimento contraditório e confuso. Apoiava a monarquia porque os escravos conseguiram libertar-se do cativeiro através da magnanimidade da princesa Isabel. Via a abolição como um ato de munificência social praticado pela regente, sem analisar as estratégias ocultas nessa medida e as consequências negativas que a abolição traria, feita da forma inconclusa como o foi (MOURA, 1992, p. 65).

Nesse contexto, como indica Jurandir Machado Silva, (2018), sob o viés da imprensa pós-abolição, os republicanos temiam a “guerra de raças” pela relação de gratidão que os escravizados nutriam pela princesa Isabel. No jornal abolicionista, *A Redenção*, durante o primeiro ano de comemoração da abolição, publicava-se:

Que direito têm os republicanos para querer que os libertos apoiem os seus princípios quando a maior parte daqueles possuíam escravos e eram os senhores mais bárbaros: [...] Que ódio de raça é esses que querem descobrir os republicanos nas manifestações de gratidão da parte dos infelizes libertos? [...] os republicanos outrora inimigos dos abolicionistas, bárbaros para seus infelizes escravos, querem hoje que os libertos se revoltem contra Isabel, a redentora, para entregar as rédeas do governo aos apóstolos do vergalho e da indenização (*A Redenção apud SILVA*, 2018, p.332).

Apesar de ressaltar o caráter pluralista do jornal, na mesma edição há também manifestação a favor dos republicanos e contrária a monarquia desfeita, os grifos expostos por Jurandir descrevem um pertinente fenômeno que se fez entre os negros libertos: não acreditavam que seriam beneficiados pelos dispositivos legais da república recém instaurada. Remanescente do período escravocrata, o governo das oligarquias, característico da Primeira República, manteve o sistema de patronagem, clientelismo, patrimonialismo, delimitando os

espaços e sustentando as barreiras de acesso ao poder e a participação política da maioria. A marginalização da população negra no período republicano que sucede a monarquia, gera uma nostalgia pela falsa ideia de maior integração existente no período anterior e a falta de ascensão de personalidades negras no período republicano contribui para esse sentimento. Foi na esteira do movimento antirrepublicano, já em atividade, que irão surgir muitas das irmandades que tiveram importante papel na organização política da população negra do início do século XX. Dentro de suas particularidades, essa população encontra um ponto nodal que a equivale ideologicamente ao ideário monarquista: a insatisfação com a nova ordem política republicana.

No período pós-escravidão, no qual passam de indivíduos escravizados a cidadãos de segunda categoria (MOURA, 1978), a luta por se inserir na sociedade branca teve como estratégia se adequar ao requerido padrão de comportamento na convivência entre os cidadãos estabelecidos e os não estabelecidos. Em uma reprodução das práticas sociais brancas, dos valores positivos brancos, se apegam ao nacionalismo em preterimento a ancestralidade africana (FERNANDES, 1961).

Entre as muitas irmandades negras que nasceram em todo o Brasil na pós-abolição, surge em São Paulo, no fim da primeira década do século XX, a Federação dos Homens de Cor, que pode ser usada como exemplo do modo como eram organizados os interesses políticos em clubes e associativismos negros. Segundo Domingues (2018) “a agremiação jamais ocultou o desejo de levar o negro a se inserir no corpo político e social da nação, nem que para isto precisasse estabelecer contatos, articular aproximações e costurar alianças com atores diversos” (DOMINGUES, 2018, p.10). Aderiu a todos os governos da década de 1920 (Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís), apoiando-os publicamente por meio de menções honrosas, tributos e títulos honorários. Esse embasamento dos poderosos era uma estratégia de, por meio de uma aproximação simbólica, estabelecer relações com aqueles que de alguma forma poderiam facilitar a inserção de pessoas negras aos ambientes de poder.

A FHC concedia o título de sócio honorário a pessoas “ilustres”, negras e brancas, as quais se distinguiam pela notoriedade ou pelos serviços realizados. De acordo com Vitor Manoel da Fonseca, as sociedades civis, existentes no Rio de Janeiro entre 1903 e 1916, nomeavam as pessoas influentes - que podiam ser autoridades políticas, militares ou civis - com títulos de sócias honorárias (ou patronas) na esperança de que elas, à medida que emprestassem o seu nome, elevassem o conceito da associação, conferindo-lhe capital simbólico e político. Havia a expectativa de que elas também cumprissem o papel de benfeitoras, oferecendo donativos ou solucionando os problemas junto a esferas às quais as associações teriam maior dificuldade de acesso (DOMINGUES, 2018, p.8).

Adeptos do projeto nacionalista patriótico, em que o indivíduo negro representava o tipo nacional legítimo, não encaravam a estratégia de ascensão política da população negra como

algo associado à uma formação ideológica específica. O plano da Federação dos Homens de Cor “não se tratava de ser fiel a este ou aquele mandatário, grupo ou projeto político-ideológico, mas de ocupar os espaços possíveis dentro da correlação de forças da nação, tendo em vista o “desenvolvimento moral, intelectual e social dos seus associados e dos homens de cor do Brasil” (DOMINGUES, 2018, p.4).

A estratégia da FHC retrata o resultado, em termos de performance social, das formações discursivas dadas pelas associações feitas entre organizações negras e o campo político estabelecido na Primeira República. Nas associações recreativas e clubes negros da década de 1920, “a tendência dominante foi a assimilacionista por significar para grupos de negros que ascendiam socialmente distanciamento da cultura afro-brasileira e a correspondente incorporação dos valores dominantes na sociedade” (MALATIAN, 2013, p.2). Essa proximidade com os valores e padrões brancos se torna pragmática dentro de um sistema de desigualdades remanescentes do modelo hierárquico escravista, no qual “os negros eram naturalmente segregados num sistema social que lhes oferecia poucas oportunidades econômicas, excluía-os da participação política e onde a ascensão na escala social só era possível quando autorizada pela elite branca” (COSTA, 1998, p. 356).

De acordo com Guimarães (2012), foram **quatro tipos** de estratégias retóricas adotadas pela mobilização negra na busca pela inclusão, que além de se diferenciarem em seus modelos de ação, são separadas por períodos. Logo após a abolição, a **primeira estratégia**, a retórica do “Puritanismo” foi apontada como a forma mais apropriada de comportamento para negros. “Trata-se do discurso sobre a moral – comportamentos, atitudes e valores – adequada à convivência numa sociedade burguesa” (GUIMARÃES, 2012, p. 28). Nos clubes negros, reforçava-se a necessidade da formação formal, religiosa e moral, como via de superação a discriminação racial. O projeto político era ingressar no mundo branco através de uma espécie de segunda abolição, o que significava se distanciar da cultura negra.

O puritanismo é uma estratégia de elevação de status social de um grupo através da formação de uma comunidade racial – ou seja, de uma origem de raça comum – através do exercício da solidariedade e da liderança. Alguns dos temas discursivos (que os sociólogos norte-americanos chamam de frames) que aparecem na retórica do puritanismo foram emprestados ao movimento abolicionista e iriam reaparecer em todas as mobilizações negras do século XX [...] (GUIMARÃES, 2012, p. 29).

A Frente Negra Brasileira, o primeiro e único partido oficialmente registrado no Brasil (entre 1936 e 1937) que teve a questão racial como central foi criado por simpatizantes do

Integralismo⁴⁵ e do Patrianovismo, e por consequência disso, é tido na historiografia como um partido de valores antidemocráticos. Entre os fundadores do FNB, havia uma pluralidade de posicionamentos políticos, congregando socialistas e monarquistas anticomunistas, em torno da causa racial (GOMES, 2005). A FNB surge com o fim do governo das oligarquias, após o golpe da Revolução de 1930:

Politicamente, apesar de conter algumas dissidências socialistas, a FNB era majoritariamente de direita, de corte fascista, incluindo mesmo um grupamento paramilitar. Assim, em 1932, os negros relutam em formar com a revolução constitucionalista paulista, de cunho regionalista e separatista e, em 1937, apoiam o golpe de Vargas que, de certo modo, implementa algumas políticas ao encontro das suas reivindicações (GUIMARÃES, 2001, p.131).

Em um contexto econômico de industrialização que incitava a competição por postos no mercado de trabalho formal, o preconceito racial transpareceu nas desigualdades explícitas entre brancos e não brancos. A união política e social da gente negra nacional era a pauta principal do FNB.

Entre 1930 e 1964, viveu no Brasil o que os cientistas políticos chamam de “pacto populista” ou “pacto nacional-desenvolvimentista”. Neste pacto, os negros brasileiros foram inteiramente integrados à nação brasileira, em termos simbólicos, através da adoção de uma cultura nacional mestiça ou sincrética, e em termos materiais, pelo menos parcialmente, através da regulamentação do mercado de trabalho e da seguridade social urbanos, revertendo o quadro de exclusão e descompromisso patrocinado pela Primeira República. Neste período, o movimento negro organizado concentrou-se na luta contra o preconceito racial, através de uma política eminentemente universalista de integração social do negro à sociedade moderna, que tinha a “democracia racial” brasileira como um ideal a ser atingido (GUIMARÃES, 2001, p.18).

O Partido Radical Nacionalista, de ideologia ultranacionalista na década de 1930, fundado por Joaquim Guaraná de Santana, ex-membro da Frente Negra Brasileira, é outro exemplo de organização negra alocada, neste caso, na extrema direita,⁴⁶ que elucidada o que há registrado sobre a identificação entre negros e o campo político conservador/reacionário na primeira metade do século XX.

Ao mesmo tempo em que as sociedades pós-coloniais usufruíram, e ainda usufruem, de um sistema social de racialização, pilar de sua organização econômica, do trabalho, e consequentemente da organização social e política, que permanece até hoje (HASENBALG,

⁴⁵ Ação Integralista Brasileira, de tendência ultranacionalista, conservador e religioso criado em 1932 e extinto em 1937. Foi um movimento político de extrema-direita. Mais sobre em: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

⁴⁶ Mais sobre o Partido Radical Nacionalista e outros exemplos de agrupamentos políticos negros em: DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

2005), os discursos de desracialização total das pautas políticas encontram reverberação não só em setores específicos, como no campo da direita, mas também no imaginário da sociedade brasileira como um todo. Na população em geral, poucos são capazes de apontar o momento histórico em que o ideário de miscigenação foi apresentado como representante da realidade social racial do Brasil, todavia, tal ideário configurou a memória social de todos nós.

O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento, pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá: é justamente quando esquecemos quem disse “colonização”, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seus efeitos (ORLANDI, 2001, p. 49).

Escravo e escravidão foram palavras por muito tempo proibidas dos textos oficiais, não aparecem sequer na Constituição de 1824, enquanto o regime escravocrata era vigente “ Ao movimentar-se socialmente, a memória também é alterada” (FRISSO, 2016, p. 203). A imprensa negra das primeiras décadas do século XX, ambiente de protagonismo do ativismo negro, condenava a segregação racial norte-americana por pensar haver uma auto isolamento dos negros de lá, em comparação com a mais benéfica integração existente no Brasil (DOMINGUES, 2002). Essa percepção é fundamentada na falsa concepção criada discursivamente de que a escravidão brasileira foi mais branda do que a escravidão norte-americana, contrastando com os dados que dizem que a expectativa de vida de homens escravizados era de 25 anos no Brasil enquanto nos Estados Unidos era de 35 anos.

Assim, quando se cogitou a imigração de negros norte-americanos para o Brasil, a “imprensa negra” reagiu com repulsa. Os motivos eram diversos. Um dos argumentos era que tais negros transplantariam o ódio racial para nosso país, representando uma “ameaça à harmonia e à paz da nação”. Como a fusão das raças implicaria, necessariamente, o desaparecimento do negro, a entrada de negros americanos iria retardar este processo (DOMINGUES, 2002, p.591).

Conforme Pollak (*apud* FRISSO; PAIXÃO, 2016, p.203), a memória é também parte constitutiva dos sentimentos de continuidades, que durante o decorrer histórico, forma sentimento de identidade, coletiva e individual, dando coerência a pessoa ou grupo na sua construção ou reconstrução de si. Permite então a reconstrução dos sujeitos, que por meio das relações ressignificam as palavras e, conseqüentemente, os discursos, podendo dar novos sentidos sociais e políticos. Não havendo no período pós-abolição uma memória coletiva, resultado da fragmentação social característica do sistema escravocrata, coube ao Estado Brasileiro produzir um tipo de memória que servisse para a construção de uma identidade nacional brasileira.

“Casa Grande Senzala”, obra de Gilberto Freyre de 1933, surgiu com essa função, ao introduzir a ideia de “harmonia racial”, conferindo um sentido benéfico à mestiçagem, antes vista pelo racismo científico como “um grave problema social”. A obra institucionalizou suas percepções sobre o cotidiano à época da escravidão – tido como sempre pacífico pelo autor – e serviu de base para a criação de uma memória social que cumpriu sua empreitada política como integralismo simbólico. A partir dessa publicação, “a mestiçagem cumpriria uma espécie de ‘ponte’ capaz de aplainar e superar os desajustes entre negros, brancos e índios e, dessa forma, teria viabilizado a formação da “nação/cultura brasileira” (HOFBAUER, 2006, p.250).

A memória coletiva pode assumir funções políticas de controle do passado e do presente, sendo manipulada de acordo com a intenção de seus enunciadores, estabelecendo relações de poder reguladora da ação coletiva, quando os fatos históricos não são suficientes, revisionismo se tornam constates. Uma história alternativa, em que se anulam dados que são substituídos por outros, “[...] a memória, por ser seletiva, escolhe entre as informações recebidas de acordo com determinados critérios. Esses critérios, conscientemente ou não, trazem em si a possibilidade de uso do passado” (FRISSON, PAIXÃO, 2016, p.202). Esse uso seletivo da memória pode então dar brechas a constituição de discursos que usam de meias verdades, selecionadas de forma a servir a um propósito ideológico, só sendo capaz de existir por meio de manobras argumentativas.

Entre a memória histórica (ou memória institucional) e a memória coletiva, no sentido de legitimação pública, a primeira se confere maior credibilidade. Entretanto, ambas têm o poder de recriar, reforçar ou destruir determinadas identidades sociais e, em muitos casos, o segundo tipo de memória pode se sobrepor à primeira, fixando-se como discurso oficial (LE GOGG, 1992). A socialização da memória, por meio da linguagem, tem o poder de disseminar símbolos que nem sempre sabemos a origem. De acordo com Eclea Bosi “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esses indivíduos” (BOSI, 1987, p.17 *apud* FRISSO, PAIXÃO, 2016, p.194). Estando o indivíduo inserido em instituições que tem como alicerce estruturas hierárquicas e dogmas de individualização, sua memória refletirá a diretamente a ideologia de suas associações, seus preceitos e interesses.

Retomando Guimarães (2012), a **segunda estratégia** retórica, na década de 1940, acontece quando a política nacionalista do Estado Novo dava início ao discurso da democracia racial, a retórica governista e culturalista passa, neste momento, a colocar o negro como sinônimo de povo brasileiro. A cor deixa de ser um demarcador de origem, passando a ser

evocada como mera característica fenotípica, tanto na retórica negra quanto na retórica de Estado, visto que “nenhum projeto político moderno foi tão eficaz como o nacionalismo em trazer os projetos de elites políticas para o âmbito do cotidiano, expressando uma relação íntima entre o apelo da ideologia nacionalista e a legitimação do poder político no mundo moderno” (NASCIMENTO, THOMAS, 2008, p. 211). O ponto nodal entre negros e conservadores neste momento é o projeto de valorização do tipo mestiço como homogeneizante da nação.

Discursos racialistas ou racializantes já serviram para justificar a continuidade da escravidão, para organizar as bases de sociedades segregacionistas, para conter demandas emancipatórias de amplas camadas populares, para mobilizar extensos aparatos genocídios, para organizar bases políticas de partidos de esquerda e de direita, para galvanizar movimentos sociais e para promover políticas públicas inclusivas (NASCIMENTO; THOMAS, 2008, p.196).

Nessa direção, outro ponto em comum entre o conservadorismo negro estadunidense e o brasileiro seria, com diferença de uma década, a desracialização das discussões raciais por um plano de favorecimento as identidades nacionais. No caso norte-americano, a questão racial foi suplantada pela exaltação dos valores americanos.

A aposta de conservadores negros e brancos no período pós-direitos civis foi no discurso de ascensão de uma era pós-racial. Nesse sentido, a estratégia desde a década de 1980 é a de despolitizar as agendas do movimento negro. Uma vez que supostamente a raça passa a perder a capacidade de influenciar as desigualdades sociais, os conservadores negros começaram a investir mais em assuntos morais, ressaltando a capacidade limitada dos negros de compreenderem os valores “americanos”. Assim, iniciaram um ataque aos progressistas do Partido Democrata, que estariam demagogicamente estimulando o racismo para garantir um eleitorado cativo nas eleições, principalmente as presidenciais (FRANCISCO, 2020, p. 363-364).

No Brasil, a despolitização da pauta racial, ou a desracialização da pauta política, se deu como política de Estado - apoiado pelas elites tradicionais, classes políticas e pela intelectualidade acadêmica - que produziu um discurso de que não haveria um problema racial no país e sim fundamentalmente um problema econômico. Desde que se iniciou uma maior profusão dos estudos das relações raciais no Brasil, entre os pesquisadores, o caso de excepcionalidade brasileiro, seu caráter harmônico, alimentava a narrativa de que o assunto racial não era de pertinência da política militante, de forma que “nos anos 1950, a palavra de ordem que encontramos ainda era a seguinte: a cor é apenas um acidente. Somos todos brasileiros e por um acidente temos diferentes cores; cor não é uma coisa importante; "raça", então, nem se fala, esta não existe, quem fala em raça é racista” (GUIMARÃES, 2002, p.10). Esse pacto supra ideológico de diluição do problema racial em um problema de classe é bem

sucedido até os dias atuais. A despeito dos antagonismos ideológicos, a sobreposição do problema de raça pelo problema de classes foi o ponto nodal de uma geração inteira de militantes políticos, negros e brancos, direitistas e esquerdistas.

A cor como demarcador de identidade étnica e racial irá aparecer na retórica negra em 1970, na **terceira fase** da retórica de inclusão, época em que a intelectualidade negra, à esquerda e à direita, “que recusou a antiga aspiração por uma democracia autenticamente local e voltou-se para a crítica da insuficiência histórica das garantias aos direitos humanos e do cidadão” (GUIMARÃES, 2012, p. 34). A ideologia da democracia racial sem democracia política fez florescer entre a população negra organizada um discurso contestatário.

O “igualitarismo negro”, **quarta estratégia** retórica negra de inclusão, fase em que “adotaram-se demandas por reconhecimento de sua particularidade cultural e por ações afirmativas que estabelecessem maior paridade de oportunidades entre brancos e negros” (GUIMARÃES, 2012, p. 35). Nesta fase, os antagonismos raciais são marcados, inevitavelmente, os militantes negros foram separados conforme suas orientações ideológicas. Enquanto militantes, os negros ligados à direita do espectro político empregam uma retórica de conciliação. Ao defenderem sua filiação ideológica, amenizam ou apagam acontecimentos traumáticos do passado escravocrata do país e, nesse movimento, não reconhecem o racismo enquanto estrutura social.

No cenário político da década de 1990, durante o período de abertura e redemocratização, quando aumentam as oportunidades de candidatos negros de pleitearem cargos políticos, a desracialização discursiva surge como meio estratégico para conseguir alianças com políticos brancos mandatários dos partidos, da esquerda e da direita (OLIVEIRA, 2016). A diferença entre políticos desses dois espectros políticos surge da definição de seus interlocutores. Políticos da esquerda procuravam se dirigir mais à população negra do que os políticos a direita. Nesse contexto, Celso Pitta, atento ao que já acontecia nos Estados Unidos, teve toda sua inserção na política montada conforme a formulação discursiva dos políticos negros norte-americanos:

[...] foi possível encontramos similaridades entre a estratégia retórica de Celso Pitta e aquela que contribuiu para que o democrata Tom Bradley se tornasse o primeiro negro eleito prefeito da cidade de Los Angeles, em 1973. A estratégia do então vereador e ex-chefe de polícia de Los Angeles tiveram por base o pragmatismo e a ocultação endossar reputação de qualquer ideologia partidária e racial. Para se eleger, o candidato afro-americano produziu um discurso centrista, moderado e palatável aos interesses de todos os segmentos da sociedade que, naquela oportunidade, era composta por apenas 18% de negros. [...] Bradley recusou a ser o porta-voz dos interesses dos negros, postando-se como um político a favor dos interesses de todos. Alguns analistas apontam que, de fato, Tom Bradley confeccionou um discurso para

endereçar ao eleitorado como um todo e outro para tratar com a comunidade negra em particular (PARKER, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 347).

Com a diferença de Tom Bradley ter sido um político filiado ao partido Democrata, de orientação progressista, Pitta seguiu a mesma estratégia política ao evitar se colocar como um representante da comunidade negra. Pitta se pôs discursivamente como um candidato acima de sua particularidade racial, de forma a antagonizar com suas filiações partidárias, que evitavam entrar no assunto da discussão racial.

O que vemos no contexto atual é que, ao acomodar diferentes setores e demandas, o neoliberalismo tem o potencial de desarticular as questões raciais do seu caráter político. O governo que marca o firmamento do modelo neoliberal no país, encabeçado por Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990, concede valorização simbólica, de uma inclusão que não apresenta o interesse de mudar a estrutura racista organizadora da sociedade brasileira e por isso, é entendido pelos pesquisadores da questão racial como um governo de caráter conservador. Nesta direção, “o conservadorismo, familiar com a gramática identitária categórica, toma para si o direito de reivindicar demandas por representatividade, esvaziadas de qualquer propósito emancipatório” (SENA, 2020, p. 158).

Enquanto os conservadores brancos querem preservar seus privilégios, os conservadores negros querem se inserir dentro desta cadeia de privilégios. A descrença nas intuições e partidos é maior entre aqueles que nunca gozaram de uma real integração e representação política. O processo social decorrido no Brasil até o início dos anos 2000 conferiu coletivamente à população negra um nível institucional conquistado através de uma inclusão parcial dos seus símbolos culturais sem a inclusão social que representasse de fato uma alteração da sua condição estrutural de subalternidade.

No restante do mundo, a tática neoliberal de desmobilização pela inclusão se deu de modo semelhante. A eleição de Barack Obama em 2009 foi um grande marco na história política mundial, podemos aponta-lo como o político negro mais bem sucedido de que já se teve notícias. Entretanto, sob a ótica de mudanças estruturais da dinâmica econômica norte-americana, esperada por parte de seus eleitores, seu governo foi uma continuação e não uma ruptura com o modelo socioeconômico que garante e dá continuidade às estruturas de opressão e desigualdade. A esta conciliação se pode atribuir o sucesso de seus dois mandatos. Em termos comparativos e contextuais, Lyndon B. Johnson (presidente dos EUA entre 1963 e 1969) pressionado pelas mobilizações em prol dos direitos civis na década de 1960, conseguiu passar no congresso norte-americano número maior de leis vistas como progressistas - combate à

pobreza, auxílio educação e saúde - do que Obama eleito, meio século depois, sob o *slogan* “*Yes, We Can*”. Entre as várias críticas sobre o caráter reformista de Obama, temos a ressalva de que se elegeu a partir de um discurso de campanha no qual reforçou o compromisso de tirar o país de uma enorme crise econômica, fruto da acentuação concentração de renda, endividamento das famílias nos sistemas de juros bancários do setor financeiro. O marco simbólico sem precedentes de ser o primeiro negro eleito em um país com histórico de conflitos raciais não representou, no plano prático, uma mudança estrutural nos marcadores sociais da desigualdade racial, que se mantiveram estáveis durante sua administração. Desde 1976, a taxa de desemprego entre negros se mantém, em média, 60% mais alta que a taxa de desemprego entre brancos. Atualmente, em comparação de renda, pra cada um dólar acumulado por uma família branca, uma família negra consegue acumular cinco *cents*.⁴⁷ Em resumo, para se eleger, Obama teve que se apresentar como um candidato de retórica moderada, evitando marcar antagonismos com a sociedade americana e sua administração refletiu diretamente esta estratégia discursiva.

A busca pela autossuficiência e autodeterminação são temas discursivos compartilhados entre negros conservadores e progressistas. Se diferenciam, entre outras coisas, porque os conservadores pregam o respeito às instituições sociais tradicionais e hierárquicas - como a família, religião e forças armadas - a crença no capitalismo e sobretudo, o individualismo, pontos nodais entre indivíduos dessa vertente ideológica. Do outro lado, os progressistas problematizam a discussão ao trazer diferentes formas de concepção e críticas à muitas dessas instituições hierárquicas.

A procura pela construção de redes de sociabilidade e alianças políticas arquitetadas para dar acesso aos espaços de poder sempre foi uma estratégia traçada pelos indivíduos que tem, como ponto de partida, um lugar social de subalternidade. No que tange ao conservadorismo negro, a mudança observada é que no passado essa estratégia era feita a partir do coletivismo nacionalista, e atualmente cede vez ao *modus operandi* do individualismo neoliberal.

Todos indivíduos são atravessados em suas subjetividades pelos contextos políticos e econômicos em que estão inseridos e com os indivíduos negros não teria como ser diferente. A concorrência do mundo do trabalho, desmanche do estado de bem estar social e das políticas de proteção aos trabalhadores e a insegurança que esse sistema produz, tem como consequência a quebra das solidariedades. Todos são concorrentes, e entre negros, que tem o espaço ainda

⁴⁷ Dados disponíveis em reportagem do jornal El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/18/internacional/1397839789_689838.html

mais limitados, a concorrência pode ser ainda maior (ALMEIDA, 2019). Neste contexto de competição constante, as cadeias de relações no meio político são mais pragmáticas do que solidárias. Por resultado disso, as cadeias de solidariedade entre negros brasileiros tendem a se limitar ao ambiente familiar, diferente de outros grupos étnicos, sobretudo os de imigrantes europeus (FIGUEIREDO, 2002).

Se no passado, os clubes e associações de negros conservadores (ainda que esta classificação não fizesse parte de suas autodenominações) se formaram por meio de uma proposição coletivista, onde a ajuda mútua entre seus integrantes era o método utilizado para impulsionar seus semelhantes a superação dos obstáculos impostos pelo racismo, o atual conservadorismo se caracteriza por ser individualista e agregador somente na contraposição, no que se propõe a combater. Deixam as redes de associativismo negro para irem ao polo mais extremo do conservadorismo. Para caber na cadeia de equivalência do bolsonarismo tiveram que contestar a representatividade da sua identidade coletiva, unindo-se à essa cadeia pelo ataque aos grupos representativos das demandas negras e suas conquistas políticas, como as cotas raciais. Entretanto, a legitimação da ordem social vigente é equiparável à postura pós abolição onde houve uma legitimação do sistema de subordinação.

Feito esse percurso histórico que teve por objetivo reconstruir, por meio da análise de suas filiações, as formações discursivas do conservadorismo negros, passemos as análises do objeto de pesquisa, com vista a reconhecer as regularidades assentadas pelas repetições, evocadas pelas memórias discursivas, assim como as interrupções e deslocamentos das formações discursivas.

6.2.1. Minha Cor é o Brasil

Quanto mais clara é a pele do indivíduo, dentro de um sistema colorista de classificação étnica, maiores são suas chances de ascender socialmente e se desvencilhar dos estereótipos racistas. No caso contrário, quanto mais escura for a cor da pele, mais dificuldades o indivíduo terá para o mesmo propósito de ascensão. Essa dinâmica, como posto por Oracy Nogueira (2006), é uma das consequências do que configura o “preconceito de marca”, que se define por ser o preconceito que se exerce por questões físicas, fisionomia, gestos e sotaques. Diferente do preconceito de marca, o “preconceito de origem” (que tem como exemplo o que acontece nos Estados Unidos) se manifesta através da discriminação pela origem étnica do indivíduo, independente da pele ser mais clara ou mais escura, todos não brancos são classificados como iguais, ou seja, como negros. O “preconceito de marca”, característico do Brasil, dá espaço para

várias particularidades que acontecem na tentativa do indivíduo de fugir da “marca” da negritude. O primeiro distanciamento de sua origem acontece quando aquele que não tem o tom de pele retinta se define como pardo e, ao fazê-lo, declara pertencer à raça intermediária entre preto e branco; “um negro quase branco”. Nesse sentido, o mulato, termo mais antigo para designar o pardo seria, segundo Degler (1971), uma espécie de “válvula de escape do racismo”.

Segundo Teixeira; Beltrão & Sugahara (2013) os indivíduos usam em torno de seis critérios, subdivididos em três grupos, para definirem a cor/raça: critérios de marca (traços físicos e cor da pele); critérios de origem (cultura/tradição, origem familiar e origem socioeconômica/ classe social); e critérios político-ideológicos. O uso das terminologias que indicam raça/cor, por muito tempo estiveram envoltas em um tabu a tal ponto que se evitava, por meio do emprego de eufemismos, palavras que remetessem a cor dos indivíduos mais escuros. A palavra ‘negro’ só deixou de ser referência a uma característica pejorativa a partir dos anos 1980, quando o movimento negro se unifica e sua militância passa a atuar pela valorização positiva da identidade étnica.

Estabelecendo a linha cronológica de nosso corpus de análise, tomemos como ponto de partida o exemplo de Arlindo Veiga, que viveu em uma época em que muitos negros tentavam fugir dos estigmas racistas adotando um padrão de comportamento não conflituoso, em que se evitava uma identidade social calcada na identidade racial que fosse marcadora de diferenças. Pelo contexto de sua atuação militante, anterior a fixação do ideário de identidade nacional mestiça e da democracia racial, ele poderia ser mais um a se esquivar dessa identidade. Todavia, por ser ativista dentro de uma organização voltada exclusivamente à questão racial, o FNB, e por ter tido sua formação educacional dentro de núcleos dedicados a fomentar a irmandade negra, mais especificamente a “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”, não se esquivou de se colocar discursivamente como um sujeito negro, sendo um dos portavozes mais importantes dos grupos em que atuava. Entretanto, foi influenciado pelas ideias culturalistas, que ainda mal haviam sido publicadas, mas colocavam o povo brasileiro como um povo propriamente mestiço.

Arlindo, Fala 01 [...] *Nós também temos uma Raça! Se não há, como não pode haver, um só Tipo Nacional, somos uma Raça Mestiça, com os nossos Negros, Cafusos, Caboclôs, Negroides, Brancoides, e (até) os Bugres que ainda moram no mato. Vem encrencando a nossa vida essa mania que inúmeros imbecis têm de quere fazer da Nação Brasileira um povo ariano, destruindo assim a Raça Mestiça que o Brasileiro é! [...] Aniquilemos os internacionais que querem mandar em Nossa Casa, sejam internacionais “brasileiros” (de nome) ou estrangeiros. O Alemão afirma a raça alemã? Belo exemplo! Grande lição! Façamos a mesma coisa, afirmando a Raça Brasileira!*

E tranquemos as portas do Brasil por vinte ou mais anos, para endireitarmos isto!
(SANTOS,1933 *apud* CUNHA, 1996).⁴⁸

O excerto acima foi retirado da matéria “A Afirmação de Raça” de autoria de Arlindo, publicada no jornal ‘A Voz da Raça’. Para Arlindo, a mestiçagem é o pilar da nacionalidade brasileira, logo a positivação da identidade nacional veio pela valorização do tipo mestiço. O elogio a política racial da Alemanha nazista, com base na eugenia e aversão as raças não arianas, mostra que Arlindo é um admirador não da política racista germânica, mas do autoritarismo de seu governo, que forjou uma unidade nacional em torno da valorização racial de um povo em preterimento de todo o resto. O contexto histórico desta publicação remonta um período de disputa entre negros e imigrantes europeus por postos no mercado de trabalho formal da capital paulista, que estava em processo de industrialização. O que justifica dizer “vem encrencando nossa vida” é a predileção que se tinha pela mão de obra imigrante em preterimento do trabalhador brasileiro, sobretudo negro e os “internacionais brasileiros”, que podemos entender como os donos de indústrias da época. Arlindo, como enunciador do FNB e se dirigindo à população negra em específico, adere ao Governo Provisório instaurado em 1930, e apoia a política getulista de proteção ao trabalhador nacional. O decreto nº 19.482 - que restringiu a entrada de imigrantes entre 1930 e 1933, e obrigava as empresas a manterem dois terços de seus quadros de funcionários ocupados por trabalhadores brasileiros- aparece como o interdiscurso presente no texto de Arlindo. A raça mestiça, para Arlindo, é o arranjo de todos os tipos raciais nacionais: negros, cafusos, caboclos, negroides, brancoide e bugres. A raça brasileira é exaltada em antagonismo ao ariano, que representaria o imigrante europeu uma vez que Arlindo se refere a “brancoide” como uma maneira de designar o branco brasileiro. O colunista faz uma repetição histórica ao deslocar o plano nacionalista e protecionista do governo getulista para a questão racial, mas repete formalmente a evidência ideológica, ao culpar “os internacionais” pela condição desfavorável enfrentada pela população negra brasileira, sustentando o inimigo do governo constituído, que “trancou as portas do país” quando lançou o decreto nº 19.482. Ao aderir ao mito das três raças fundadoras⁴⁹, o posicionamento de Arlindo serve de sustentação para o discurso público que almejava uma aparente unidade social durante o período.

⁴⁸ Retirado de “A Voz da Raça”, São Paulo, I (1), 18 de março de 1933.

⁴⁹ O mito das três raças diz respeito a crença de que o tipo nacional teria surgido da miscigenação entre indígenas, brancos e negros. Sobre isso consultar: MUNANGA, K. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional. Versus Identidade Negra. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

Entre a fala de Arlindo e de Celso Pitta há seis décadas de distância, um tempo expressivo, em que se vivenciou mudanças de regime político, até que a democracia fosse estabelecida. No decorrer desse tempo, se observou o desmanche da ideologia da democracia racial - que passou a ser encarado como mito – a maturação e fortalecimento dos movimentos negros brasileiros, e suas conquistas, como inclusão de algumas demandas políticas da população negra na constituição de 1988.

Um “negro de alma branca” e “candidato dominó” (preto com pinta de branco), foram alguns dos adjetivos dados a Pitta por seus correligionários como forma de realçar nele uma certa virtude por se portar como um branco. Também de maneira intencionalmente pejorativa, estas designações foram feitas por seus rivais, como Luiza Erundina, candidata do PT na disputa pela prefeitura de São Paulo quando declarou: "Celso Pitta diz ter a pele negra, mas, interiormente, tem a cabeça e o comportamento de um branco safado". Em resposta a Erundina, Pitta tomou a declaração da concorrente como uma declaração infeliz e individual, passando longe de iniciar qualquer discussão sobre racismo. Oliveira (2006), interpreta que a forma como Pitta respondeu a esse caso seguia a orientação de sua estratégia de campanha, uma vez que a

[...] omissão de Pitta de interpretar os ataques racistas de Erundina à sua imagem constituía-se em uma estratégia de posicionar-se “acima da briga”, como bem notou Figueiredo et al. (1997), mas também de desracializar a campanha, provavelmente para não inserir no debate um tema que não lhe traria qualquer vantagem nas urnas (OLIVEIRA, 2016, p. 346).

Apesar de ter havido mudanças significativas, Pitta foi prefeito em uma década na qual o Brasil há pouco começava a reconhecer institucionalmente o racismo como problema a ser combatido pelo Estado. Consequentemente, as relações raciais mantiveram alguns dos padrões históricos existentes desde muito tempo. Fugir da origem racial ainda era prática comum, ainda mais para alguém que pretendia fazer algo inédito, ser o primeiro prefeito negro da maior cidade da América Latina. As palavras destinadas a designar a cor de indivíduos não brancos ainda carregavam uma gama enorme de subjetivações pejorativas.

Pitta, Fala 01: *Se a pergunta é "você se sente negro ou branco?", a resposta é "eu me sinto Celso". Eu sou Celso, eu sou isso, eu não tenho nenhum feeling interiorizado do tipo de raça a que pertença* (PITTA, 1997).⁵⁰

Essa é a declaração de Pitta, para a *Revista Raça*, - que tem toda sua formulação editorial voltava para a população negra - durante sua campanha à prefeitura de São Paulo. Pitta sobrepõe

⁵⁰ Entrevista concedida por PITTA, Celso. “A eleição de Celso Pitta: relações raciais e contexto político” [Entrevista concedida a] Márcia Lima. *Revista Raça Brasil*. mar de 1997.

sua individualidade a seu pertencimento racial, como se ser o “Celso” possuísse um atributo absoluto em si mesmo, maior do que qualquer identidade ou pertencimento a um grupo social. Quando coloca a identidade racial como coisa subjetiva, quase metafísica, porque a entende como um sentimento, o faz com o interesse de manter-se na linha de uma campanha na qual a questão racial foi apagada ao máximo. É uma declaração que pode ser vista como um sintoma da forma fluída como se dá a autoidentificação racial no Brasil, onde a influência da região, o status social e os aspectos culturais dão vazão à uma pluralidade de designações sobre a cor. A pesquisa PNAD/IBGE de 1976 (divulgada somente em 1985), em pergunta de resposta aberta sobre a autodeclaração raça/cor, registrou 135 diferentes cores entre a amostra populacional consultada. Essa é a formação discursiva que atravessa e constitui o discurso de Pitta: se reconhecer como negro no Brasil é só mais uma dentre várias possibilidades. Não é antagônico à uma identidade racial negra porque não a nega, mas ao preferir expor sua formação educacional e seus atributos profissionais pretende camuflar sua origem étnica e acaba por traçar, talvez involuntariamente (ou não, se considerarmos o trabalho de *marketing* de sua campanha) um antagonismo entre currículo de excelência e identidade racial. Faz uso de alguns esquecimentos calculados para caber dentro da conformidade com a ideologia malufista, repetindo formalmente seu roteiro de campanha, ocultando aquilo que poderia trazer de alguma forma uma problematização acerca da questão racial.

[...] Pitta preferiu desracializar a sua campanha, passando ao largo das discussões sobre a questão racial e expurgando discursos que dessem saliência às suas origens raciais, mesmo quando provocado pelos seus adversários. Como resultado ele conquistou a prefeitura, vencendo o 1º turno das eleições com 48,2% dos votos e o 2º turno com 62,3%. A imagem de técnico competente capaz de dar continuidade às obras da administração que se encerrava foi a escolhida por Pitta para disputar as eleições no maior colégio eleitoral do país, que possuía 6.765.407 eleitores (OLIVEIRA, 2016, p. 329).

O descolamento da formação discursiva que se esquivava de uma identidade racial objetiva, se dá quando rompe sua filiação com o malufismo, ainda durante seu mandato como prefeito. Nogueira (1985), como um autor referência sobre as relações raciais no Brasil, traça interessantes quadros de interpretação sobre as interações dos sujeitos racializados no seu convívio cotidiano com sujeitos brancos. Sobre as etiquetas na interação social entre brancos e não brancos, o autor diz que, como norma, no Brasil evita-se puxar o assunto de cor diante de pessoas negras para que não se traga constrangimento. Ser negro seria sempre causa de constrangimento. Por consequência, um indivíduo não branco pode passar muito tempo sem

refletir sobre sua condição racial, algo que a se alteraria em situações de conflito ou de mudança de ambiente.

Em geral, o homem de cor, no Brasil, toma consciência aguda da própria cor nos momentos de conflito, quando o adversário procura humilhá-lo, lembrando-lhe a aparência racial, ou por ocasião de contato com pessoas estranhas, podendo passar longos períodos sem se envolver em qualquer situação humilhante, relacionada com a identificação racial. Isto é verdade, principalmente, para o homem de cor que vive numa pequena comunidade, onde predominam os contatos primários e onde, portanto, os indivíduos se conhecem pessoalmente uns aos outros. À medida que aumenta a frequência dos contatos secundários, se torna mais constante, para o indivíduo de cor, o risco de ser tratado em função dos traços raciais -e, portanto, de um estereótipo - pelo menos nas situações de contato categórico (NOGUEIRA, 2006, p. 300).

Pitta já havia sofrido ataques durante a campanha que tinham como referência sua cor/raça, apesar disso, nunca os problematizou seriamente, tampouco foram suficientes para inverter o modo como estava tratando sua identidade racial. Somente quando é publicamente ‘abandonado’ por seu padrinho político, e em meio a uma série de denúncias de corrupção, Pitta muda sua formação discursiva. Passa a atribuir ao fato de ser negro a causa da perseguição que diz sofrer da mídia. Em campanha para deputado estadual, em 2006, sua retórica em nada tem a ver com a linha usada quase dez anos antes:

Pitta, Fala 02: *“Tenho orgulho de ter sido o primeiro negro eleito prefeito de São Paulo, e talvez por isso, queiram jogar culpas que eu não tenho, pois sempre agi com competência, honestidade e lealdade”* (informação verbal).⁵¹

Nesta fase, agora se colocando como um sujeito negro, Pitta ainda reverencia sua capacidade, após ruptura com o projeto político que o elegeu prefeito, historizando sua trajetória política e pessoal, se descola para uma repetição histórica, trazendo à tona o discurso oculto. Tendo sido a comunidade negra uma das poucas a ter lhe dado apoio quando seu mandato começou a declinar, antecipa-se a esse interlocutor, apelando a uma solidariedade étnica, que almeja conquistar através da evocação de um discurso que expõe o preconceito racial sofrido como responsável pelo seu fracasso político e pelas acusações que respondia na justiça. Embora ainda produza uma exaltação de seus atributos pessoais, agora os reafirma para demonstrar que, a despeito de suas qualidades morais e políticas, sofreu perseguição por sua marca de cor.

Diferentemente dos políticos negros alinhados aos partidos conservadores da década de 1990, período em que Pitta foi atuante, o afastamento da questão racial não é visto nos políticos atuais, que tendem a se inscreverem discursivamente como sujeitos racializados. Não fogem de

⁵¹ Fala de Celso Pitta, Horário Político Eleitoral, 2006. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pcpbT1rGFN4&ab_channel=ArquivoEleitoral

sua identidade racial uma vez que ‘negro’ e ‘negra’ são as palavras empregadas por eles e elas para se autodesignarem. Em um primeiro momento, pode-se atribuir isso à valorização que a militância fez em torno dessas palavras, *limpando-as de suas cargas pejorativas*. Porém, essa autoproclamação racial não parece ser resultado de um processo de politização de suas identidades raciais. A exaltação de sua identidade étnica tão pouco é, como no caso de Arlindo, para uma proposição valorativa de seu grupo de origem. Ao contrário, o que se observa é a supressão dos particularismos raciais em torno de uma ideia de coesão ideológica. A diferença é substituída pela exaltação da similaridade de valores e objetivos políticos com as ideologias aos quais estão alinhados.

Como adepto da ideia de democracia racial, Hélio é um colorista, mulatista. Para exaltar o caráter mestiço da composição racial brasileira, também dá como exemplo outros grupos de imigrantes que, assim como negros e índios, teriam contribuído na formação do Brasil. Mantem uma página no *Instagram* dedicada a falar de questões raciais, como o nome “Minha cor é o Brasil”, (*@minhacoreobrasil*) slogan de sua campanha em 2018, em alinhamento ao slogan de Bolsonaro “Meu Partido é o Brasil”.

Hélio, Fala 01: “*Eu sou daltônico, não enxergo ninguém pela cor da pele [...] sou negro sim, com muito orgulho porque minha cor é o Brasil*” (informação verbal).⁵²

Primeiro, Hélio diz não fazer distinção entre pessoas pela cor, porém logo em seguida, não podendo negar sua cor ou aderir ao escape da mestiçagem, por ter a pele retinta, reafirma-se como negro, dizendo ser essa a cor do Brasil. Ativa a discursividade do ‘tipo brasileiro’. Vemos no discurso de Hélio a reprodução da contradição existente na composição da identidade do indivíduo estigmatizado, que tem que se firmar como uma pessoa como qualquer outra tida como “normal” e, ao mesmo tempo, é impelido a assumir sua diferença (GOFFMAN, 2004).

Hélio, Fala 02: *Por que Gina não viu 50% de negros iguais a ela no Brasil Pois nossa população só tem 9,4% de pretos os outros 46,8% que ela viu eram pardos que são diferentes dela. Gina é mais uma vítima do golpe racial que inventou que 50% Da população Brasileira é Negra* (LOPES, 2022).⁵³

O trecho acima é a transcrição de uma postagem feita por Hélio em referência à Gina Abercrombie-Winstanley, diplomata e chefe do Departamento de Diversidade e Inclusão,

⁵² Fala de Hélio Lopes, “Hélio Negão, o fiel escudeiro de Jair Bolsonaro”, do Canal Vejapontocom, Youtube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xorCHmbx-NE>

⁵³ LOPES, Hélio. [Sem título]. Brasília. 6 jan de 2022. Instagram: *@minhacoreobrasil*. Disponível em: <https://www.instagram.com/minhacoreobrasil/>. Acesso em: 22 jan. 2022

recém criado nos Estados Unidos que em visita ao Brasil no final de 2021, questionou o fato de, em um país de maioria negra, não ver a representação da composição racial do país nos lugares transitados pelas classes altas. Hélio, para justificar a falta de pessoas negras em espaços ocupados pela elite econômica, faz uma distinção entre negros e pardos. Em seu entendimento, ou justificativa, negros seriam o correspondente a pretos, ou seja, pessoas de pele retinta. Já pardos seriam uma outra categoria racial e, diferentemente de como categoriza o IBGE (que agrupa pretos e pardos na categoria negros), Hélio os vê como uma terceira categoria racial, nem brancos tão pouco negros, porém com mais inclinação à branquitude. O imaginário da mestiçagem é reativado na repetição da ideologia que forjou o “tipo nacional” mulato. A justificativa de Hélio para a baixa participação de negros em lugares de prestígio social encontra respaldo na fragmentação da identidade negra, com base no processo de embranquecimento entre os não brancos.

Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós brasileiros. Além da metáfora falaciosa das três raças, estamos acostumados a desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, em cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático (SCHWARCZ, 2019, p.19).

Compartilhando de uma inscrição ideológica em comum com Hélio, Sonaira, estabelece seu discurso orientada pela formação discursiva bolsonarista, dentro de uma cadeia de equivalências que suplanta seu particularismo racial em torno de uma coesão social imaginária. Se reconhece como negra, mas individualmente, não como pertencente a um grupo social distinto.

Sonaira, Fala 01: *O Dia da Consciência Negra é apenas mais uma plataforma para a narrativa da divisão, do revanchismo e da luta de classes. A esquerda vive falando em “amor”, mas seu cotidiano retórico é norteado pelo ódio. É a esquerda quem nos divide por cor, etnia, origem social e preferência sexual. É a esquerda que, a todo momento, traz ao debate as pequenas diferenças, acentuando-as e potencializando uma ideia de conflito social de todos contra todos. Primeiro, semeiam o ódio e o conflito. E, em seguida, aparecem com suas vozes melosas e soluções mágicas – todas elas voltadas para o fortalecimento do Estado e de um grupo seletivo de “iluminados” que decidem quem é negro ou não; quem é gay ou não. Porque um negro que escapou da jaula ideológica do vitimismo é tratado como um “negro de alma branca ou um “capataz”, um traidor, por aqueles que dizem nos representar. Que fique muito resolvido aqui: o movimento negro não me representa e a data de hoje é apenas mais*

*uma maneira de se odiar e de se promover a divisão sob uma embalagem de boas intenções. Não me enganam e não me representam (FERNANDES, 20/11/21).*⁵⁴

A vereadora, quando na função-locutora, sempre se inscreve discursivamente como uma mulher negra, mas, adiantando-se a qualquer formação imaginária que a associe à grupos que militam por essas duas identidades, Sonaira procura traçar uma diferenciação entre si e seus antagonistas. No exemplo acima, é enunciadora da formação discursiva da extrema direita, repetindo a evidência fabricada por ela ao atribuir “a esquerda” a marcação das diferenças que geram conflito e divisão social. O principal antagonismo é em relação à esquerda e suas políticas embasadas em particularidades sociais. Logo, a celebração de uma data dedicada a um grupo em específico é encarada como subversão à coesão social própria dos regimes políticos de perfil autoritário. Mais uma vez, o interdiscurso que sustenta sua argumentação foi construído em torno de uma formação imaginária sobre a unidade nacional como forma natural da organização social brasileira, ameaçada por um inimigo que outrora, no caso de Arlindo, eram os “inimigos externos” internacionais e agora, para Sonaira, “a esquerda” figura como o “inimigo interno” que ameaça essa unidade social imaginária. Argumenta pela aparência de unidade, uma das funções do discurso público. A diferença entre esses dois consiste, em suas respectivas épocas, no papel que o Estado representa para o governo em questão. Se Getúlio foi um nacional desenvolvimentista e dava grande importância ao uso da máquina pública em sua política, atualmente, em um contexto em que a direita pauta seu plano político pelo modelo neoliberal, o Estado, em seu viés público tende a ser precarizado, atendendo ao mínimo de políticas públicas possíveis.

Holiday, em entrevista, diz ter tido sua primeira experiência de discriminação racial na pré-escola. Conta que, com seis anos, era deixado de lado pelos colegas que não o escolhiam para brincar, tendo nessa idade vivenciado um episódio explícito de racismo, quando foi taxado de ladrão por um de seus coleguinhas por causa de sua cor.⁵⁵ A demarcação de sua diferença é apontada por seus pares desde cedo, a despeito disso, Holiday encara a cor/raça como coisa subjetiva. Nenhuma fala que explicitasse de maneira objetiva sua percepção em torno das classificações raciais foi encontrada durante a pesquisa de campo. Em razão disso, não é discutido neste tópico.

Sobre a formação discursiva do conservadorismo brasileiro em relação a cor/raça, não há ineditismo. Desde o Estado Novo, passando pelo Regime Militar, é notável a reprodução do

⁵⁴ FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 20 nov de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWgLPobrsiM/>. Acesso em: 22 jan. 2022

⁵⁵ Fala de Fernando Holiday disponível em: https://www.instagram.com/p/CPY_k2sLQsr/

jargão “O Povo brasileiro” evocado como único e indivisível, uma forma de criar e manter uma unidade social por meio do discurso. Em períodos de autoritarismo, essa “homogeneização” do povo através do discurso tende a intimidar as identidades individuais em prol de uma identidade nacional, “o indivíduo encontra sua razão de ser na subordinação ao grupo e sua realização na integração na comunidade” (RÉMOND, 1974, p. 96). A dissolução das identidades individuais em torno de uma ideologia política coletivista específica tem penetração direta naqueles que sofrem por estigmas sociais dos quais buscam se desvencilhar. Essa dissolução não está circunscrita aos períodos de autoritarismo. Vemos que em períodos democráticos, a reprodução desse modo de supressão dos particularismos raciais, é retroalimentada pelas ideologias políticas que aglutinam múltiplas particularidades individuais, equivalendo-as e orientando-as contra discursos antagônicos que representam uma ameaça ao pacto do não conflito racial fixado pelo discurso público.

6.2.2 Integração e Meritocracia

Escapar ao destino pré-estabelecido para a população negra no quadro social das desigualdades no Brasil, dentro da lógica capitalista de mobilidade social, é algo totalmente possível segundo os adeptos da retórica autoproclamada liberal. Ignorar o fato de esta população ser, há séculos, a base da pirâmide social-econômica (que quando empregada, configura-se como a pior remunerada⁵⁶) é o ponto de partida para a ideia abraçada por aqueles que julgam que podem vencer obstáculos através do esforço individual, dando créditos à meritocracia como único meio de ascensão social. O termo meritocracia surgiu no livro de ficção, *‘The Rise of Meritocracy’*, publicado em 1958, por um escritor esquerdista, o inglês Michael Dunlop Young. O autor, que foi filiado ao Partido Trabalhista Inglês, usou o termo com conotação jocosa, totalmente contrária do modo como tem sido usado banalmente pela retórica política conservadora.

A alcunha imediata de “vitimismo”, como é taxada qualquer reivindicação sobre temas associados à questão racial representa o rechaço da noção de responsabilização por parte do Estado, bem como da sociedade civil, como agente promotor de políticas públicas que visem combater o racismo e promover a igualdade racial. Muitas vezes o termo conservadorismo no Brasil tem sido um eufemismo usado para designar um tipo de engajamento político cujos

⁵⁶ Segundo dados da PNAD de 2019, o índice de desemprego entre pretos é de 14,9%, enquanto entre brancos é de 9,2%. Os negros são a maioria no trabalho informal (44%) e ganham, em média, a metade do salário dos homens brancos (44% quando mulheres e 56%,1 quando homens).

valores constituem a base de posicionamentos que são, de fato, reacionárias. Se antes da abolição da escravatura os conservadores foram contra as mudanças econômicas incentivadas pelos liberais, agora os dois são evocados como sendo complementares. Neste sentido, “Conservador nos costumes e liberal na economia” é o jargão mais ouvido daqueles que pregam uma concepção simplista de um “Estado mínimo”, que se limitaria a questões burocráticas e administrativas, e que deixasse questões de cunho social nas mãos de um “terceiro setor filantrópico”.

Segundo dados do IBGE de 2014, entre o 1% mais rico do Brasil (como são classificados pelo IPEA aqueles que tem rendimento de mais de R\$ 260,000 por ano) apenas 17,4 % são negros, enquanto brancos são 79%. Em contraste, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, do total da população nacional, 46,8% se autodeclararam pardos e 9,4% pretos, o que resulta em 56,2 do total da população brasileira autodeclarada negra (a soma do percentual de pretos e pardos). Apesar da desigualdade de distribuição de renda entre as diferentes raças/cores que compõem a população, a confiança discursiva no capitalismo como um sistema detentor de uma lógica capaz de promover a ascensão dos negros segue aparentemente “cristalina” entre quem se vincula as proposições conservadoras da direita política.

Figueiredo (2009), em pesquisa que traz o relato de famílias negras da classe média da cidade de Salvador, expõe algumas características da mobilidade social experimentadas por indivíduos negros. A autora diz que a mobilidade começou a partir da primeira geração de descendentes de escravos, que eram apadrinhados por brancos para que tivessem boa reputação e possibilidade de ascensão social. Em geral, os negros em melhores posições sociais hoje, são filhos de trabalhadores manuais. Os indivíduos entrevistados nesta etnografia, em sua maioria, elaboram narrativas nas quais atribuem a seus méritos pessoais a causa de terem saído de uma condição de pobreza e se estabelecido na classe média. Reconhecem o racismo, mas não reagem contra ele, para alguns, “ficar em silêncio” seria a melhor maneira de lidar com atos discriminatórios. Retomando a análise de Nogueira (2006), nota-se que quando o preconceito é de marca a reação tende a ser individual, quando é de origem, a reação tende a ser coletiva, reforçando a solidariedade entre os membros do grupo.

[...] onde o preconceito é de marca, a luta do grupo discriminado tende a se confundir com a luta de classes; onde é de origem, o grupo discriminado atua como uma ‘minorias nacional’ coesa e, portanto, capaz e propensa à ação conjugada. Com efeito, no Brasil, os movimentos sociais e políticos que têm apelado para a consciência de grupo da população de cor, como fonte de motivação para o proselitismo, têm resultado num fracasso (NOGUEIRA, 2006, p. 303).

Ao contrário das considerações de Nogueira, o que se observou na geração de Arlindo foi uma proposição coletivista de inserção da população negra em espaços de prestígio, proposições estas organizadas por intermédio das irmandades negras. A intenção de Arlindo e do grupo que atuava como dirigente e líder, a Frente Negra Brasileira, era integrar o negro num projeto político ideológico nacionalista, sobretudo no mercado de trabalho formal:

Arlindo, Fala 02: *Enquanto ao problema do Negro em particular, repito o ideal que defenderíamos (como frisei no manifesto aos Negros, lançado em 1931): INTEGRAÇÃO ABSOLUTA, COMPLETA, DO NEGRO EM TODA A VIDA BRASILEIRA-POLITICA, SOCIAL, RELIGIOSA, ECONOMICA, OPERÁRIA, MILITAR, DIPLOMÁTICA, etc-; O negro brasileiro deve ter toda formação e toda aceitação em tudo e em toda parte, dadas as condições competentes (que devem ser favorecidas) físicas, técnicas, intelectuais, morais, exigidas para “igualdade perante a lei” (SANTOS, 1933 apud SILVA, 2003).*

À frente do FNB, Arlindo lutava para que as condições de inserção social fossem dadas a população negra pelo Estado, tais como educação e formação apropriada para que se inserissem como cidadãos. Quando na Ação Patrianovista, Arlindo entendia que a fundamentação de integração era de base moral, e não econômica, já que era um ferrenho crítico ao capitalismo materialista e a filosofia liberal. Advogava pelo corporativismo, da representação dos grupos sociais e suas demandas por meio de uma inserção em um “contrato” entre homens e o Estado, em que o valor social é designado pelas funções no mundo do trabalho. Embarca então, na formação discursiva do nacional desenvolvimentismo trabalhista, da fase de industrialização do Brasil.

Uma das poucas promessas de campanha de Celso Pitta com a temática racial foi a promessa de indicar negros para compor seu governo, algo que diz ter cumprido⁵⁷. Ademais, considerava que a população negra seria a maior beneficiária das políticas sociais universais, tinha como slogan de governo o tema “Tudo pelo social”. Ao defender essas políticas universais deixava subentendido que beneficiaria especialmente a população negra durante sua administração. Seguiu a tendência das políticas raciais valorativas do governo federal vigente, que entre 1995 e 2002, limitava as políticas públicas destinadas à população negra ao reconhecimento e valorização de sua cultura, promovendo uma integração simbólica desta população. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso cria por decreto o Grupo de Trabalho

⁵⁷ Sobre isso consta em sua autobiografia o seguinte trecho: “Trouxe para altos postos de governo expressões da nossa raça, como o já citado jurista Edvaldo Brito, para a Secretaria dos Negócios Jurídicos, e Robson de Oliveira, ex-presidente da Liga das Escolas de samba, para a direção da Anhembí, empresa encarregada do turismo e eventos na cidade. Posteriormente, ele foi substituído pelo advogado, também negro, Alberto Alves da Silva Junior, filho do famoso e querido Nenê da Vila Matilde, presidente de escola de samba” (PITTA, 2002, p.95).

Interministerial para Valorização da População Negra, e já no final de seu mandato, em 2001, assina a convenção de Durban ⁵⁸ (BEGHIN; JACCOUD, 2002).

Pitta, Fala 03: *Determinação e personalidade prevalecem sobre qualquer situação discriminatória. Um dos principais problemas que as pessoas já colocam em relação ao racismo no Brasil é uma certa subserviência ou aceitação do fato por parte da comunidade negra. Isso não pode ser aceito. Talvez eu tenha ficado imune ou pelo menos me sentido imune, ou talvez nem imune eu tenha ficado. Mas não carrego comigo nenhuma mágoa, não fiquei marcado* (PITTA, 1997).⁵⁹

Há em sua fala a repetição da formação discursiva meritocrata, que coloca as subjetividades dos sujeitos, regidas pela sua determinação de superação pessoal do preconceito racial, como sendo mais eficazes do que uma proposição de desmantelamento da estrutura que garante o funcionamento do preconceito racial, ao mesmo tempo que culpa essas subjetividades pela perpetuação do racismo. Em suma, Pitta sustenta a culpabilização da vítima por sua condição e embarca na formação discursiva que oculta a estrutura social desigual, classista e racista, como se o indivíduo negro em suas qualidades fosse capaz de pessoalmente superar os obstáculos impostos pelas estruturas sociais.

Quatro anos depois, numa condição do contexto de ruptura, agora em uma repetição histórica, um deslocamento da formação discursiva meritocrática, Pitta exclui o racismo como questão individual e migra seu discurso para um viés estrutural sobre a desigualdade:

Pitta, Fala 04: *É doloroso reconhecer que a humanidade possui focos de racismo e ainda está longe de curar essa doença. [...] O Brasil, infelizmente, não é exceção neste contexto. Mas aqui o preconceito maior é contra o negro, justamente uma das bases da etnia do País. Prova dessa situação é o fato de as condições de vida desse segmento da população não acompanharem o progresso econômico dos últimos anos, como atestam alguns indicadores sociais* (PITTA, 2002, p.89).

Pitta diz ter feito parte de um grupo para a valoração da comunidade negra na USP. Salienta a falta de representação negra fora do esporte e da música ao apontar para o problema da baixa participação em espaços de poder, no âmbito político e econômico e, na televisão, atores negros frequentemente atuam em papéis de personagens socialmente estigmatizados. Em sua autobiografia, de onde esse excerto foi retirado, orgulha-se de seus números relativos a projetos sociais, das 138 escolas inauguradas, dos programas de habitação, da assistência social dada a moradores de rua e crianças carentes, entre outros feitos que reivindica serem frutos de

⁵⁸ Convenção de Durban é como ficou conhecida a ‘Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância’.

⁵⁹ Entrevista concedida por PITTA, Celso. “A eleição de Celso Pitta: relações raciais e contexto político” [Entrevista concedida a] Márcia Lima. Revista Raça Brasil. mar de 1997.

sua administração. Fez questão de divulgar, ao fim do livro, fotografias junto daqueles que seriam os beneficiados de suas políticas, em maioria pessoas pretas e pardas, que contrastam com as fotos em que ele está do lado de políticos brancos nas cerimônias políticas de outros tipos.

Fernando Holiday, em uma repetição empírica, argumenta que o capitalismo seria uma via de transgressão de uma ordem hierárquica e racista, o que vai se firmar como um padrão na discursividade deste agente. A superação de limites econômicos é vista como equivalente a superação de desigualdades raciais. Ele não especifica quais foram esses poucos momentos em que o Brasil teve este livre mercado. Sociedade arcaica é o eufemismo para fazer da economia escravocrata, igualmente capitalista, mas para Holiday, é um sistema econômico já superado.

Holiday, Fala 01: *Após a escravidão, o grande motor de ascensão dos negros foi justamente os poucos momentos que o Brasil teve de livre mercado, isso é, de competição de fato, ou seja, o capitalismo foi o grande motor disso porque permitiu a mobilidade social e deixou pra trás de certa forma, pelo menos aos poucos, aquela sociedade arcaica que nós tínhamos que realmente impediam o negro de ascender, e se nós fossemos uma sociedade ainda mais livre, do ponto de vista econômico, com certeza muitos mais negros teriam alcançado essa ascensão social que a gente viu, por exemplo, nos Estados Unidos (informação verbal).⁶⁰*

Como enunciador, sustenta o discurso classista, tendo como referência o modelo econômico estadunidense de suposta ascensão dos negros e, em mais de um exemplo, interrelaciona o liberalismo econômico e a ascensão social da população negra, ligando o livre mercado como condição para a mobilidade negra. No exemplo a seguir, Holiday responde a uma fala do rapper Emicida sobre o funcionamento da polícia militar no Brasil.

Holiday, Fala 02: *“Não vamos nos esquecer que foi no liberalismo, Emicida, que foi através das ideias lançadas pelos liberais clássicos que foi possível o fim da escravidão, que foi possível a defesa da igualdade das pessoas perante a lei[...] o capitalismo, como nós entendemos hoje, nada mais é do que um sistema de livre escolha, a pessoa vai escolhendo empreender, escolhendo seguir uma determinada carreira e ela tem a completa liberdade pra escolher o seu caminho, e inclusive ela tem a completa liberdade de trilhar o caminho da geração de riquezas, algo que seria completamente impossível por exemplo num regime socialista” (informação verbal).⁶¹*

⁶⁰ Entrevista concedida por HOLIDAY, Fernando. Entrevista: “Cotas raciais: justas ou injustas? Adriana Moreira e Fernando Holiday debatem sobre o tema” [novembro, 2019] Programa “Morning Show”, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7m329pYfzBQ>

⁶¹ Fala de Fernando Holiday, “Respondi ao Emicida no Roda Viva”, no Canal Fernando Holiday do Youtube, em 28 jul de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pDV3SGzV3m4>

Em dois momentos Holiday faz uma repetição empírica da formação discursiva neoliberal, sustentando os significados produzidos pelas evidências ideológicas do discurso liberal e capitalista. É afetado pelos apagamentos de sua rede de filiação ideológica, primeiro, ao colocar o capitalismo como decorrência das ideias liberais, fazendo um apagamento sobre a escravidão ter servido ao capitalismo, que é um sistema econômico anterior a ideologia liberal (LOSURDO, 2006). Em um segundo momento, ao dizer que os indivíduos tem “a completa liberdade de trilhar o caminho da geração de riquezas”, entende que o capitalismo gera riquezas, logo, qualquer indivíduo pode ascender por meio dele, ocultando quaisquer barreiras sociais que possam existir como condicionantes a essa ascensão. Traça uma equivalência entre sistema capitalista e liberdade de escolhas, antagoniza o regime socialista à liberdade e aponta a geração de riquezas como questão de escolha individual.

Também sustentando a formação discursiva que defende a irrestrita mobilidade social brasileira, Hélio mais uma vez reforça a aparência de unidade objetivada pelo discurso público da elite econômica. Fazendo referência implícita à formação discursiva que entende o funcionamento do racismo por um viés estrutural, enquanto, enunciador repete formalmente o discurso do racismo de exceção, aquele que é resultado de um desvio individual.

Hélio, Fala 03: *No Brasil não existe racismo estrutural, em pleno século XIX negros como André Rebouças, já apresentavam protagonismo e integração social, política e econômica e hoje em pleno século XXI o Brasil precisa de um mês do negro consciente que apresente, mais André Rebouças e menos Zumbi, mais integração e menos divisão, mais Brasil* (LOPES, 2021).⁶²

O antagonismo é posto entre figuras negras históricas a partir dos seus simbolismos. André Rebouças, por sua história de relação pessoal com a família imperial, é representante da integração, por outro lado, Zumbi, por seu sentido de ruptura e subversão com o regime colonial, é representante da divisão do Brasil. Ser um negro consciente é equivalente a ser um negro em consonância com o poder estabelecido. Por meio do exemplo único, de André Rebouças, Hélio traça toda uma cadeia de equivalências imaginárias, para refutar a retórica do racismo estrutural. A divisão do Brasil é ocultada de seu caráter estrutural pela evidência imaginária de integração social construída através de exemplos individuais de ascensão.

Como padrão, Sonaira alimenta o discurso meritocrata e para dar ênfase valorativa a sua trajetória, traça o antagonismo entre seu empenho individual e a luta dos movimentos sociais, os quais entende como equivalentes à esquerda.

⁶² LOPES, Hélio. [Sem título]. Brasília. 11 nov 2021. Instagram: @minhacoreobrasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/minhacoreobrasil/>. Acesso em: 22 jan. 2022

Sonaira, Fala 02: *Há colegas incomodados com a minha falta de vitimismo. Sou mulher, negra, de origem humilde, e acredito no mérito, no esforço próprio e na liberdade. Não aceitarei ser usada como fantoche para as causas da esquerda. [...] Acredito nos valores do indivíduo e da família. Nada devo ao feminismo ou ao movimento negro. Nunca fui e nem serei refém desses movimentos coletivistas (FERNANDES, 2021).*⁶³

Por se situar no campo de identificação da direita, a repetição formal, de contraposição entre os valores individuais e os valores coletivistas, ao se auto referenciar como exemplo de legitimação do que diz. Mais um exemplo da sua auto valoração é o excerto a seguir:

Sonaira, Fala 03: *Vim do interior da Bahia para trabalhar e estudar em São Paulo. Sou uma mulher negra, de origem humilde, e que precisou batalhar muito para concluir a universidade. O que aprendi? Que a vida recompensa quem se coloca à prova! Acredito no esforço próprio, na força do indivíduo, no valor do trabalho. E jamais permitirei que usem a cor da minha pele para me impedirem de prosseguir na vida. Não farei isso com militância, mas com meu trabalho. A melhor resposta que um negro pode dar ao preconceito é lutar e vencer. A virtude vence todas as mesquinhas (FERNANDES, 2021).*⁶⁴

Sonaira não vê validade alguma na militância política como parte de um processo de luta para superação dos limites impostos pelo racismo à população negra. Para ela, “a melhor resposta” está no esforço individual de superação e este sucesso só pertence àqueles que tem a disposição de lutar e não depender de auxílios “mesquinhos”. Desta forma, ela antagoniza militância política e o mérito do trabalho individual. É a repetição de uma visão própria da filosofia cristã, de recompensação pela provação e da justificativa das desigualdades ao nível individual. Seu entendimento de que vencer o preconceito é um empenho individual é equivalente à duas evidências ideológicas que contribuem para duas formações discursivas que moldam o atual conservadorismo: (i) a evidência produzida pelo sistema capitalista, no qual o discurso do mérito serve de sustentação para toda a realização do indivíduo em âmbito social; (ii) a evidência produzida pela teologia da prosperidade, que descarrega sobre a fé individual do fiel o fardo decisivo de seu sucesso e prosperidade.

Com base nos discursos analisados, podemos entender que os negros conservadores que se empenham em ascender socialmente não visam mudar a estrutura construída com base nas desigualdades, mas ocupar lugares de prestígio nela. Fanon, (1969) antes mesmo do neoliberalismo se estabelecer como modelo de economia política, argumentava que o discurso

⁶³ FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 09 jun de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CP6iKMjtuQ4/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

⁶⁴ FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 30 jun de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQvliTYhnZ8/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

universal do colono e seus valores individualistas foram adotados pelos locais. Criou-se a concepção de que ser livre consiste em ter, possuir, poder adquirir. Consequentemente, mostra-se que a adesão aos valores materialistas está relacionada com o aumento do autoritarismo,⁶⁵ o que vai ao encontro com a equivalência existente entre a identificação com as pautas conservadoras/ultraconservadoras e a defesa do modelo econômico neoliberal e seus valores individualizantes.

6.2.3 Relação com a branquitude: do paternalismo à ruptura

“Não podemos destruir o supremacismo branco antes de resolver as contradições internas em nós e nossa comunidade que permitem que o supremacismo branco continue florescendo” (Runoko Rashidi)

O paternalismo, encarado como sistema de dominação, seria uma das formas mais eficientes e efetivas de persuasão ideológica (JACKMAN, 1994; GENOVESE, 1989). Há de se destacar que o caráter paternalista das relações interpessoais não é uma característica exclusiva de regimes autoritários, é também de regimes democráticos cujos líderes são vistos por um viés personificado, o que é típico dos países latino americanos. Desde a escravidão até os dias atuais persiste entre subordinados e a elite uma relação de troca de favores, antes pelos interesses de sobrevivência cotidiana e agora, entre outras coisas, pelo interesse político.

Ainda que haja diferenças nos resultados e nas abordagens das pesquisas realizadas a partir dos anos 1930 sobre a mobilidade ascendente dos negros, a maioria delas é unânime em constatar que a ascensão social dos negros só se efetivava a partir das relações sociais e de dependência mantidas entre negros e brancos — isto é, para ascender socialmente, os negros deveriam ser apadrinhados pelos brancos, casarem-se com um(a) branco(a) ou se comportarem, na forma de vestir e falar, semelhantes aos brancos (FIGUEIREDO, 2004, p. 204).

Todos os indivíduos que compõem o *corpus* de pesquisa, com exceção de Arlindo Veiga, foram eleitos tendo como cabos eleitorais políticos brancos. Pitta teve como cabo eleitoral Maluf, Sonaira teve Eduardo Bolsonaro e Hélio Lopes teve Jair Bolsonaro. ⁶⁶Holiday, por ter sido integrante de um movimento dito apartidário, não aparece durante suas campanhas do lado de nenhum político estabelecido, entretanto, teve o apoio do então candidato à prefeitura de São

⁶⁵ Mais sobre o assunto em: BARROS, Thaís Santiago, TORRES, Ana Raquel Rosas e PEREIRA, Cícero. **Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais**. Psico-USF [online]. 2009, v. 14, n. 1 [Acessado 16 Junho 2021] , pp. 47-58. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100006>>. Epub 06 Nov 2009. ISSN 2175-3563. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100006>

⁶⁶ Em anexo, podem ser vistas fotografias desses indivíduos junto aos seus cabos eleitorais, quando em disputada aos seus respectivos pleitos.

Paulo em 2016, João Dória, e também todo o MBL, que tem uma diretoria majoritariamente branca. Se beneficiou da popularidade do movimento do qual fazia parte, usufruindo desse capital simbólico, como pode ser visto na figura 2, a seguir.

Figura 2: Fernando Holiday e João Dória, quando foram, respectivamente candidatos a vereador e prefeito de São Paulo, em 2016.



Fonte:https://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.1448444.1534248187!httpImage/image.jpg_gen/derivatives/hard-news-img-medium-fit_380/image.jpg

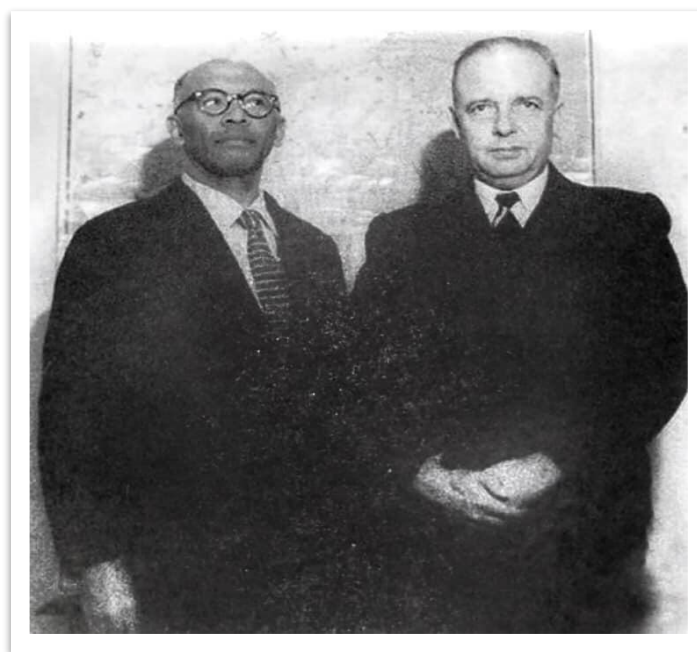
Nos Estados Unidos, por exemplo, pesquisas indicam que “o endosso de um líder ou mandatário branco a um candidato negro, em um processo de sucessão a cargos majoritários, constituiu-se em um fator que aumentava as chances de vitória dele” (COLBURN *apud* OLIVEIRA, 2016, p.337). Vê-se então que a branquitude, por seus recursos e prestígio, tem um papel fundamental e determinante para a eleição de candidatos negros.

Como define Cardoso, “a branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo”. (CARDOSO, 2010, p. 610). A identidade branca não é homogênea e Cardoso a difere em dois tipos: a branquitude crítica, que desaprova o racismo “publicamente” e a branquitude acrítica que não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu próprio preconceito racial e o racismo como estrutura, nesse caso, “a branquitude acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos” (CARDOSO, 2010, p. 611). Elas se diferenciam também pelo fato de a primeira não refletir sobre sua identidade racial, enquanto a segunda se afirma, direta ou indiretamente, como uma identidade superior. Essa branquitude acrítica tende a minimizar os episódios de racismo, os nega, ironiza e os justifica. Os crimes de racismo são

justificados pela desqualificação da índole moral daquele que sofreu a violência. A branquitude crítica também pratica racismo, mas não da forma violenta que a branquitude acrítica. A partir da análise do corpus, nota-se que no espectro da direita, o contato dos políticos negros com a branquitude teve um deslocamento e, no atual contexto político, tende a ser mais com a branquitude acrítica do que com a crítica. Esse pode ser um aspecto sintomático do momento de extremismo e radicalização pelo qual passa o espectro da direita política atualmente.

Arlindo, que manteve contato próximo com a Casa de Bragança -como ilustrado na figura 3- e gozou de certo prestígio social, teve seu trabalho intelectual reconhecido até mesmo por parte da elite intelectual branca contemporânea a ele, sendo por ocasião convidado a assumir a secretaria de Educação do Estado de São Paulo (DOMINGUES, 2006).

Figura 3: Arlindo Veiga junto ao Príncipe Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, chefe da casa imperial brasileira na década de 1950.



Fonte: <https://i.redd.it/1gua6e9jt7631.jpg>

De origem humilde, Arlindo estudou na escola em que seu pai era cozinheiro, junto aos filhos de membros da elite econômica e política local (MALATIAN, 2013). Essa proximidade com a branquitude, desde a infância, pode ter influenciado a formação de alguns de seus posicionamentos políticos.

Arlindo, Fala 03:
Sem Rei não há Lei
Sem lei não há autoridade

*Sem autoridade não há ordem
Sem ordem não há estabilidade
Sem estabilidade não há produção
Sem produção há miséria
Sobre a miséria crocitam os abutres do comunismo (SANTOS, 1962).*

Arlindo fez defesa da branquitude de maneira indireta, ao exaltar um modelo político que privilegiava um sistema hierárquico, que mantinha no poder o tradicionalismo monarquista. Assim, ele acreditava no direito natural de governar que a elite, fundamentalmente branca, teria. Embarca na formação discursiva de naturalização do poder nas mãos de poucos, e também na repetição formal que atribui a libertação negra a uma benfeitoria da família imperial.

Em artigo intitulado ‘Os negros e o III Império’, ele dissociava a imagem da monarquia brasileira do século XIX com o estatuto da escravidão e denunciava que o golpe de estado que instituiu a república, em 1889, foi uma retaliação dos escravocratas pelo fato da monarquia ter libertado os escravos no ano anterior (DOMINGUES, 2006, p. 531).

Hélio Lopes somente obteve êxito eleitoral quando se vinculou diretamente a Bolsonaro, com quem diz ter uma amizade de 20 anos. No PSL, mesmo partido de seu padrinho político, com essa transferência de capital político e simbólico, foi eleito deputado federal. Apesar das muitas acusações e processos de racismo aos quais responde Bolsonaro, Hélio, além de usar o sobrenome da família Bolsonaro durante sua campanha e ter permanecido todo o tempo a seu lado durante o pleito de 2018, (como pode ser visto na figura 4) recebeu financiamento direto de Jair Bolsonaro em sua campanha política, cerca de R\$ 40.000 reais.

Figura 4: Hélio Lopes e Jair Bolsonaro, durante campanha em 2018.



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b6/H%C3%A9lio_Neg%C3%A3o_e_Jair_Bolsonaro.jpg

A BBC Brasil, em reportagem, destaca a candidatura de Hélio Negão como uma infalível estratégia da campanha eleitoral de Bolsonaro tentar desfazer a associação de sua

imagem com a discriminação racial, protegendo-a das críticas advindas do seu próprio comportamento publicamente demonstrado (CARNEIRO, 2018). Nesta direção, Sena afirma que “na mesma proporção em que cresciam as acusações e circulavam declarações misóginas, homofóbicas e racistas do presidencialismo, as aparições públicas do candidato negro ao seu lado se intensificaram como blindagem ao seu comportamento explicitamente discriminatório” (SENA, 2020, p.160).

O deputado, em seu primeiro pronunciamento na tribuna, no dia 6 de fevereiro de 2019, reafirma sua lealdade a Jair Messias Bolsonaro agradecendo aos eleitores os votos dados ao presidente. Lembra a fachada levada por seu “irmão de coração” e pede que o culpado pelo atentado seja punido. Por fim, convoca seus colegas a dar suporte a Jair Bolsonaro que, segundo Hélio, será o maior presidente da história do Brasil.⁶⁷

Hélio, Fala 04: *A princesa Isabel foi a melhor amiga dos negros do Brasil. A melhor, a mais solícita, a que mais ajudou os escravos fugitivos e organizados em Quilombos. Inclusive do quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro, aonde ela ia toda semana visitar as amigas negras e ajudar a cuidar das camélias [...]* (informação verbal)⁶⁸

Hélio é um propagador da conciliação entre brancos e negros, da cordialidade nas relações sociais, sempre “limpando” os constrangimentos que a escravidão e a discriminação racial podem gerar aos brancos. É adepto do “isabelismo”, um “pensamento que reivindicava a defesa da princesa regente por acreditarem que ela fosse a personalidade que as redimira da escravidão num ato de bondade pessoal” (MOURA, 1992, p. 63). Vemos mais demonstrativos de sua visão sobre as relações raciais em um pronunciamento mais longo, em alusão a comemoração do treze de maio de 2021:

Hélio, Fala 05: *Entendo, que cada homem e cada mulher deve ser compreendido e pensado como fruto de seu tempo. Se pensarmos o passado com a cabeça do presente não seremos capazes de compreender as pessoas de acordo com a sua época. Pelo contrário, encontraremos espanto, desprezo e muitas vezes ódio e rancor pelo nosso passado e nossa história. Por isso, penso os 388 anos de escravidão de negros e indígena no Brasil não com os olhos do homem do século XXI pois os vejo como homens do seu século. Reconhecendo as mazelas causadas por esse período nas futuras gerações, mas engrandecendo a força e resignação de diversos heróis, patriotas e cristão na luta por condições melhores à todos os brasileiros e sabendo que a causa da escravidão não foi racial mas se deu pelo fato de os índios estarem sendo dizimados pelas doenças e os negros estarem se adaptando aos trabalhos braçais nos trópicos.*

⁶⁷Disponível na íntegra em: <https://www.camara.leg.br/eventolegislativo/54487/trechosOrador=Helio%20Lopes>

⁶⁸ Fala de Hélio Lopes, [Sem título] na Câmara do Deputados, 14 de maio 2019. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2020/05/Discurso-do-deputado-federal-Helio-Lopes-em-alus%c3%a3o-ao-13-de-maio-3.pdf>

No século XIX boa parte dos negros do Brasil já era livres, liberdade muitas vezes adquirida através de compras de alforria pelo próprio nego ou através de batalhas judiciais, como as travada por Luiz Gama, e não poucas as vezes decorrente da relações afetiva entre cativos e seus senhores, ou mesmo, o temor a Deus. Exemplo nos testamentos de muitos senhores que ao fim de sua vida concedia liberdade a seus escravos... Bons exemplos ...dessas consequências são os próprios bandeirantes que em geral eram filhos desses senhores de escravos com suas escravas, digo, o mestiço. Não ignoro o passado do Brasil nem a escravidão, mas enxergo tudo isso pela ótica da verdade, sem ódio. E por isso aprendo com a história, toda escravidão é um absurdo e tem consequências terríveis mas podemos permitir que nossas emoções sejam utilizadas para garantir um discurso longe da verdade.

Observando a história vejo que o povo português foi muito bem definido por Gilberto Freyre em seu livro Casa Grande e Senzala quando diz “ a singular predisposição dos portugueses para colonização híbrida, escravocrata dos trópicos, pode ser explicada em grande parte de seu passado étnico ou antes, cultural de povo indefinido entre a Europa e a África. [...] Na verdade, a nação de Brasil só é permitida a partir da vinda da família real pra cá

Lutaram juntos lado a lado com um sentimento patriótico pela primeira vez.

Um fato bastante curioso e que vale a pena pesquisar é que Don Pedro II teve um page chamado Rafael, que era um homem negro. Esse page de Don Pedro II o acompanhou durante toda vida, ele passou a vida toda acompanhando a nossa monarca. Ele acompanhou os primeiros passos, prepara a mamadeira, ou seja, ele foi uma pessoa muito próxima de Don Pedro II durante toda a vida. Portanto aprendo que estamos nesse país juntos, construindo esta pátria juntos e devemos continuar erguendo o presente e o futuro juntos, sem rancor, ou ódio ou pela cor da pele, seja ele branca, preta ou parda [...] (informação verbal).⁶⁹

Assim com Arlindo, Hélio opera o revisionismo que justifica a escravidão e privilegia o escravista, equivalendo seu discurso ao discurso público construído no período pós-abolição, quando se pretendia apagar a história ‘suja’ da escravidão ressaltando o caráter harmônico das relações raciais. Tanto no passado quanto no atual contexto, o discurso público se constitui orientado por uma narrativa que emprega um viés de consentimento do subordinado sobre sua condição, e desta forma, concebe as relações interraciais como se tivessem sido construídas de maneira a colocar brancos e não brancos em situação de igualdade. Subscreeve-se à formação discursiva de um autoritarismo revisionista e personalista e reforça como “projetos autoritários têm a capacidade de recriar o passado e obscurecer o papel das populações que viveram e criaram outras histórias; não apenas aquela europeia e colonial. Muitas temporalidades conviveram simultaneamente” (SCHWARCZ, 2019, p.40).

Ao dar vários exemplos da relação de proximidade afetiva entre brancos e negros, Hélio busca construir a narrativa de que a amizade interracial é suficientemente eficiente para negar uma situação de discriminação. Segundo Nogueira (2006), nas relações interpessoais entre brancos e não brancos no Brasil, as amizades podem cruzar as fronteiras de marca, entretanto,

⁶⁹ Fala de Hélio Lopes, [Sem título] na Câmara do Deputados, 13 de maio 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/61508/?trechosOrador=Helio%20Lopes>

isso não faz com que o indivíduo branco seja menos racista com outros indivíduos negros. Isso porque

[...] no Brasil, um indivíduo pode ter preconceito contra as pessoas de cor, em geral, e, ao mesmo tempo, ser amigo particular, cliente ou admirador de determinada pessoa de cor, sem que isso cause espécie ou implique uma mudança de atitude ou de conceitos das demais pessoas em relação a ele, pois não envolve uma definição de atitude ou de ponto de vista de sua parte (NOGUEIRA, 2006, p. 297).

Hélio defende que a amizade com o presidente Bolsonaro é prova suficiente de que este não é um racista como dizem ser. "*Bolsonaro não é racista e eu sou a prova disso*", diz Hélio em um de uma de suas declarações públicas. Usa por conveniência a obra de Gilberto Freyre para embasar seu argumento, alimentando sua formação discursiva com o interdiscurso das relações raciais cordiais, tipicamente brasileira, fazendo uma repetição empírica sobre o tema.

Além da desracialização, outro trunfo da campanha de Pitta era associar constantemente sua imagem à de seu padrinho político, Paulo Maluf, em todas as publicidades possíveis, fazendo-o ser apelidado de “sombra de Maluf” pela imprensa. Ser apresentado como sucessor de uma grande e carismática figura política, pode ser apontado como uma das causas do sucesso eleitoral obtido por Pitta. Muito popular entre os paulistanos na época, em especial entre os mais pobres, Maluf transferiu a Pitta seu capital político, o que o fez ter uma votação expressiva nas periferias.

Filho de mãe negra e pai branco, e tendo sido casado com uma mulher branca, Celso Pitta esteve desde seu ambiente doméstico envolto em relações interracialiais. Apesar disso, entre todos os nomes que compõe o *corpus* de pesquisa, em suas filiações políticas - em específico com Paulo Maluf, seu cabo eleitoral, conforme a figura 5 , foi o que teve relação mais conflituosa com a branquitude, numa dinâmica de proximidade e ruptura.

Figura 5: Celso Pitta e Paulo Maluf, durante comício de sua campanha à prefeitura de São Paulo, em 1996.



Fonte: <https://g1.globo.com/Noticias/Politica/foto/0,,33004913-EX,00.jpg>

Quando estava ainda em campanha, perguntado em entrevista concedida à Revista Raça, se havia vivenciado situações de discriminação racial durante o tempo que estudou em escolas frequentadas majoritariamente por brancos, Pitta responde de forma a amenizar as situações nas quais foi vítima de preconceito:

Pitta, Fala 05: *Pelos colegas, houve algumas manifestações de racismo, mais no sentido jocoso do que de inimizade. Sendo uma pessoa de aparência diferente das demais, eu era muito olhado e criticado, mas mais no sentido humorístico* (PITTA, 1997).⁷⁰

Ao não querer se colocar na posição de vítima, minimizando os episódios no qual sofreu racismo, alimentou o racismo recreativo que, como definido por Adilson Moreira (2019) é o tipo de racismo que se entende como inofensivo, sempre com base no “humor”, mas perpetua a inferiorização do indivíduo negro. A agressividade camuflada na piada, normalmente feita por pessoas próximas, é tratada de forma permissiva, já que não tem como intenção clara manifestar racismo, embora tenha como efeito imputar à pessoa negra atributos negativos e pejorativos.

Em meio a uma série de escândalos de corrupção, como a crise dos precatórios, com quatro pedidos de *impeachment* abertos e o rompimento com Maluf, Celso Pitta começa a sofrer com a repercussão negativa de sua administração. Como efeito, o seu discurso de superação do racismo pelas vias do esforço individual visto durante sua campanha é substituído por um discurso em que credita a perseguição política sofrida ao racismo de seus opositores. Acabou sua gestão em 2001 com uma taxa de reprovação de 83% entre os paulistanos, respondendo à treze ações na justiça por corrupção e desmandos administrativos. Mostra-se arrependido de sua associação à Maluf.

Pitta, Fala 06: *Foi um péssimo negócio entrar na política pelas mãos de Paulo Maluf. Isso custou meu casamento. A minha reação à figura dele é de profundo desprezo* (PITTA, 2005).⁷¹

Evoca sua memória para demonstrar seu descontentamento sobre a relação política desfeita. Fazendo uma distinção entre ele e seus algozes, traça entre eles, além de uma

⁷⁰ Entrevista concedida por PITTA, Celso. “A eleição de Celso Pitta: relações raciais e contexto político” [Entrevista concedida a] Márcia Lima. Revista Raça Brasil. mar de 1997.

⁷¹ Entrevista concedida por PITTA, Celso. “Pitta diz que vai processar ex-padrinho”. [Entrevista concedida a] Folha de São Paulo. São Paulo, 07 de set de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0709200516.htm>

diferenciação de cor, uma diferenciação de classe, ao se pôr como uma pessoa de origem social com menos prestígio econômico.

Pitta, Fala 07: *Se cometi algum equívoco foi aceitar ser candidato pensando que uma pessoa negra e humilde, fosse ser aceita pelas elites com tranqüilidade. Equivoquei-me* (PITTA, 2002, p. 134).

Se antes acreditava que seu currículo de prestígio o igualava a tal elite, por ele citada, essa crença se acabou em pouco tempo, pelo menos em seu discurso endereçado à interlocutores indiretos, como são os leitores de sua autobiografia. Esse equívoco manifestado por Pitta é remetido à constatação de sua frustração. Essa frustração é manifestada em diversos momentos. A aceitação dos estigmatizados, como aponta Goffman, está sempre sujeita a condições específicas que Pitta deixa de cumprir quando desfaz sua aliança política.

O fato de que o estigmatizado pode estar enganado ao levar muito a sério a aceitação diplomática de sua pessoa indica que essa aceitação é condicional. Ela depende de que os normais não sejam pressionados além do ponto em que podem facilmente dar aceitação ou, na pior das hipóteses, oferecê-la com dificuldade (GOFFMAN, 2004, p. 104).

Pitta elenca uma lista de responsáveis por seu fracasso político: primeiramente, denuncia a perseguição que sofreu da mídia jornalística em geral, alegando que sua baixa popularidade tenha sido construída pela mídia que se aproveitou do subconsciente social racista; acusa de boicote e perseguição o PSDB (que chama de elite), o PT (oposição durante seu mandato) e os próprios integrantes de seu partido na Câmara de Vereadores, que se mantiveram fiéis à Maluf e dificultaram sua administração.

Pitta, Fala 08: *É difícil admitir que, mesmo os mais conservadores, tenham votado em outro candidato apenas por causa da cor da pele. Mas, pode-se pensar que o triplo rótulo de “negro, carioca e malufista” tenha incomodado alguns formadores de opinião. Da mesma forma que, faça-se justiça, eles também nunca aceitaram a vitória da “mulher, nordestina e socialista”* (PITTA, 2002, p.93).

Refletindo sobre sua entrada na política, passa a perceber alguns episódios sob um viés racializado, demonstrando que, durante o início de sua trajetória, fez alguns esquecimentos de maneira estratégica e, depois, evocando memórias silenciadas, expõe todas as insatisfações e se coloca agora como vítima de casos explícitos e implícitos de discriminação racial. Seu rompimento político foi a emergência de seu deslocamento discursivo.

Sonaira fez uma campanha à vereança que teve o apadrinhamento do deputado federal Eduardo Bolsonaro, com quem trabalha desde 2014, ano em que foi estagiária na polícia

federal, onde Eduardo ocupava o cargo de escrivão. No mesmo ano, foi recrutada por Eduardo para ajudar em sua campanha eleitoral, na qual concorria ao cargo de deputado federal. Com Eduardo eleito, Sonaira se muda para Brasília para trabalhar em seu gabinete. Em 2019, trabalha como chefe de gabinete do deputado estadual por São Paulo, Gil Diniz (que atende pelo pseudônimo de “Carteiro Reaça”, assessor de Eduardo até 2018) até que em 2020 é convidada por Eduardo Bolsonaro a se candidatar veadora pela cidade de São Paulo. Sonaira, como posto na figura 6, usou ativamente da imagem de seus padrinhos políticos em sua campanha.

Figura 6: Sonaira Fernandes junto a Eduardo Bolsonaro e Jair Bolsonaro, em seu material de campanha, no ano de 2020.



Fonte: <https://theintercept.imgix.net/wpuploads/sites/1/2021/07/EkyXq2LWkAAKE9y.jpg?auto=compress%2Cformat&q=90>

Sonaira acredita que Bolsonaro cumpre um propósito divino enquanto presidente e que *‘somente Deus pode tirá-lo daquela cadeira’*⁷², fazendo uma afirmação, mecanismo próprio das funções do discurso público, ou seja, a naturalização do poder de determinados indivíduos. Em uma ocasião, em setembro de 2021, se manifesta, na Câmara e nas redes sociais, de maneira crítica ao que afirma ter sido um episódio de racismo sofrido pelos parlamentares brancos por parte dos parlamentares negros, situação que aconteceu em meio a um debate sobre cotas raciais no plenário. Sonaira, nesta ocasião, se manifestou com base na crença da suposta existência do racismo reverso, racismo de negros contra brancos.

⁷² Fala feita pela vereadora em seu perfil no site da Câmara de Vereadores de São Paulo.

Sonaira, Fala 04: *Hoje durante um debate sobre cotas raciais na lei de concursos públicos, na Câmara de São Paulo, testemunhei um festival de ofensas racistas contra brancos. É absurdo que esse tipo de coisa aconteça no plenário do maior Legislativo da América Latina, que representa paulistanos de todas as cores, origens e religiões. Acusar os brancos de injustiças e de tomar um espaço indevido, como se os brancos de hoje fossem culpados por fatos históricos de um passado distante, é totalmente absurdo! A minha resposta foi imediata. Jamais me calarei diante de atos de preconceito daqueles que dizem representar os negros e negras. Não me representam!* (FERNANDES, 2021).⁷³

Em outras duas situações, se posiciona contundentemente em episódios que enquadra como manifestações explícitas de racismo, ressaltando nesses dois momentos que racismo é crime e deve ser punido. Em junho de 2021, moveu um processo por racismo contra a jornalista Barbara Gancia com base em uma declaração feita no *Twitter* sobre os apoiadores de Bolsonaro, que o acompanharam na ‘motociata’ promovida por ele, a quem a jornalista chamou de “macacos”. Sobre a postagem, Sonaira se manifestou:

Sonaira, Fala 05: *Gostaria de uma resposta do tipo “Sim” ou “Não”, como fazem com os médicos na CPI da Covid, por parte da blogueira da GNT. É simples: se Barbara Gancia considera que todos os que estiveram na motociata não passam de macacos, então, por força de lógica, ela me considera uma “macaca”. Se Felipe Martins é acusado de supremacista branco por conta de um gesto involuntário, do que posso chamar Barbara Gancia que, ao que tudo indica, me considera uma “macaca”? Isso é racismo. É crime. E ela deve pagar por isso* (FERNANDES, 2021).⁷⁴

Felipe Martins, citado por Sonaira, é assessor de Jair Bolsonaro para assuntos internacionais. O assessor respondeu a processo por racismo - do qual foi absolvido - por fazer um gesto racista de identificação entre grupos supremacistas brancos, durante uma sessão do Senado, em março de 2021. Ele nega as acusações, entretanto a perícia do MPF concluiu que Felipe fez, intencionalmente, o gesto supremacista.⁷⁵ Na declaração citada, Sonaira acusa Barbara, crítica do governo, ao mesmo tempo que lança dúvida sobre a acusação de racismo sobre Felipe Martins, componente do governo Bolsonaro. A vereadora atua discursivamente com lealdade à sua filiação ideológica, tomando para si, de maneira pessoal, as críticas e acusações destinadas à família Bolsonaro e seus aliados. Nesta direção, assemelha-se a relação entre dominantes e dominados como refletida por Malcolm X e descrita por Huey P. Newton:

Historicamente, tínhamos o que Malcolm X chamava de negro da plantação e negro da casa. O negro da casa tinha alguns privilégios, um pouco mais. [...] Ele chegava a

⁷³ FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 15 set de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CT3DO4VliYM/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

⁷⁴ FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 16 jun de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQMgTfAtvLv/>. Acesso em: 22 jan. 2022

⁷⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/filipe-martins-e-absolvido-de-acusacao-de-racismo-pela-justica-do-df/>

respeitar o senhor a tal ponto que ele se identificava com o senhor, porque ganhava algumas das sobras que os negros da plantação não ganhavam. E, por ter essa identidade com ele, ele via os interesses do senhor de escravos como sendo os seus interesses. Em alguns momentos ele chegaria até a proteger o senhor dos escravos mais do que protegia a si mesmo. Malcolm argumentava que se a casa do senhor pegasse fogo, o negro da casa trabalharia mais duro do que o senhor para apagar o fogo e salvar a casa do senhor, enquanto o negro da plantação, os negros da plantação, estavam rezando para que a casa pegasse fogo por inteiro. O negro da casa se identificava tanto com o senhor que quando ele ficava doente, o negro da casa diria, ‘Senhor, estamos doentes!’ (NEWTON, 1978).⁷⁶

O alinhamento político radical de Sonaira se manifesta em diversas vezes. Em julho de 2021, seu ataque foi contra o vereador Arnaldo Faria de Sá (PP), - quem ela deixa claro ser um opositor de Bolsonaro - pela declaração feita por ele em sessão da Câmara, na qual proferiu que Celso Pitta foi um “*um negro de verdade, um negro de alma branca, como as pessoas costumam dizer*”.

Sonaira, Fala 06: *O vereador Arnaldo Faria de Sá, que costuma se dirigir ao presidente Bolsonaro de forma abertamente ofensiva, hoje deixou escapar sua visão racista de mundo em plena sessão da Câmara Municipal de São Paulo. Faria de Sá, pra quem o presidente Bolsonaro "não presta", afirmou que Pitta foi um bom homem negro, pois foi um "negro de alma branca". É assim que as pessoas se revelam! Na convivência, no cotidiano, no detalhe. Espero que a fala preconceituosa de Faria de Sá seja alvo de todas as sanções devidas. Pois sabemos que, se fosse um de nós, se fosse um conservador, já teria gente pedindo por sua prisão. Racismo é crime!* (FERNANDES, 2021).⁷⁷

Em 2014, foram eleitos para a Câmara 113 deputados com “sobrenomes oligárquicos”, em 2018, passou a 172 o número de parlamentares parentes de políticos já estabelecidos. Dos cinco partidos com maior número de parentes eleitos, quatro são de direita (SCHWARCZ, 2019, p.82). Percebe-se, a partir desses dados, que um dos requisitos para obter êxitos nas legendas da direita é ser herdeiro de um sobrenome tradicional consolidado na política. Entre aqueles que não fazem parte de famílias com tradição política, o apadrinhamento se mostra o meio mais eficaz de ingresso nos clãs perpetuados de maneira hereditária. Enquanto os negros alinhados à esquerda ascendem na política em decorrência de sua militância dentro dos movimentos sociais, os sujeitos negros alinhados à direita, em uma dinâmica paternalista presente desde o período escravocrata, encontram maiores chances de ascenderem politicamente quando estabelecem boas relações, muitas vezes íntimas, com a branquitude.

⁷⁶Huey P. Newton, entrevista ao jornal The Movement, 1978. Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2021/10/05/huey-newton-fala-ao-the-movement-sobre-o-partido-dos-panteras-negras>. Acesso em 30 fev de 2022.

⁷⁷ FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 13 jul de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRQGLmcleZn/>. Acesso em: 22 jan. 2022

Como a classe média foi cooptada pela elite, assim também o foram alguns poucos negros que se tornaram advogados, doutores e engenheiros mediante alguma forma de paternalismo e que, quando se tornaram abolicionistas, lutaram ao lado de brancos, adotaram a mesma retórica e falaram para a mesma audiência (COSTA, 1998, p. 361).

Como dito por Viotti Costa, quando firmadas essas relações, as formações discursivas as quais se filiam os sujeitos negros sofre a influencia direta de seus “benfeitores”. Em suma, o repertório discursivo e os interlocutores desse sujeito discursivo negro passam a ser diretamente ligados àqueles aos quais ele deve sua posição enquanto sujeito político. Como visto nos discursos posto em análise, muitos desses sujeitos por vezes se colocam como locutores para expressar ou reafirmar sua lealdade a sua filiação política. Em outras ocasiões, reproduzem um discurso público em que são feitos malabarismos retóricos para poderem servir como enunciadores, como é o caso da memória discursiva das relações raciais no período escravocrata. Em último caso de aderência à suas filiações, agem discursivamente como “protetores” de padrinhos políticos, contra inimigos encontrados até mesmo no seu grupo de origem, não poupando a eles a acusação de “racismo reverso”.

6.2.4 Posicionamento em relação as políticas públicas raciais

A Lei de Cotas (2012), assim como foi a Lei do Vente Livre (1871) e a Lei Áurea (1888) abrangem um grande número de beneficiados, o maior grupo racial do país, e por isso preocupa tanto setores sociais que sentem seus privilégios ameaçados. A campanha da abolição foi descrita pelos jornais da época como anárquica, antipatriótica e criminosa (SILVA, 2018). Historicamente, a ascensão de alguns indivíduos negros, que configuram exceções, serve como propaganda da efetiva integração promovida pelo Estado brasileiro. Entretanto, facilitar uma ascensão massiva de negros à educação superior representa um perigo eminente a ordem estabelecida. As políticas afirmativas e de reparação rompem com o pacto da democracia racial e, mais do que isso, desorganizam os espaços sociais hierarquizados, onde se reserva à pessoa negra o lugar da subalternidade (LIMA; NEVES & SILVA, 2014). As estatísticas apontam que o grupo econômico menos favorável a adoção das cotas raciais é aquele mais privilegiado economicamente.

Quando perguntados se concordavam com a frase “A adoção de cotas raciais para negros em Universidades e Serviços Públicos é importante para a redução da desigualdade entre brancos e negros no Brasil”, o percentual de respostas afirmativas entre pessoas com renda maior que 10 salários mínimos foi quase 20 pontos percentuais abaixo da amostra como um todo (50% e 69%, respectivamente) (FBSP, 2017, p.27).

Não só no Brasil a luta pela conquista de políticas públicas próprias a superação do racismo encontrara resistência por setores mais conservadores da sociedade. O Movimento pelos Direitos Civis, que teve seu estopim na década de 1960, já era apontado pelos conservadores da época como um movimento subversivo da ordem social estadunidense (FRANCISCO, 2020). Mais tarde, na década de 1980, quando o país passava por reformas neoliberais, o *Welfare State*, ou estado de bem estar social, passou a ser condenado pelo discurso público que, tendo Ronald Reagan como enunciador, era descrito como um conjunto de programas e políticas que desencorajavam o individualismo dos negros, neste contexto, “o discurso comum, principalmente nas falas do presidente Ronald Reagan, era de que a sociedade estadunidense já estava aberta para a mobilidade social da população negra, faltava apenas aos negros assumirem a livre iniciativa” (FRANCISCO, 2020, p. 361).

O instituto Data Folha (2017), em pesquisa com os eleitores brasileiros, mostrou que 48% daqueles que declararam intenção de voto em Bolsonaro consideram as cotas raciais injustas. Entre os eleitores que declaram voto em Lula, esse número é de 34%. Os eleitores da dita 3º Via, fazem essa afirmativa em uma porcentagem de 40%.⁷⁸ Situa-se assim que, quando mais próximo do polo conservador, da direita à extrema-direita, maior a renegação as cotas raciais, fato que se confirma no objeto de pesquisa.

Contudo, há de se dizer que a postura refratária em relação às cotas raciais não é uma exclusividade daqueles associados ao espectro da direita. Como exposto por Pereira (2008), no Movimento Negro Socialista, em período anterior a implementação dessa política, foi também adotada a retórica de que as cotas raciais acentuariam o racismo. Dito isso, quais seriam os argumentos de indivíduos negros contrários às cotas raciais? De acordo com Lima; Neves e Silva, (2014) muitas podem ser as respostas, mas de forma sintética predominam quatro argumentos: (i) Aumentam o preconceito; (ii) Ferem a lógica do mérito; (iii) Ferem o princípio de igualdade; (iv) É uma medida discriminatória (porque a cor não define a capacidade). A partir da perspectiva dos autores e dos dados da pesquisa entre eleitores, busca-se verificar através da análise do corpus discursivo, dentro do recorte proposto (indivíduos negros de direita) se essas perspectivas e dados podem ser confirmados, refutados ou contrastados com novos dados.

A retórica da crítica ao governo que se põe favorável à uma proposta de adoção de leis que atendam à população negra é feita pelos políticos conservadores ao longo dos séculos

⁷⁸ Dados da pesquisa Datafolha/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

evocando as mesmas alegações. José de Alencar (1829- 1877), escritor e deputado do Partido Conservador, ministro da Justiça do governo Itaboraí, foi oposição a Lei do Ventre Livre. Além de ser contrário, acusava Don Pedro II de ditador, em decorrência da defesa de reformas que o monarca fazia no parlamento (SILVA, 2018, p.64). Em discurso de 13 de junho de 1871, na câmara dos deputados, manifesta sua posição em relação a medida:

Senhores, é um fato reconhecido a moderação de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos, a instituição da escravidão em nosso país. Nossos costumes, a índole generosa da nossa raça, impregnaram essa instituição de brandura e solicitude que a transformaram quase em servidão [...] Pois bem, se com a nossa impaciência sufocarmos esses sentimentos generosos, se sopitarmos esses sentimentos benévolos; se criarmos o antagonismo entre raças que viveram sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra, não receais que desapareça de repente esse caráter de moderação e da caridade (ALENCAR, 1977, p. 240 *apud* SILVA, 2018, p. 64).

Essa alegação de que os antagonismos raciais criados por políticas que visam o desmantelamento, mesmo que pontualmente, das relações de privilégio e poder de um grupo racial sobre outro é ainda muito usado pelos representantes de ideologias contrárias à reorganização das relações hierárquicas.

Arlindo defendia políticas de Estados que atendessem especificamente à população negra, talvez porque teve sua formação política e atuou como ativista da causa negra antes da instituição ideológica do mito da democracia racial no meio intelectual e na própria instituição política, na década de 1930. Sua defesa pela inserção do negro em todas as camadas da vida social já foi e no subtítulo ‘Integração e Meritocracia’.

Embora reconheça como é estruturada a hierarquia racial no Brasil, e responsabilize a sua não aceitação na elite política por ser negro, e portanto, representar uma dissonância na hierarquia política e racial, Pitta, grifando o sociólogo Muro Justino da Costa, e sua tese “*Prefeito Celso Pitta, uma ideia fora do lugar para a Elite Paulista (O estigma de Uncle Tom no Brasil)*”, insinua que estigmas raciais estão ligados a características estéticas e ideológicas, comungando de visões pejorativas da imagem social negra.

[...] os brasileiros consideram que existem lugares sociais para negros, assim como existem lugares sociais para os brancos ... sendo que para os negros os lugares sociais são representados pelos negros marxistas, negros rastafari, músicos com cabelos descolorados, muito sexualmente híbridos, favelados horrorosos como o Jeca Tatu de Monteiro Lobato e atletas ... e os brancos, os lugares sociais possuem uma escala que abrange todos os setores da sociedade” (COSTA, *apud* PITTA, 2002, p. 93).

Celso Pitta se declara a favor das cotas raciais somente quando abandona (ou é abandonado) por seu padrinho político, seu partido e pelo projeto político que esses representavam. Antes disso, enquanto prefeito, se declarava:

Pitta, Fala 09: *“A favor das cotas para população carente, não da comunidade negra”* (PITTA, 1997).⁷⁹

Em sua autobiografia, conta ter feito parte de um grupo de estudos da USP, coordenado pelo economista Jacques Marcovitch, dedicado a discutir a pauta racial, pensando políticas públicas voltadas a comunidade negra.

Pitta, Fala 10: *Além da questão das cotas para negros nas universidades e no mercado de trabalho, tese que apoio, um dos problemas ali debatidos foi o de como aumentar a auto-estima entre negros* (PITTA, 2002, p.90).

Seu posicionamento em relações as políticas específicas à população negra, sua inicial defesa das políticas universas como suficientes e o deslocamento para a defesa das cotas raciais, já foram analisados no subcapítulo “Integração e Meritocracia”. O crescimento da inserção e naturalização de negros em posição de destaque, na economia e na política, e também no entretenimento de massa, como as novelas seriam, para Pitta, um referencial positivo à comunidade negra que, por consequência, teria sua autoestima elevada.

Fernando Holiday - que é autor de projeto que propõe a revogação das cotas raciais em concursos públicos do município de São Paulo - gosta de citar o economista Thomas Sowell na obra, *“Ação afirmativa através do mundo”* (2004), toda vez que faz declarações contra as cotas raciais. Defende a ideia de que por causa das cotas profissionais negros são repelidos, logo uma política pública com base na cor tende a gerar resistência dos empregadores aos profissionais negros. Afirma que sem as cotas raciais, somente com as cotas sociais, as chances de rejeição do profissional negro pelos contratantes diminuiriam. A exclusão social do negro, segundo Holiday, se deu pela falta de integração dos negros no mundo do trabalho, no período pós-abolição e essa falta de integração é vista por ele como a principal responsável pelo racismo. O caminho seria a qualificação profissional, a exemplo dos EUA, Holiday cita Florestan Fernandes para sustentar seu ponto de vista, dando como exemplo a obra *“A inclusão do negro na sociedade de classes”* (2008). Parte de sua posição anti-cotas é construída em cima da premissa de que brancos pobres sofrem tanta desigualdade quanto os negros.

⁷⁹ Entrevista concedida por PITTA, Celso. Entrevista: [novembro, 1997] Programa “Roda Viva”, 1997. Disponível em: <https://youtu.be/HYiFAogujng>

Holiday, Fala 03: *[...]o sistema de cotas na tentativa de corrigir esse erro que aconteceu lá atrás, acho que é um equívoco muito grande, primeiro porque já se passou muito tempo, ao longo desse tempo, se havia uma dívida histórica, na minha opinião, ela foi diluída por essa miscigenação e ela foi diluída por essa possibilidade de mobilidade social por conta do capitalismo (informação verbal).*⁸⁰

Além de trazer argumentos contrários ao sistema de cotas raciais, alguns processos de apagamentos discursivos são observados a partir desta fala. Primeiro, a existência de um possível “algoz” responsável pelo “erro” (que diz respeito à escravidão) é descartada sob uma abstração discursiva de passagem do tempo, como se a dita dívida histórica tivesse expirado seu prazo de validade. Nesse movimento, expira também a necessidade de rediscutir o passado escravista. Em seguida, apaga-se a raça enquanto uma categoria política pelo uso da palavra “miscigenação” que adquire o sentido de categoria racial única, que por meio de um discurso biológico das questões sociais, coloca como se já tivéssemos superado as diferenças entre as raças pelo “cruzamento” entre elas. Por último, mais uma vez, Holiday evoca “o capitalismo” como o melhor e, aparentemente, o único meio de superação das desigualdades sociais e raciais. Todas estas questões parecem girar em torno da preservação do “mito da democracia racial”.

Holiday, Fala 04: *Existem políticas que poderiam beneficiar esses públicos sem segregá-los. Por exemplo, sou a favor de cotas sociais. A inclusão de pessoas dependentes de escolas públicas que tem uma renda baixa nas universidades federais é bem-vinda. Ela não segrega por cor da pele, é uma política muito objetiva com base na renda das pessoas. Mas não acho que exista alguma política específica para negros ou gays que valha essa divisão. A interferência do Estado em um grupo específico da sociedade pode aumentar o preconceito ou a tensão social. É o caso das cotas raciais, que, na minha opinião, aumentam a tensão racial (informação verbal).*⁸¹

Fernando Holiday, assim como foi Celso Pitta, é um enunciador das políticas universais como medidas suficientemente eficiente em promover as demandas da população negra. Mostra-se preocupado com a imagem produzida socialmente sobre aqueles que utilizam do sistema de cotas para ingressarem em universidades e cargos públicos.

Como no caso de Holiday, a argumentação utilizada por Hélio para desqualificar a política de cotas recai sobre o argumento da miscigenação. Para ele, a política enquanto iniciativa de reparação histórica se desqualifica frente a reconstrução dos fatos históricos que, segundo Hélio, indicam que a escravidão de pessoas trazidas da África seria a continuação de

⁸⁰Entrevista concedida por HOLIDAY, Fernando. “Cotas raciais: justas ou injustas? Adriana Moreira e Fernando Holiday debatem sobre o tema” [Entrevista concedida a] Programa “Morning Show”. Canal Joven Pan. nov de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7m329pYfzBQ>

⁸¹Entrevista concedida por HOLIDAY, Fernando. Holiday: “O MBL ajudou a simplificar o debate político de uma forma perigosa. Agora faz uma autocrítica”. [Entrevista concedida a] Felipe Betim. El País Brasil, 2 de ju de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/27/politica/1561649621_458153.html

um erro iniciado antes mesmo do tráfico negreiro encabeçado pelos portugueses. Ao colocar os africanos como escravocratas, elimina a culpabilização do sistema de exploração arquitetado pelos colonizadores europeus e, deste modo, apaga a responsabilização do Estado sobre a resolução de uma problemática herdada deste sistema.

Hélio, Fala 06: *Política de cota é uma política de vitimização. [...] a escravidão não foi boa, mas é daqui pra frente [...] a gente diz que é pra repara o erro do passado, aí aproximadamente século 7 os mouros, que é do norte da África, 700 anos na península ibérica, houve a miscigenação, [...] será que os portugueses quando iam na África, eles que fizeram do negro escravo? Quem é que vendia os negros? Os próprios negros. No Brasil tinham negros que tinham escravos. Então reparar um erro do passado, 300 anos aproximadamente de escravidão. 88 acabou, 131 a gente tá falando vâmo reparar um erro do passado, {..} tem que cobra de quem? Dos mouros, dos portugueses, dos africanos que vendiam negros ou de quem tava aqui como africano e que tinha como escravo o próprio negro. Gente, é parte do passado [...] agora a esquerda parte da narrativa de não valorizar a documentação, o que serve pra eles ideologicamente sim, e documentos históricos não. Aí criam Zumbi dos Palmares, Dandara [...] Então vivemos no Brasil da divisão de classe, de preto contra branco, rico contra pobre (informação verbal).⁸²*

A documentação evocada por Hélio seria uma maneira de resgate da memória que serviria de constatação do que ele diz. Essa memória institucional da qual reivindica como constatação dos fatos, é uma rememoração do que defende e ao mesmo tempo uma maneira de sobressair a memória histórica na qual se baseiam os movimentos – generalizados por ele como “a esquerda” – que demandam por reparações históricas. O passado, no qual coloca negros e brancos como equivalentemente escravistas é homogêneo, enquanto o presente, no combate de narrativas sobre esse passado, é marcado pela divisão de classes e raças. Trata-se, como explica Schwarcz, de uma estratégia de deslegitimação e desautorização empreendida por discursos conservadores:

Faz parte dos discursos conservadores ignorar e desautorizar demandas das minorias que lutam por mais direitos; direitos inalienáveis à sua condição de cidadãos. Dentre as estratégias políticas de governos populistas, como os que temos visto na nossa contemporaneidade, está o escárnio diante dos dados que demonstram como vivemos em condições que dividem e ainda dividem os brasileiros (SCHWARCZ, 2019, p.40).

Sob a percepção de Sonaira, as cotas raciais e o dia da consciência negra são interpretadas da mesma maneira: um projeto que causa divisão social, acentuamento das diferenças entre brancos e negros, e um modo de desqualificar e subjugar a capacidade intelectual de pessoas negras.

⁸² Fala de Hélio Lopes, [sem título] ao Programa Pânico no rádio. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MadzUiQXnao&ab_channel=P%C3%A2nicoJovemPan

Sonaira, Fala 07: *Cota é esmola, sim. E também é uma maneira de dizer que nós, negros, somos incapazes de conquistar qualquer coisa por mérito próprio. A esquerda é tão racista que divide até os pobres pela cor da pele* (FERNANDES, 2021).⁸³

As políticas afirmativas ainda são postas por ela como estratégia “da esquerda” para fortalecer o Estado. Mais uma vez o livro “*Ação afirmativa através do mundo*” (2004) é evocado como fonte de embasamento desta concepção sobre as cotas raciais, e se estabelece como a evidencia ideológica mais referida pelos enunciadores contra as cotas raciais. Sonaira repete várias das argumentações já vistas em Holiday e Hélio, se alimenta dos mesmos interdiscursos e faz uma repetição empírica sobre o tema.

Sonaira, Fala 08: *Compreendo o sentimento de quem defende as cotas raciais. E posso entender as premissas dessa tentativa de reparação de injustiças de um passado já distante. Porém, o fato é que, além de inferiorizar os negros, essa política pública, que já é aplicada há mais de 40 anos no mundo, apresenta resultados inconsistentes com o que promete. Vale deixar de fonte de pesquisa o livro “Ação Afirmativa ao Redor do Mundo”, do professor Thomas Sowell, renomado economista, pesquisador e acadêmico, um negro que vai na contramão do discurso oficial dos que dizem representar os negros. O livro do professor Sowell é produto de mais de 30 anos de pesquisas, e apresenta um diagnóstico baseado em fatos sobre os males causados pelas cotas raciais. Infelizmente, a esquerda se perde em um sentimentalismo bobo e ignora os fatos. Mas a lucidez e a verdade sempre vão brotar em todas as frestas do sistema. As cotas raciais só servem para alimentar um projeto ideológico de divisão social. Não contem comigo pra sancionar esse projeto. Sou uma negra liberta dos grilhões da ideologia!* (FERNANDES, 2021).⁸⁴

Em resumo, os argumentos contrários às cotas raciais encontrados entre o *corpus* foram:

1) O argumento biológico, que deslegitima a reivindicação de cor, partindo do pressuposto de que todos tem sangue mestiço.⁸⁵ 2) O argumento de não existência de dívida histórica pelo fato do Estado brasileiro nunca ter declarado uma segregação racial oficial. 3) O argumento meritocrático, de que o sistema capitalista é suficientemente justo e coerente, logo, mecanismos que “facilitem” o acesso de um grupo determinado é contra os princípios liberais de igualdade. 4) O medo de que uma política que “privilegie” um grupo racial em específico crie uma tensão social ou aumente o preconceito racial. 5) A crença de que políticas universalistas direcionadas as classes mais pobres seriam suficientes para facilitar o acesso de negros as universidades públicas e privadas.

⁸³ FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 30 jun. de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQvliTYhnZ8/>. Acesso em: 22 jan. 2022

⁸⁴ Idem

⁸⁵ Sobre os estudos geneticista consultar: SANTOS, Ricardo Ventura, e Marcos Chor Maio. **Antropologia, raça e os dilemas das identidades na era da genômica**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol. 12, no2, agosto de 2005, p. 447–68.

Ao fim da análise do *corpus* discursivo, podemos apontar que os maiores argumentos encontrados de oposição às cotas raciais, política pública mais popular dentro do debate público, vai além dos argumentos apontados na pesquisa de Lima, Neves e Silva (2014). Além daqueles citados pelos autores, encontrou-se a manifestação implícita do medo de que um suposto conflito racial, desencadeado pela implementação das cotas raciais, possa vir a aumentar o estigma associado aos indivíduos beneficiados por essa política. É um medo da discriminação, já identificado entre os estudantes negros antes da implementação das cotas raciais, como exposto em pesquisa feita por Brandão (2004).⁸⁶ Configura, em suma, o medo de que suas bem pensadas e coreografadas trajetórias individuais sejam desqualificadas ou menosprezadas por terem sido “facilitadas” por políticas públicas definidas, pejorativamente, como “esmolas” ou “fruto de vitimismos”.

6.2.5 Referências ao grupo de origem racial

Trazemos para a discussão o tema da origem racial com o objetivo de reconhecer como o *corpus* de pesquisa enxerga seu grupo e os indivíduos que o compõem. Goffman, (2004) ao falar sobre identidade e relação de grupos, traz o caso do indivíduo que age com os que considera em um grau mais grave de estigmatização do mesmo modo que os normais agem com ele. Neste caso, há uma estratificação dos seus semelhantes (que acontece também quando existe uma repulsa pelo estereótipo vinculado a eles) e a predileção em se associar com os normais, mesmo que não possa abandonar seu grupo de iguais, formando uma relação de ambivalência com seu “eu”.

Há um isolamento social de pessoas não-brancas que ascendem economicamente e se estabelecem dentro da classe média, e esse distanciamento do seu grupo de origem produz a situação de isolamento. O negro ascendente, em um movimento de adaptação, se afasta da massa de negros, mas tem um acesso restrito aos brancos da elite, como posto por Hasenbalg (2000). Essa dinâmica tem como exemplo o caso de Pitta, que mesmo economicamente integrado, nunca foi solidamente incorporado na classe política tradicional, sendo descartado por ela imediatamente após o fracasso de seu mandato.

Desde as elites negras da primeira metade do século XX, há uma separação entre os negros com alguns prestígio social e o restante do grupo. Essa diferenciação da elite com a

⁸⁶ BRANDÃO, André Augusto Pereira. **Avaliando um pré-vestibular para negros pobres**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27., 2004. Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2004

massa dos negros seria muito mais cultural do que econômica. Há uma forte marcação da diferença de seu grupo étnico. George Schuyler (1895-1977), vanguarda do pensamento negro conservador norte-americano, já apontava de maneira crítica as atitudes irresponsáveis de Martin Luther King, que segundo ele, influenciado pelo comunismo, levava negros à um violento conflito contra brancos (FRANCISCO, 2020, p.350). A percepção de como deveriam ser as relações interraciais, sem a exaltação das diferenças, mas das equivalências entre os dois grupos raciais, é norteadora de grande parte da população negra brasileira durante seu processo de branqueamento social.

Ao assimilarem os valores sociais e/ou morais da ideologia do branqueamento, alguns negros avaliavam-se pelas representações negativas construídas pelos brancos. Era necessário ser um “negro da essência da brancura”. Por isso, desenvolveram um terrível preconceito em relação às raízes da negritude. Aliás, a recusa da herança cultural africana e o isolamento do convívio social com os negros da “plebe” eram duas marcas distintivas dos negros “branqueados socialmente” (DOMINGUES, 2002, p.576).

Integrante das primeiras gerações da militância negra organizada do século XX, e situado em um momento em que a historiografia sobre o período escravocrata ainda era escassa e de acesso limitado a poucos, Arlindo vê o episódio de Palmares como um fato valorativo para a população negra, atribuindo um certo heroísmo ao acontecimento, como posto em sua publicação feita no jornal *A Voz da Raça*.

Arlindo, Fala 04: *Episódios horrendos da escravatura no Brasil, Guerra do Paraguai, e outras tantas cousas que muita gente bonita, como por exemplo os pretensos sociólogos desconhecem, mesmo porque a história pátria nada diz a respeito, ou quando assim não é adulteram tudo, como fizeram os seus historiadores com a gloriosa epopéia de Palmares na Serra da Barriga, que deveria constar em nossa história como uma das maiores glórias de um povo, que embora oprimidos, deram ao mundo e muito especialmente ao Brasil, provas de seu valor moral e material; isso tudo, os homens do Brasil esconderam e continuam escondendo, com o fito único de menosprezar o valor indiscutível da raça que fez o Brasil* (SANTOS,1933 apud LIMA, 2011).⁸⁷

Como intelectual, Arlindo tinha acesso a um referencial bibliográfico que não se estendia à população negra de maneira geral. Sua interpretação sobre acontecimentos históricos, todavia, não se circunscrevia aos referenciais acadêmicos. Ao contrário, desqualificava-os e, dessa forma, substitui a memória institucional por uma memória edificante sobre o papel do negro na história brasileira. Historiciza sua memória e faz uma repetição baseada nos seus

⁸⁷ Publicação original em *A Voz da Raça*, n.13, 1933.

ideais de elevação da raça negra. Interessante comparar como, num intervalo de 88 anos, desde a publicação de Arlindo no jornal *A voz da Raça* e a publicação de Hélio na conta que administra no *Instagram*, as projeções imaginadas sobre as referências negras que exaltam são afirmações de uma significação que exclui a cadeia de significação ligada aos intelectuais. Arlindo renega os significados atribuídos por historiadores e sociólogos, e Hélio renega o conhecimento produzido pelos “coronéis acadêmicos”. Para dar significado as suas referências raciais, precisam deslegitimar os significados inscritos pelos “autorizados” acadêmicos.

Hélio, Fala 07: *A Conexão Minha Cor é o Brasil é um espaço livre da ideologia do racismo estrutural, pois sua construção intelectual é baseada em fatos concretos. Assim constatamos que o Brasil ao longo de sua História teve diversos pretos, mestiços e indígenas que foram protagonistas da história nacional. Como o preto Enrique Dias na Batalha dos Guararapes, os diversos indígenas Tupinambá que foram os primeiros aliados dos Portugueses no processo de conquista de territórios e guerras por vinganças promovidas pelos Tupinambá e apoiada pelos Portugueses. Nossa miscigenação biocultural, possibilitou o protagonismo cultural do mulato Machado de Assis e a ascensão política de Nilo Peçanha, possibilitou alianças políticas entre o Preto André Rebouças, o Branco Joaquim Nabuco e a Própria Realeza, Princesa Isabel. Estes fatos não seriam possíveis em uma sociedade estruturalmente racista, ou seja, que não aceita e tolera a presença de outro fenótipo diferente do fenótipo branco. O Movimento Negro Brasileiro, cometeu o equívoco de importar, a teoria Racial Norte Americana, de divisão biracial para os trópicos, assim ignorou o que faz a história e a teoria, ignorou os fatos! Porém, a Conexão Minha Cor é o Brasil, contará nossa história, a partir dos fatos do passado e do presente sem medo dos coronéis acadêmicos e sem medo das mordanças ideológicas. Sinta-se livre para interpretar o Brasil (LOPES, 2021).⁸⁸*

Embora a crítica de Arlindo e Hélio contra o conhecimento acadêmico seja de mesmo tipo, os contextos são distintos. Na época de Arlindo, a discussão acadêmica em torno das questões raciais era limitada aos estudos culturalistas e etnográficos feitos quase em sua totalidade por pesquisadores brancos. O racismo estrutural, que Hélio referencia, é um conceito que foi há pouco desenvolvido dentro da academia brasileira, por meio da maior inserção de intelectuais negros. Contraponto esse conceito aos “fatos concretos”, Hélio não só nega a interpretação das relações raciais por um viés estrutural e hierárquico, como desqualifica a proposição que põe em xeque o discurso oficial de unidade e coesão social. Mais uma vez, cita exemplos excepcionais de não brancos que ascenderam durante o período monárquico para validar seu discurso de existência da integração e harmonia entre as diferentes raças, renegando o caráter racista da organização social. Hélio faz uma repetição do que já faziam as elites de cor no século passado, por meio da imprensa negra, ao se colocar contra o binarismo norte-americano, que vê como uma ameaça ao discurso da mestiçagem brasileira. A discussão racial

⁸⁸ LOPES, Hélio. [Sem título]. Brasília. 18 nov. de 2021. Instagram: @minhacoreobrasil .Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CWbe2G1rimR/>. Acesso em: 23 jan. 2022

posta pelos movimentos negros, que visa desmanchar a ocultação e os eufemismos feitos pelo discurso público, é tratada como importação de uma teoria racial ficcional, que não condiz com a tradição harmônica brasileira. Hélio está fixado à evidência ideológica que projeta a imagem do caso de excepcionalidade brasileira no que tange as relações raciais.

No contexto de sua campanha à prefeitura, Celso Pitta reafirma a orientação harmônica dos políticos negros conservadores dessa década de 1990. Perguntado em entrevista, sobre qual personalidade história teria maior afinidade, responde da seguinte forma:

Pitta, Fala 11: *Eu ficaria dentro de uma linha de pensamento próxima a de Luther King, que é a da ponderação e do equilíbrio* (PITTA, 1997).⁸⁹

As referências negras citados por Pitta são mártires pacifistas, como Martin Luther King Jr. e Nelson Mandela, mostrando que seu maior engajamento na temática racial não o deslocou de uma performance discursiva ponderada. Entretanto, há uma distinção nas conotações das referências feitas. No contexto de campanha, faz referência à Luther King ao reafirmar sua orientação cautelosa e de não conflito em sua articulação política. Repete que a determinação pessoal é capaz de superar as barreiras do racismo, mesma declaração feita enquanto candidato, mostrando ser ainda atravessado pela formação discursiva do individualismo liberal.

Pitta, Fala 12: *[...] E deixo para a comunidade negra uma mensagem de que é possível vencer a barreira do preconceito racial com coragem e determinação. [...] E se há alguém, além de meus pais, que me inspirou a superar todos os obstáculos, essa pessoa foi Nelson Mandela. Qual lição poderia ser maior do que a daquele homem que passou um quarto de século na prisão por defender direitos iguais para etnias diferentes em seu país? Pois ele perseverou e venceu* (PITTA, 2002, p. 155).

Depois de um governo mal sucedido, faz referência à Mandela pela sua resignação frente a adversidade e perseguição política, traçando um paralelo entre sua trajetória política e a do líder sul-africano. Sua cadeia de equivalência se mantém à formação discursiva conservadora na medida que não desloca suas referências raciais para sujeitos que representem subversão, ainda evitando quaisquer símbolos que representem o conflito por motivação racial. Em sua autobiografia faz a seguinte dedicatória: “à comunidade negra, de quem esse País é devedor histórico” (PITTA, 2002, p.6). Mostra-se mais próximo a seu grupo de origem quando desfaz seus vínculos políticos primários. Ao continuar tentando se eleger por partidos do

⁸⁹ Entrevista concedida por PITTA, Celso. “A eleição de Celso Pitta: relações raciais e contexto político” [Entrevista concedida a] Márcia Lima. Revista Raça Brasil. mar de 1997.

espectro da direita, não retoma as formações discursivas nas quais se inscrevia quando filiado ao partido de Maluf.

Holiday, que recentemente tem anunciado a venda de um curso online sobre as mentiras da esquerda sobre o racismo, prefere fazer referência a figuras históricas de um passado longínquo, como André Rebouças e Luiz Gama, do que a personalidades da atualidade. Diz admirar ícones negros como Billie Holiday, cantora que trazia nas letras de suas músicas um retrato da situação dos negros no sul dos EUA. Fernando Holiday ainda referencia Martin Luther King (a quem diz tentar imitar o modo de oratória) e Barack Obama, este último por sua história e não sua posição ideológica ou feitos políticos.

Holiday, Fala 05: [...] *Essa é a realidade atual dos Estados Unidos, um movimento negro absolutamente violento, pregando cada vez mais a segregação, agredindo pessoas nas ruas e nos estabelecimentos somente por serem brancos, ou somente por não aderirem ao movimento Black Lives matters [...]* (informação verbal).⁹⁰

Sempre em uma categorial geral, sem nomeação dos sujeitos, Holiday se dirige de maneira pejorativa aos que considera violentos e subversivos. Ao repudiá-los, diferencia-se deles, retomando o puritanismo do início do século passado, e busca se aproximar de “pessoas que personificam alguns ideais considerados elevados pela consciência coletiva” (CARDOSO; IANNI, 1960, p.214). Holiday vê as manifestações dos subordinados como um ataque direto aos que delas não participam e, mais do que isso, uma ritualização de insubordinação, visto que não houve pedido de concessão e apoio da elite para que acontecesse.

A relação de Sonaira com as questões raciais parece seguir uma tendência observada nos agentes vistos anteriormente, com uma única diferença. Sua visão sobre o movimento negro, a quem chama de “afro-fundamentalismo histórico” é similar a visão de Holiday e Hélio Lopes. Diferente dos outros agentes apresentados, Sonaira não faz referência a figuras negras como forma de exaltar um modelo de comportamento. Durante a pesquisa de campo e recolhimento de material textual produzido por ela, só foi encontrada citação a outra figura negra pública quando Sonaira manifestou apoio a Sergio Camargo, presidente da Fundação Palmares, base de apoio ideológico do atual governo federal.

Sonaira, Fala 09: *Afro-fundamentalismo histórico - O movimento negro atingiu um grau tão ridículo de autoritarismo que, além de exigir a presença de negros em todos os lugares, agora também exige que personagens históricos e da cultura pop sejam retratados como negros também! Até o super-homem terá de ser negro! Será que teremos vikings negros no cinema? Esse é o grau de loucura e histeria desse*

⁹⁰ Fala de Fernando Holiday em audiência da Câmara de São Paulo, em 22 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/iah/fulltext/audiencias/AP18129-2020ADM.pdf>

movimento estúpido que é guiado pelo ressentimento, pelo ódio e pelo desejo de divisão racial (FERNANDES, 2021).⁹¹

Define o movimento negro como o promotor do conflito entre brancos e negros, cujo objetivo é causar a divisão racial. Nega a necessidade da existência de tal movimento e o liga sempre à esquerda, tomando-os como uma unidade. Divisão racial e luta de classes são entendidos por ela como equivalentes. As reivindicações e pautas do movimento negro são sempre desqualificadas e renegadas por Sonaira e se orgulha por se considerar fora da “jaula ideológica do vitimismo”.

Em relação ao *corpus*, Celso Pitta é uma exceção, ao se deslocar em um sentido de aproximação ao seu grupo de origem. De forma geral, observou-se que mostram identificação com o protagonismo negro, mas sob algumas condições específicas. Se colocam como referências positivas da raça ao estabelecerem uma diferenciação qualitativa em relação a negros vinculados a movimentos sociais, sobretudo negros da esquerda. Condenam aqueles que subvertem a “moral branca”.

Nos exemplos de Holiday, Hélio e Sonaira, há um traço constante de agressividade na maneira pela qual se dirigem a seus pares, uma inversão de acusações, onde a vítima da violência sistêmica é acusada de causadora da violência. Vemos equivalências forjadas em significantes vazios da ideologia política e reforço da diferença à sua origem étnica e ao movimento negro. A identidade negra nesses casos é secundária, está submetida a identidade política, que tente a se sobressair discursivamente.

6.3. Relação dos resultados com a teoria: sustentação ou resistência ao discurso público?

Passamos ao último momento de análise dos dados, com o intuito de responder se o *corpus*, enquanto uma amostragem de sujeitos negros conservadores, demonstra ser adepto dos modos discursivos políticos de resistência entre subordinados, ou reprodutores das funções do discurso público. Para tal, estão organizados nos quadros a seguir:

⁹¹FERNANDES, Sonaira. [Sem título]. São Paulo. 29 jul de 2021. Instagram: @sonorairasp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CR6fepQrdkG/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

Quadro 7: O CORPUS E OS TIPOS DE DISCURSOS POLÍTICOS ENTRE OS SUBORDINADOS

	1° TIPO	2° TIPO	3° TIPO	4° TIPO
Arlindo Veiga	x			
Celso Pitta	x			x
Hélio Lopes				
Fernando Holiday				
Sonaira Fernandes				

Fonte: Elaboração própria com base em Scott (1988).

De forma geral, o *corpus* de pesquisa, que busca ser uma amostragem dos agentes políticos negros associados ao conservadorismo e/ou à direita política, demonstra que, de maneira majoritária, os agentes não são adeptos dos tipos de discursos políticos que seriam estratégicos entre os subordinados. Como mostra o quadro acima, o discurso de ruptura com o discurso público somente foi adotado por Celso Pitta, que de fato vivenciou uma ruptura com a filiação política que o lançou na vida pública. Ele está também inscrito no primeiro tipo de discursos por ter tido como proposta de suas campanhas políticas, posteriores à prefeitura de São Paulo, demandas relacionadas diretamente à questão racial, em especial às relacionadas à educação. Além de Celso, somente Arlindo enquadra seus discursos entre as formas de resistências subalterna ao discurso dominante. Pelas demandas de integração que defendeu enquanto era integrante da FNB, pode-se dizer que evocou os valores da elite como forma de beneficiar seu grupo racial de origem, sem por isso, ter subvertido o discurso oficial vigente em sua época.

Ressalta-se o fato de que o segundo tipo de discurso político entre os subalternos, o discurso oculto, por acontecer em ambiente privado, é de difícil acesso a pesquisadores. Tendo essa sido uma pesquisa feita com base em dados secundários, não foi possível conferir a ocorrência ou não desse tipo de discurso entre o corpus de análise.

Relembrando que as funções políticas do discurso público, tais como categorizados por Scott (1988) são; afirmação, ocultação, eufemização e estigmatização, e aparência de unanimidade, o *corpus* de pesquisa mostrou reproduzir as seguintes funções:

Quadro 8: O CORPUS E AS FUNÇÕES DO DISCURSO PÚBLICO

	AFIRMAÇÃO	OCULTAÇÃO	EUFEMIZAÇÃO E ESTIGMATIZAÇÃO	APARÊNCIA DE UNANIMIDADE
Arlindo Veiga	x			x
Celso Pitta		x	x	x
Hélio Lopes	x	x	x	x
Fernando Holiday		x	x	x
Sonaira Fernandes	x	x	x	x

Fonte: Elaboração própria com base em Scott (1988).

É visto que há não somente a aceitação do discurso público da direita, mas também a defesa e reprodução dele. As formações discursivas nas quais se inscrevem os tornam enunciador de discursos que defendem interesses que não são diretamente os de seu grupo de subalterno, mas ao contrário, são discursos que privilegiam a ideologia dos grupos que os mantem subordinados. O discurso hegemônico conservador limita o repertório discursivo dos agentes políticos negros, o que os faz repetirem não só os assuntos abordados como também sua argumentação. A formação discursiva do corpus é composta por algumas variedades de inscrições, mas não se modificam consideravelmente de um agente a outro. A repetição empírica e a repetição formal são as mais comuns entre eles. Mesmo com uma longa passagem de tempo, de Arlindo aos políticos atuais, são encontradas semelhanças argumentativas. Entretanto, também são observados deslocamentos discursivos, sobretudo pelas mudanças nas dinâmicas sociais e contextos políticos. Como já mencionado, Celso Pitta foi o que mais se deslocou da formação discursiva conservadora, mesmo que após isso, ainda tenha feito algumas repetições do discurso público desta vertente ideológica. Salientando que o *corpus* de pesquisa é apenas uma pequena amostragem dos políticos negros à direita, em consideração a essa predominância da reprodução do discurso público, considera-se que a cadeia de equivalências entre discurso conservador e questão racial seja incompatível com formações discursivas que estejam além das formações já instituídas pelas imagens e pelas evidências ideológicas deste espectro político.

No que se refere a performance discursiva, desde as categorias de repetição discursiva elencadas por Sousa, o *corpus* pode ser subscrito de acordo com os quadros a seguir:

Quadro 9: O CORPUS E A VISÃO HARMÔNICA DAS RELAÇÕES RACIAIS

	MELTING POT	RACISMO DÓCIL	REDUCTIONISMO DE CLASSE	RACISMO DE EXCEÇÃO	AÇÕES AFIRMATIVAS SÃO DESNECESSÁRIAS
Arlindo Veiga	x				
Celso Pitta			x	x	x
Hélio Lopes	x	x	x	x	x
Fernando Holiday	x		x		x
Sonaira Fernandes			x	x	x

Fonte: Elaboração própria com base em Sousa (2009).

Quadro 10: O CORPUS E A VISÃO CONFLITUOSA DAS RELAÇÕES RACIAIS

	PROTAGONISMO O NEGRO	RACISMO ESTRUTURAL	CRÍTICA AO REDUCTIONISMO DE CLASSE	RACISMO VERSUS DISCURSO HARMÔNICO OFICIAL	AÇÕES AFIRMATIVAS SÃO NECESSÁRIAS
Arlindo Veiga	x				x
Celso Pitta	x	x	x	x	x
Hélio Lopes	x				
Fernando Holiday					
Sonaira Fernandes					

Fonte: Elaboração própria com base em Sousa (2009).

Celso Pitta teve falas que o inscrevem em todas as categorias elencadas de visão conflituosa das relações raciais, o que ligamos ao seu rompimento com as filiações políticas que o lançaram em destaque político. Entre os que ainda estão em atividade somente Hélio destaca com frequência personalidades negras, e dedica até mesmo uma página na internet para isso. Todavia, o protagonismo negro defendido por Hélio é circunscrito àqueles que adotaram um padrão de comportamento não conflituoso em torno das questões raciais. Em linhas gerais, o corpus segue reproduzindo as visões harmônicas sobre as relações raciais, como já foi observado por Sousa sobre os pronunciamentos feitos pelos parlamentares da década de 1990. Entre os políticos negros da direita, o deslocamento não foi de enunciados e percepções sobre as questões raciais, mas sim do modo de performance.

A partir da observação do *corpus* de pesquisa e das categorias propostas por Sousa (2009), podemos sugerir que a performance discursiva de um agente político negro alinhado à direita se dá em duas orientações: (1) Na primeira orientação, predominante na década de 1990,

o agente segue um padrão de comportamento comedido, calculado, performando uma imagem de refinamento articulatório, na tentativa de se desvincular aos estigmas atribuídos a sua cor. Não nega seu grupo de origem, mas evita conflitar com seus interlocutores quando aborda temas relacionados a raça. (2) Na segunda orientação, própria do atual momento político, o agente segue um padrão de comportamento de oratória enfática e exacerbada na defesa de seus valores e proposições ideológicas, também na tentativa de se desvincular dos estigmas atribuídos à sua cor. Mas não por uma performance contrária a uma imagem grosseira pré-concebida, e sim pelo alinhamento com proposições que julga, dentro de seu juízo de valor, serem mais dignificantes, marcando seus antagonistas como a causa da existência de estereótipos raciais, e assim, proclamando serem a antítese de seu grupo de origem. Essas linhas de orientações não são absolutas, o mais comum parece ser fazer um uso intermitente entre cometimento e exacerbação discursiva, visto que o agente político negro sempre irá escolher sua performance discursiva de acordo com o ambiente e público de seu discurso, onde e diante de quem irá performar discursivamente.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito a se explorar, em suas trajetórias políticas e principalmente individuais. Entendemos, parcialmente, que enquanto nos grupos da elite política e econômica a associação com o campo da direita é feita de forma pragmática, pela manutenção de seus interesses, sobretudo econômicos, nos grupos desprovidos de poder e politicamente minoritários, essa associação se faz mais pelo compartilhamento de valores morais do que econômicos. A religião é um determinante e um exemplo de via pela qual os indivíduos passam no caminho ao campo do conservadorismo, e isso se evidencia na escalada de pastores neopentecostais no legislativo (esses em maioria autodeclarados pardos).

Em um governo cujo indicado a presidente da Fundação Palmares⁹² diz que a escravidão no Brasil foi benéfica para os escravizados, é muito pertinente a análise das motivações de pessoas negras que declararam apoio a pautas conservadoras de uma direita conservadora. É certo que a população negra brasileira não é e nem nunca foi politicamente homogênea. Essa população é composta de uma multiplicidade que agrega diversas particularidades regionais, religiosas e culturais próprias de um país continental como o Brasil. Por isso, futuras pesquisas não podem ter por intenção apontar negros conservadores como mais ou menos politicamente coerentes com sua condição social, e sim traçar modelos que possam explicar a existência da associação entre os dois extremos político/sociais, isto é, a extremidade receptiva do racismo e a extremidade causadora dele.

O primeiro capítulo, que aborda o conservadorismo no contexto brasileiro, nos diz que, o perfil dos conservadores negros, tanto de eleitores quanto de políticos, evidencia que entre eles o entendimento de economia, enquanto conceito e modelo, ainda é muito difuso e pouco condiz com o que o espectro da direita política tem como orientação ideológica. Os eleitores autodenominados conservadores, defendem medidas econômicas que mais tem a ver com o espectro da esquerda do que da direita. Já os políticos eleitos, em grande maioria das classes baixas, se dizem liberais mas de maneira vaga, sem atuação política sobre a pauta econômica e de vez ou outra, sendo favoráveis a políticas públicas de distribuição de renda e de promoção social. A argumentação a favor do modelo econômico liberal, sobretudo no que diz respeito a contrariedade em relação as cotas raciais, parece ser embasada sempre na mesma fonte: Thomas Sowell. Ainda neste capítulo, explicita-se que os ínvios negros identificados com o espectro

⁹² A Fundação Cultural Palmares, fundada em 22 e agosto de 1988 é a primeira instituição pública fundada pelo governo brasileiro a fim de promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira. Era, até 2018, vinculada ao ministério da cultura.

da direita, estão mais longe de se identificarem com seu grupo de origem do que aqueles alocados no espectro da esquerda.

O capítulo sobre a identidade política negra se dedica a argumentar que a identidade negra positiva não é uma condição dada a priori, e sim fruto de um processo que desfaz toda atribuição negativa dada à pessoas negra em todas as dimensões sociais. Quando feito o recorte ideológico, os conservadores tendem a se assumirem negros dentro de uma articulação que não afronte diretamente certos preceitos das relações raciais brasileira como entendidas dentro de sua orientação ideológica. O pacto harmônico imposto pelo discurso público é sustentado pelo não confronto direto de uma identidade racial sobre uma identidade política. Do outro lado -no lado que não precisa se preocupar em performar para sobreviver- o pacto têm sido rompido nos últimos anos pela radicalização política, que fez aumentar expressivamente os casos de racismo explícito (e também as denúncias contra racistas).

Além de terem suas vidas subordinadas a égide do autoritarismo, a crença na via econômica como superação do racismo alimentado pelo dogmatização de igrejas que apresentam a econômica como resolução dos problemas sociais, são algumas das influências determinantes na constituição da atuação política dos negros que optam por alinhar-se ao ideário conservador. Ao explorar a literatura sobre o discurso dos subalternos, entendemos que se subordinar não significa estar passivo. O sistema de dominação, em toda sua complexa configuração das interações entre dominantes e dominados, entre a total passividade e a reação violenta, encontra várias vias de convivência, conflitiva ou não.

A inclusão de novos sujeitos políticos gera resistência em setores tradicionais, negando-os o direito de gozarem plenamente de seus direitos de cidadãos. É certo que, sendo a maioria da população, sem o apoio da população negra não há governo. Desta forma, ter influência sobre esse recorte populacional se faz necessário à toda formação discursiva que queira se estabelecer como hegemônica.

Se no passado o alcance dos sujeitos discursivos negros se restringia quase que totalmente à seu grupo racial, na atualidade, novos e importantes espaços de enunciação foram conquistados. No primeiro tópico da análise dos dados, vemos que, a partir do momento em que a organização política negra rompe com a hegemonia discursiva branca, no meio acadêmico e político, o pacto da branquitude fez com que a legitimidade discursiva deste grupo em específico fosse questionada e refutada de diversas formas. Não podendo mais atuar como sujeito discursivo desracializado, os sujeitos políticos brancos passaram a ceder espaços de protagonismo discursivos à sujeitos negros que reproduzissem o repertório hegemônico do discurso público. Esse protagonismo discursivo é agenciado de forma a interpelar aqueles que

subvertem as ideologias que silenciam há séculos qualquer um que queira racializar a discussão política brasileira. Esta é a dinâmica de enunciação predominante no atual contexto político.

No tópico seguinte da análise dos dados, sobre a formação discursiva de agentes políticos negro, é visto que, enquanto negros precisam se organizarem étnico-politicamente ⁹³ para terem suas demandas particulares atendidas, a branquitude tem, por meio da hegemonia discursiva e de representação, seus privilégios assegurados sem que para isso precisem ter qualquer engajamento político para tal. No espectro da direita, essa organização teve um limite temporal, até a primeira metade do século XX, quando começa a sofrer um enfraquecimento pela penetração social do discurso da miscigenação. Os contextos econômicos são também determinantes na desagregação política entre negros do campo conservador. Se o nacionalismo getulista foi palco da construção e disseminação das proposições políticas da Frente Negra Brasileira, a quinada para o neoliberalismo a partir da década de 1990, moldou o individualismo constitutivo do discurso dos agentes políticos negros alocados à direita. Desde então, até as eleições de 2018, buscavam se dessacralizar, adotando uma retórica conciliadora e pacificadora, fundamentada nas relações raciais cordiais propagadas pelo discurso público.

Entre os diferentes períodos políticos e econômicos, alguns padrões discursivos que fundamentam a formação discursiva dos agentes se mantiveram, como: a fuga na mestiçagem; a busca por integração econômica (seja qual for o modelo econômico vigente); a proximidade e dependência do apadrinhamento da branquitude; a fuga e negação dos estereótipos ligados ao seu grupo de origem étnica.

Todo percurso de pesquisa, separação e análise dos dados, assim como a comparação do *corpus* de pesquisa com o aporte conceitual e teórico, nos levam a interpretação de que os agentes políticos negros conservadores podem ser inscritos como reprodutores do discurso ideológico que dá manutenção à sua condição de subalternidade. Quando observada a trajetória política de Celso Pitta, nota-se que quando o agente político subalterno rompe de maneira conflituosa com a formação discursiva hegemônica de sua filiação política, há uma interpelação capaz de interditar para sempre esse agente do lugar de enunciação política. O pragmatismo da associação com classes políticas que possam render aos sujeitos subalternos algum prestígio ou facilidade de inserção na política, combinada com o alinhamento de valores sobretudo morais, é a síntese do que fez os indivíduos que compõe o *corpus* desta pesquisa estabelecerem equivalências com os representantes de seus antagonismos sociais e econômicos.

⁹³ Terminologia empregado por OLIVEIRA, (2007) em “A. Expressões de Vivência da Dimensão Racial de Pessoas Brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos”; Dissertação de Mestrado. Salvador: 2007. Disponível em: http://www.pospsi.ufba.br/Lucio_Oliveira.pdf. Acesso em: 21 de fevereiro de 2021

A série de dúvidas e lacunas, deixadas por esta pesquisa, assim como a necessidade de trazer à discussão acadêmica um assunto tão pouco debatido, demonstra que é preciso renunciar a diagnósticos estereotipados, que colocam toda pessoa negra que adere ao ideário conservador como “capitão-do-mato” e encarar a enorme gama de subjetividades escondidas nos dados apresentados no texto. Compreender as motivações e consequências da associação, voluntária ou não, da população negra com setores retrógrados da política, pode abrir novas percepções sobre as dinâmicas políticas, sociais e econômicas brasileiras, que na imensa maioria das vezes são limitadas a interpretações classistas. Para isso, outras formas de recolhimentos e organizações de dados, sobretudo dados primários, devem ser empregados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Monica Piccolo. **A reestruturação do setor público estatal brasileiro rumo às privatizações dos anos 1990**. In. Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, v. 21, n. 39, p. 363-397, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/31087/30807>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Neoconservadorismo e liberalismo**. In: Esther Solano Gallego. (Org.). **O Ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1, p. 27-32

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo : Sueli Carneiro ; Pólen, 2019.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. Boletim de Sociologia (2), São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas/USP, 1951

CANDIDO, Marcia Rangel; VIEIRA, Lidiane. **Negros nos Jornais Brasileiros**. Infográfico produzido pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa- GEMAA. Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/negros-nos-jornais-brasileiros/>

CAETANO, Fernando. Pensar o discurso de quem não pode falar em situação de igualdade. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, n. 28, p. 267-289, 2020.

CASTRO, Mônica M. M. de. (1992) **Raça e comportamento político**. Dados, Rio de Janeiro, 36(3): 469-491.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento de candidaturas nas duas maiores cidades brasileiras**". Paper apresentado no 9º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Brasília, 4 a 7 de agosto de 2014.

_____.; MACHADO, C. **A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação dos não brancos no Brasil**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, p. 121-151, jan. 2015

_____. **O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. Anais... Caxambu: Anpocs, out. 2015.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* (Vol. 8 no. 1 ene-jun 2010).

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. **Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica**. *Análise Social*, Lisboa, v. LIII, n. 229, p. 870-897, dez. 2018.

CHALHOUB. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CUNHA, O. M. G. da. (1996). **1933: um ano em que fizemos contatos**. *Revista USP*, (28), 142-163. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p142-163>

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930**. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, nº 3, 2002, pp. 563-599

_____. (2006). **O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III !"**. *Varia Historia*, 22(36), 517-536. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752006000200015>

_____. (2018). **Esta “magnânima volição”: a Federação dos Homens de Cor**. *História* (São Paulo) [online]. 2018, v. 37 [Acessado 15 Setembro 2022] , e2018032. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018032>>. Epub 17 Set 2018. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018032>.

FRAZIER, E. (1957). **Black bourgeoisie**. New York: Collier Books.

FERRARA, Mirian Nicolau (1986). *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. São Paulo, Ed. FFLCH-USP, Coleção Antropologia, nº 13.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. “**Medo da violência e apoio ao autoritarismo no Brasil**”, Texto para discussão, nº 1, São Paulo, 2017

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. vol. 1, 5 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008

FRANCISCO, Flavio Thales; MACEDO, Márcio. **A direita negra: Onde os conservadores erram na questão racial**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-direita-negra/>. Postado em 20 de dezembro de 2020.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FIGUEIREDO, Ângela (2002). *Novas Elites de Cor*. São Paulo, Anna blume/CEAA.

_____. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. Cadernos Pagu [online]. 2004, n. 23 [Acessado 23 Junho 2021], pp. 199-228. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200007>>. Epub 13 Out 2005. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200007>.

_____. **Racismo à Brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário**. *Sociedade e Cultura*, v. 12, p. 223-234, 2010.

GENOVESE, Eugene D. 1972. **Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made**. New York: Vintage Books.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GUADALUPE, José Luis Pérez. **Evangélicos y poder en América Latina**. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-e-pais-onde-evangelicos-mais-avancam-na-politica/?utm_source=leiamais.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2): 121-142, nov., 2001

_____. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito.** Novos Estudos Cebrap, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001Tradução . . Acesso em: 16 jun. 2021.

_____. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2012, n. 85 [Acessado 16 Junho 2021] , pp. 13-40. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100002>>. Epub 10 Maio 2012. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000100002>.

HALL, Ronald E. **Rooming in the Master's House Psychological Domination and the Black Conservative.** Journal of Black Studies, 2008 .

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade: Raça e classe nos dias de hoje.** São Paulo: Editora Veneta, 2019.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder.** Rio de Janeiro. Editora: EdUERJ, 2001

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

_____. Carlos e SILVA, Nelson do Valle. (2000), "**Tendências da Desigualdade Educacional no Brasil**", vol. 43, nº 3, pp. 423-445, 2000.

IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais.** Estudos Avançados, vol. 18, no 50, abril de 2004.

JACKMAN, Mary. *The velvet glove.* Berkeley: University of California Press, 1994

LA BOETIE, Etienne de. **Discurso da servidão voluntária.** São Paulo: Martin Claret, 2017.

LEE, M. J. (2006) **The populist chameleon: The people's party, Huey Long, George Wallace, and the populist argumentative frame.** Quarterly Journal of Speech, v. 92: 355-378.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira, Neves, Paulo Sérgio da Costa e Silva, Paula Bacellar e. **A implantação de cotas na universidade: paternalismo e ameaça à posição dos grupos dominantes.** Revista Brasileira de Educação [online]. 2014, v. 19, n. 56 [Acessado 23 Abril

2022] , pp. 141-163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000100008>>. Epub 11 Abr 2014. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782014000100008>.

MALATIAN, Teresa. **A Ação Imperial Patrianovista Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1978.

MAINWARING, Scott, Rachel MENEGUELLO, e Timothy Joseph POWER. 2000. **“Conservative Parties, Democracy, and Economic Reform in Contemporary Brazil”**. In *Conservative Parties, the Right and Democracy in Latin America*, org. Kevin J. Middlebrook. Baltimore: Johns Hopkins University Press.

MENEGUELLO, R.; Mano, M.K. & Gorski, C., **Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política**. In R. Meneguello et al. eds. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*. Campinas: Centro de Estudos de Opinião Pública, 2012.

MENDONÇA, Daniel de (2012). **Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso**. *Linhas Críticas*, (1), 153-169. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/1533>

MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In: Esther Solano Gallego. (Org.). *O Ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil*. 1ed. São Paulo: Boitempo, v. 1, p. 17-26, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **Dominação e Resistência**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MITCHELL, Gladys. **Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil**. , , v. 15, n. 2, p. 273-305, . <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200001&lng=e&nrm=iso>. 06 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-6276200900020000>

MOURA, Clóvis. **A sociologia do negro brasileiro**. Ática: São Paulo, 1985.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. *Debate Feminista*. Edição Especial, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1999.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional. Versus Identidade Negra.** Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.

MÜLLER, J. W. (2006) **Comprehending conservatism: A new framework for analysis.** Journal of Political Ideologies, v. 11 (3): 359-365

NASCIMENTO, Adilson; BRAGA, Alexandre. **Negros estão fora do parlamento brasileiro: balanço eleitoral do voto étnico negro presença dos negros no parlamento.** Revista África e Africanidades - Ano 2 - n. 8, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2006.

OLIVEIRA, C. L. P. **A Inevitável Visibilidade de Cor: Estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e Celso Pitta às prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996.** Tese de doutorado, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (Iuperj), 2007.

OLIVEIRA, Mariana Cardozo Batista de. **O papel do *habitus* de classe na constituição do espaço social de opiniões políticas e morais de jovens: um estudo com estudantes do ensino médio de Juiz de Fora-MG.** 20º Congresso Brasileiro de Sociologia. Belém, 2020.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** 4ª. Ed.Campinas: Pontes, 2002.

OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. **Nós e as desigualdades: percepções sobre desigualdades no Brasil.** São Paulo: Oxfam Brasil; Datafolha, 2019.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira (1991). “O negro e o poder no Brasil: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988”. Cadernos CRH, Suplemento, p. 94-116.

PAIXÃO, Cristiano; FRISSE, Giovanna Maria. Usos da memória: as experiências do holocausto e da ditadura no Brasil. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 97o t. 191-212o jan.:/abr. 2016. Disponível em: . Acesso em: 7 mar. 2021. doi: <http://de.doi.ori:/10.1590:/0102-6445191-212:/97>.

PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória.** In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da memória.* Trad. por José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

PEREIRA, Ilídio Medina. **O discurso sobre a política de cotas raciais no jornalismo online.** Revista *Fronteiras: Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, v. 10, n. 3, p. 173-182, set. 2008. [UFSC].

PINTO, Céli Regina Jardim. **A TRAJETÓRIA DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES DE RUA NO BRASIL (2013-2015).** *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 119-153, Jan. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452017000100119&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Feb. 2021. <https://doi.org/10.1590/0102-119153/100>.

PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada da branquitude.** In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2002

PITTA, Celso. **Política e preconceito: a história e a luta do prefeito que enfrentou os poderosos.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

QUADROS, M. P. dos R.; MADEIRA, R. M. **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 24, n. 3, p. 486–522, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8654292>. Acesso em: 20 fev. 2021

RÉMOND, René. **O século XIX.** São Paulo: Cultrix, 1974.

RIOS, F. M. 2008. **A institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo.** Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: FFLCH-USP.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociedade brasileira.** Rio de Janeiro, ED. Andes Ltda., 1957.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça como negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil. In: *Brasil afro-brasileiro*[S.l: s.n.], 2000.

SENA, Ercio; GUSMAN, Juliana Magalhães e Ribeiro. Apropriações do discurso neoliberal das lutas por reconhecimento. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 151-166, abr./jul. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCAPINI, Gabriela Luiz. **“Rumo à vitória com a permissão de Deus”: campanhas eleitorais das vereadoras evangélicas em 2016.** 2019. 114f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de PósGraduação em Ciência Política, Porto Alegre, 2019.

SOUZA, Neuza S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

SOUSA, Marconi Fernandes de. **Representação racial da Câmara dos Deputados: análise de discursos parlamentares da 49ª e 50ª Legislaturas (1991-1999).** 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTOS, dos W. O. (2019). **Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais.** *Perspectiva*, 37(3), 939-957. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2019.e53329>

SANTOS, Arlindo José Veiga dos. **Ideias Que Marcham No Silêncio.** Ed Patria-Nova. São Paulo, 1962

SCOTT, James C. 1985. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance.* New Haven: Yale University Press.

_____. 1990. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts.* New Haven, Conn.: Yale University Press.

_____. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013,

TELLES, Edson. **A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção.** In: Esther Solano Gallego. (Org.). *O Ódio como Política: a reinvenção da direita no Brasil.* 1ed. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1, p. 66-73

TEIXEIRA, Moema de Poli; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; SUGAHARA, Sonoê. **Além do preconceito de marca e de origem: a motivação política como critério emergente para classificação racial.** In: PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013

TRINDADE, Solano. **O poeta do povo.** São Paulo: Ediouro, 2008. p. 41.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial.** In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Siglo del Hombre Editores et al., 2007. 308p. (pp. 47 –62).

ZIBECHI, R. As bases sociais da nova direita. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/america-latina-as-bases-sociais-da-nova-direita/>

ZUCCO JR. Cesar; POWER, Timothy J. **Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System.**2019. Disponível em:<<https://ssrn.com/abstract=3466149>>.

APÊNDICES

COMISSÕES DAS QUAIS PARTICIPAM O CORPUS DE PESQUISA

	Comissões Permanentes - (Posição que ocupam ou ocuparam)
Hélio Lopes	Comissão de Turismo - (Suplente) Comissão do Esporte - (Suplente) Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (Membro Titular) Comissão do Esporte - (Membro Titular) Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (Membro Titular) Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - (Membro Titular) Comissão do Esporte - (Membro Titular) Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - (Membro Titular) Comissão de Educação - (Membro Titular)
Fernando Holiday	Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia - (Membro titular) Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica – (membro substituto) Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude - (Presidente/ membro titular) Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente - (Membro titular) Comissão Permanente de Relações Internacionais - (Membro titular) Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania - (Membro titular) Comissão de Finanças e Orçamento - (Membro substituto de Daniel Annenberg /membro titular) Comissão de Administração Pública - (Membro titular)
Sonaira Fernandes	Comissão de Finanças e Orçamento - (Membro substituto de Atílio Francisco) Comissão de Educação, Cultura e Esportes - (Membro titular) Comissão Extraordinária Permanente de Turismo, do Lazer e da Gastronomia - (Membro substituto)

Fonte: Elaboração própria.

ANEXOS

“Carta Aberta de Apoio a Antonio Risério e Oposição ao Identitarismo”

“Nos últimos quatro meses, o antropólogo baiano Antonio Risério foi alvo de duas reações de parte da classe intelectual nacional por suas obras sobre raça. Em setembro de 2021, seu livro *As Sinhás Pretas da Bahia: Suas Escravas, Suas Joias* foi resenhado por Leandro Narloch. A resenha atraiu não apenas críticas, mas chamados pela demissão de Narloch, a quem muitos atribuíram o conteúdo do livro. Não há, ao contrário do que dizem esses críticos, nenhum delito moral no livro ou em sua resenha: Risério, que escreve há décadas sobre o assunto, divulga pesquisas a respeito de personalidades reais da história brasileira que complexificam o modo como entendemos as relações sociais da época da escravidão.

Nos escritos de Risério, que é um dos melhores leitores vivos da nossa cultura, está claro que ele considera a escravidão uma instituição moralmente repugnante, e que ele busca entender como seres humanos que não são monstros poderiam ter convivido com ela no passado. É preciso fôlego para entender como ex-escravos se tornavam senhores de escravos. Risério tem esse fôlego; seus canceladores, não.

Na segunda polêmica, Risério publicou na Folha de S. Paulo um artigo a respeito da universalidade do erro moral que é o racismo, documentando casos em que negros foram, sim, racistas. Falamos “racismo” segundo a definição clássica, do senso comum e do bom senso, registrada em dicionários. Um dos projetos intelectuais do autor, a oposição ao pós-modernismo e à teoria crítica, que fundaram o identitarismo, o leva a essa condenação. Os identitários querem alterar à força, unilateralmente e sem consultar os falantes da língua, a definição de “racismo” de forma a fazê-lo unidirecional e maleável a seus interesses, alegando que é “relação de poder”.

Esta disputa vai além de uma mera querela semântica a respeito da definição de uma palavra. É um ataque novo ao tratamento igual dos indivíduos perante as normas sociais que herdamos do consenso pós-guerra que nos deu uma Declaração Universal dos Direitos Humanos. Risério é uma voz experiente do segundo campo, suas preocupações são mais que justificadas, e nos posicionamos firmemente contra tentativas de censurá-lo. O mal-estar que Risério causa é absolutamente necessário para que os identitários, anti-universalistas, relativistas e revanchistas saibam que a oposição existe e não será dobrada, não importa quantas grandes empresas tenham ao seu lado em sua cruzada pela desigualdade moral. Não se trata de colecionar casos em que negros foram senhores de escravos ou cometeram racismo contra pessoas não-negras: trata-se de reafirmar que ninguém é inerentemente bom ou mau por causa da cor, então ninguém tem carta branca para desumanizar ninguém. Antonio Risério é no momento uma das vozes mais importantes do país, sobretudo por fazer oposição a uma ideologia intolerante e autoritária. Manifestamo-nos com um apelo para que sua livre expressão seja respeitada”.

